



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XI Legislatura

Número: 66

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 19 de julho de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados os seguintes Votos:

Voto de pesar pelo falecimento de Maria Adelaide Freitas

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*);

Voto de pesar pelo falecimento de Maria Adelaide Freitas

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

Voto de pesar pelo falecimento de António Cordeiro

Após a sua apresentação pelo Sr. Deputado José San-Bento (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

Voto de pesar pelo falecimento de António Cordeiro

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*);

Voto de pesar pelo falecimento de António Duarte Arnaut

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Dionísio Faria Maia (*PS*), usou da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), tendo o mesmo posteriormente sido aprovado por unanimidade;

Voto de pesar pelo falecimento do Dr. Artur da Cunha Oliveira

Feita a sua apresentação pelo Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*), usaram da palavra para uma intervenção os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*) e César Toste (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade;

Voto de pesar pelo falecimento do Cônsul Honorário John Martins

Feita a sua apresentação pela Sra. Deputada Maria Isabel Quinto (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

Voto de pesar pelo falecimento de John Carlos de Sales Martins

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*);

Voto de pesar pelo falecimento de João Pedro Furtado da Cunha Semedo

Após a apresentação pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado José Contente (*PS*) e o Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

Voto de congratulação pela organização das IX Jornadas Parlamentares Atlânticas nos Açores

Feita a sua apresentação pela Sra. Deputada Susana Costa (*PS*), usou da palavra, para uma intervenção, a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade;

Voto de congratulação pelos títulos nacionais alcançados na modalidade de Kickboxing

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Marco Costa (*PSD*);

Voto de congratulação pelo 25.º aniversário do centro de convívio da casa do povo do Porto Judeu

Após a apresentação do voto realizada pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*), usou da palavra para intervir o Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade;

Voto de congratulação pelo restauro do Retábulo-Mor e seus Painéis Quinhentistas da Igreja Matriz de Santa Cruz da Graciosa

Feita a sua apresentação pelo Sr. Deputado Ricardo Ramalho (*PS*), usou da palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade;

Voto de congratulação pelo 50.º aniversário da Conferência de São Vicente de Paulo da Paróquia de Santa Catarina do Cabo da Praia

Feita a sua apresentação pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*), usou da palavra para intervir a Sra. Deputada Fátima Ferreira (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

Voto de congratulação pelo 25.º aniversário do orfeão da Praia da Vitória

Após a sua apresentação pela Sra. Deputada Mónica Rocha (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade

Voto de congratulação pelo 25.º aniversário do orfeão da Praia da Vitória

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

No período de **Tratamento de Assuntos Políticos**, foram proferidas duas **Declarações Políticas**.

A primeira foi apresentada pelo Sr. Deputado André Bradford (*PS*).

Usaram posteriormente da palavra os Srs. Deputados Luís Maurício (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

A segunda declaração política foi proferida pelo Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*).

Intervieram sobre a mesma os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

De seguida entrou-se na Agenda da Reunião com a [**Apresentação de relatório sobre matéria de interesse regional – Estado do Ensino Profissional nos Açores, pelo Grupo Parlamentar do PSD;**](#)

A referida apresentação foi efetuada pelo Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*).

Posteriormente foi apresentado e debatido o [**relatório final do Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão Permanente de Economia para o acompanhamento, análise e avaliação do impacto social e económico decorrente do encerramento da unidade fabril da COFACO, na ilha do Pico.**](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*), participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), João Corvelo (*PCP*), Marco Costa (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Mário Tomé (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

De seguida procedeu-se à apresentação dos relatórios das seguintes Petições:

[**Petição n.º 20/XI – “Pelo correto reposicionamento na carreira ao abrigo do Estatuto da Carreira Docente DLR n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro e contra a discriminação de carreiras com duração superior aos 34 anos que a lei preconiza”**](#), apresentada por António João Setoca Anacleto, na qualidade de primeiro subscritor;

Petição n.º 21/XI – “Contra a discriminação e o prejuízo resultantes da concretização do processo de transição para a nova estrutura da carreira docente na Região Autónoma dos Açores”, apresentada por José Eduardo Pedro Gaspar, na qualidade de primeiro subscritor;

As referidas apresentações foram efetuadas pelo Deputado João Paulo Ávila, Relator da Comissão de Assuntos Sociais.

Proferiram intervenções os Srs. Deputados Sónia Nicolau (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Jorge Jorge (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), João Corvelo (*PCP*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Findo este ponto, passou-se para o **Projeto de Resolução n.º 77/XI – “Modelo alternativo de transporte marítimo de mercadoria nos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), André Rodrigues (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Ávila (*PS*), Francisco César (*PS*) e a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*).

Colocado à votação, o diploma em apreço foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*) e o Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*).

Finalmente, foi apresentado e debatido o **Projeto de Resolução n.º 92/XI – “Recomenda ao Governo Regional a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Feita a sua apresentação pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*), a Sra. Deputada Renata

Correia Botelho (PS), a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (CSD-PP), o Sr. Deputado João Corvelo (PCP), a Sra. Deputada Susana Costa (PS), a Sra. Deputada Sónia Nicolau (PS) e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (PPM).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 01 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa, o favor de fazer a chamada.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório Ávila

Manuel José da Silva **Ramos**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Miguel António Moniz **Costa**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia** **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Susana Goulart **Costa**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame** **Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Sousa **Mendes**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, vamos começar pelos Votos de Pesar.

O primeiro refere-se ao falecimento de Maria Adelaide Freitas, apresentado pelo PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ADELAIDE FREITAS

«Declaro-me aqui filha da terra / por mundos repartida / New York Coimbra S. Miguel / permaneço plantada no Nordeste / na claridade da terra infinita.»

Maria Adelaide Correia Monteiro de Freitas nasceu em 1949, na freguesia da Achadinha, concelho do Nordeste. Ali cresceu, entre a energia telúrica do Pico da Vara e a frescura do mar do norte chegando bravo ao calhau, ali iniciou o seu percurso escolar, ali demonstrou, desde cedo, um vincado pendor para as Humanidades. Prosseguiu estudos no antigo Liceu Nacional de Ponta Delgada e, pouco depois, nos Estados Unidos da América, para onde emigrou ainda jovem. Licenciou-se em Português (ensino bilingue) na Universidade de Massachusetts, em 1972, e concluiu o Mestrado, quatro anos mais tarde, em Literatura Comparada, na City University of New York. No final da década de setenta regressa a Portugal e em 1979 é convidada para a Universidade dos Açores (ainda então Instituto Universitário dos Açores), onde leciona as disciplinas de Literatura Norte-Americana e de Sociedade e Cultura Norte-Americanas, ocupando igualmente o cargo de diretora do departamento de Línguas e Literaturas Modernas. Concluiu o Doutoramento em 1987 sobre a obra de Herman Melville: *MobyDick. A Ilha e o Mar – Metáforas do Carácter do Povo Americano*.

Dedicou grande parte do seu trabalho à literatura açoriana, às pontes entre esta e a literatura americana, à atlanticidade e à diáspora. De entre os vários títulos publicados e que constituem uma consistente bibliografia, podemos destacar *De emigração tecido*; “Identidade e espírito do lugar” in *João de Melo e a Literatura Açoriana*; *Viagem ao centro do mundo*; *Regresso a casa: Uma Proposta de Intervenção Social*; *Nordeste: e no princípio era a ilha*; *Sorriso por dentro da noite*; e *Nas Duas Margens: da Literatura Norte-americana e Açoriana*.

Foi recentemente condecorada com a Insígnia Autónómica de Reconhecimento, atribuída por esta Assembleia, na cerimónia do Dia da Região, a 21 de maio último.

Têm-se multiplicado as reações de pesar pelo desaparecimento daquela que é uma das figuras incontornáveis da academia e da literatura açorianas das últimas décadas. Adelaide de Freitas faleceu a 6 de junho, depois de um longo silêncio a que a impiedade da doença a obrigou, privando-nos assim, de há alguns anos a esta parte, da singularidade da sua voz – ainda que o seu imenso e incansável companheiro, o escritor e crítico literário Vamberto Freitas, e a riqueza do trabalho que nos deixa nunca a façam ausente.

Álamo Oliveira, outro nome obrigatório da nossa bibliografia insular, evocou, dela falando em 2013, «a grandeza de um sorriso por dentro da vida». É assim que queremos lembrá-la: pelo seu sorriso rasgado, pelas suas batalhas e pelas suas conquistas, pela professora que quis (e soube) ser, pela escritora capaz de descobrir a poesia ínfima que acompanha a nossa *viagem ao centro do mundo*.

Regressou agora a Adelaide à quietude e ao silêncio do seu lugar inicial, à lisura das manhãs, à mansidão das ribeiras: «Estende daí a tua mão // Desce comigo ao templo liso das manhãs / e deixa-te ficar... / vê agora como sentes a fundura

do chão / o leito da ribeira a fímbria das emoções // Deita-te aí por um instante / na deleitosa corrente da ribeira / e toca-a de mansinho / que de tão mansa não a sintas (...))»

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo seu falecimento e que dele seja dado conhecimento aos seus familiares, expressando as nossas mais profundas e sentidas condolências.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 19 de julho de 2018.

Os Deputados, *Renata Correia Botelho, André Bradford, Graça Silva e Susana Costa*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente ao falecimento de Maria Adelaide Correia Monteiro de Freitas, desta feita pelo PSD, para apresentar o Voto de Pesar tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Maria Adelaide Correia Monteiro de Freitas

Faleceu no passado dia 6 de Junho, Maria Adelaide Correia Monteiro de Freitas, natural da Achadinha, concelho de Nordeste.

Adelaide Monteiro de Freitas licenciou-se pela Southeastern Massachusetts University e, em 1972, concluiu o mestrado em Literatura Comparada na City University of New York. Em 1987, doutorou-se em Literatura Norte-Americana na Universidade dos Açores.

Criou o Center for English Speaking Cultures na Universidade dos Açores e foi Diretora do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da universidade açoriana.

A Professora Adelaide Monteiro de Freitas destacou-se como ensaísta, crítica literária e professora, na Universidade dos Açores, tendo publicado mais de três dezenas de trabalhos, em revistas, jornais e suplementos culturais, sobre temáticas tais como a literatura açoriana, a atlanticidade e a diáspora açoriana.

Foi uma escritora de mérito, com vários livros publicados, com destaques para textos de poesia e prosa poética, assim como o romance “*Sorriso por Dentro da Noite*”.

No âmbito da sua participação cívico-política, a Professora Adelaide Monteiro de Freitas ocupou diversos cargos de dirigente do Partido Social Democrata, dos Açores, tendo sido eleita Vereadora da Câmara Municipal do Concelho de Nordeste, entre 1994 e 1999, e exerceu, por um curto período, o cargo de Deputada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em janeiro de 1989.

Em 1989, foi designada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma representante dos Açores no Conselho Nacional de Educação.

Foi Presidente do então Instituto de Ação Social dos Açores entre 1991 e 1996.

A Professora Adelaide Monteiro de Freitas foi agraciada, no passado dia 21 de maio, Dia da Região, com a Insígnia Autonomica de Reconhecimento.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores este Voto de Pesar, do qual deve ser dado conhecimento à sua família, à Câmara Municipal de Nordeste e à Universidade dos Açores.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2018.

Os Deputados, *Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece e António Viveiros*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

O próximo Voto de pesar refere-se ao pelo falecimento de António Cordeiro, é apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento de António Cordeiro

Há momentos na vida parlamentar em que o uso da palavra se faz com grande tristeza e comoção.

Hoje é uma dessas ocasiões. Um momento que desejava-mos poder adiar.

Todavia, a circunstâncias obriga-nos à respeitosa evocação de um ex-deputado desta Assembleia, de um amigo e de um camarada que nos deixou muito recentemente.

António Fernando Raposo Cordeiro, conhecido no mundo da política como António Cordeiro, faleceu no passado dia 5 de junho, aos 69 anos de idade.

António Cordeiro nasceu a 13 de junho de 1948 e era natural da freguesia de Água d'Alto, do Concelho de Vila Franca do Campo, tendo frequentado o Externato do seu Concelho e o Liceu Nacional de Ponta Delgada.

Em 1978 conclui a sua licenciatura em Medicina, pela Faculdade de Medicina de Lisboa.

Cerca de três anos antes de terminar a sua formação superior, António Cordeiro casou-se, em setembro de 1975, com Maria Patrocínio Lavado Moreira, com quem teve dois filhos, Ricardo Cordeiro, de 37 anos, e Gonçalo Cordeiro, de 35 anos.

António Cordeiro especializou-se em pediatria e nessa qualidade exerceu funções no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, sendo reconhecido por todos como um médico de referência. Mais tarde abriu o seu consultório privado de Pediatria no qual, conforme o próprio confessava, acompanhou e tratou milhares de crianças de diversas gerações.

No plano político, António Cordeiro foi um militante histórico do Partido Socialista dos Açores, tendo ingressado no PS em setembro de 1983.

Nessa qualidade, António Cordeiro foi eleito Deputado Regional nas listas do PS-A em 1988, desempenhando, assim, funções na IV Legislatura da Assembleia Legislativa dos Açores.

António Cordeiro desempenhou também, ao longo das dezenas de anos de militância no PS, diversos cargos dirigentes concelhios, regionais e nacionais. Tendo também desempenhado vários cargos municipais nomeadamente o de Vereador do seu Concelho.

A 11 de Outubro de 2009, António Cordeiro foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo. Esse grande sucesso eleitoral de António Cordeiro assinalou uma vitória histórica do PS-Açores, pois representou a

primeira vitória de sempre do PS para a eleição da presidência da Câmara da ex-capital de São Miguel.

Para além de ter estado à frente dos destinos do seu Concelho durante um mandato, António Cordeiro foi também Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo, durante mais de uma década, dando assim mais um grande contributo cívico à sua terra natal.

Por todos esses motivos, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 19 de julho de 2018, emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de António Fernando Raposo Cordeiro, reconhecendo o relevante contributo que deu à Região, a esta Assembleia, ao seu Concelho e ao Partido Socialista, como político e também como profissional e cidadão, e endereça sentidas condolências a toda a sua família.

Propõe-se ainda que deste Voto de Pesar seja dado conhecimento aos seus familiares, à Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e à Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo.

Horta, Sala das Sessões, 19 de julho de 2018

Os Deputados, José Ban-Bento, Francisco Coelho e André Bradford

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar refere-se também ao falecimento de António Fernando Raposo Cordeiro.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

António Fernando Raposo Cordeiro

Faleceu no passado dia 5 de junho, António Fernando Raposo Cordeiro, natural de Água d'Alto, concelho de Vila Franca do Campo.

Fez a sua licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa e a sua especialização em Pediatria no Hospital de Santa Maria em Lisboa, altura a partir da qual ingressou no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, onde atingiu o lugar de Chefe de Serviço.

Foi um Médico dedicado aos seus doentes e um bom entendedor das causas sociais, atendendo muita vez no seu próprio consultório privado, sem qualquer custo, aqueles que, sem posses, o procuravam para cuidar dos seus filhos.

António Cordeiro foi um cidadão comprometido na defesa do bem-estar da sua comunidade.

Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo, durante 15 anos, de 4 de Janeiro de 2000 a 2 de Janeiro de 2015, empenhando-se no melhoramento de valências já existentes, como na defesa de novas valências para a Instituição, nomeadamente o Centro de Atividades Ocupacionais, que hoje dá apoio a um número significativo de cidadãos portadores de deficiência.

Militante ativo do Partido Socialista, abraçou múltiplas causas políticas em defesa do seu concelho, da sua ilha e dos Açores.

Em 2009 foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, tendo cumprido o seu mandato até 2013.

Entre 1988 e 1990 exerceu o seu mandato de Deputado, na IV legislatura da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assim e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores este Voto de Pesar, do qual deve ser dado conhecimento à sua família, à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e à direção da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo.

Horta, Sala das Sessões, 19 de julho de 2018.

Os Deputados, *Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece e António Viveiros*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar é apresentado pelo PS, refere-se ao falecimento de António Duarte Arnauth.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria Maia (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar
pela morte de António Duarte Arnaut

Nasceu em Penela, Cumeeira no distrito de Coimbra a 28 de janeiro de 1936 e faleceu a 28 do passado mês de maio, num dos maiores hospitais públicos do Serviço Nacional de Saúde, de quem lhe chamam “o pai”, porque seu visionário e criador.

Advogado, resistente e combatente pela liberdade, foi um dos fundadores do Partido Socialista, para quem abril foi a semente da liberdade e da igualdade de acesso a uma condição plena de cidadania e de direitos. Dirigente do PS até 1983, em 2016 no XX Congresso do Partido Socialista, é nomeado seu Presidente Honorário.

O abandono da vida política ativa para se dedicar à advocacia, não o retira da intervenção cívica. Atento e participante, no ano passado, em conjunto com João Semedo, publicam um livro, onde impelidos pelas ameaças percebidas ao SNS, propõem uma nova lei de bases da Saúde, não fosse o SNS uma das suas criações mais convictas para o bem comum; com necessária, constante e intransigente defesa.

Homem das letras como veículo do pensamento, da ação e dos sentimentos, foi ensaísta, ficcionista e poeta. Pragmático nas ideias igualitárias ao bem comum e essencial da sociedade como o do acesso universal e gratuito aos cuidados de saúde; neste desiderato, assumiu a atividade política como o veículo necessário a esta concretização.

Deputado na Assembleia Constituinte e na Assembleia da República de que foi Vice-Presidente, ocupa em 1978 o cargo de Ministro dos Assuntos Sociais do II Governo Constitucional, numa coligação entre o PS e o CDS, liderado por Mário Soares; e é nesta condição que assina o despacho que daria origem à lei que em setembro de 1979 criou o nosso Serviço Nacional de Saúde

Participa ativa e positivamente nos destinos de várias instituições e agremiações, nomeadamente na Assembleia Municipal da sua Câmara de Penela, na Ordem dos Advogados, de quem recebe em 2007 a sua Medalha de

Honra, Vogal do Conselho Superior de Magistratura, fundador da Associação Portuguesa de Escritores Juristas de quem foi Presidente, cofundador do Círculo Cultural Miguel Torga. Foi Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano da Maçonaria Portuguesa.

Homem ilustre no pensar, sábio e hábil no agir para o bem comum da nossa sociedade, foram-lhe por isso conferidas honras da nação livre e democrática que ajudou a renascer.

Agraciado Grande Oficial da Ordem da Liberdade, em 2004, nas comemorações dos 30 anos da Revolução de 25 de Abril; em abril de 2016 é elevado ao grau da Grã-Cruz da Ordem da Liberdade por Sua Ex^a. o Presidente da República Portuguesa Marcelo Rebelo de Sousa, que decretou um dia de luto nacional por ocasião da sua morte.

O Serviço Nacional de Saúde, é sem dúvida uma das melhores conquistas de abril e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira herdaram a sua matriz e implementam com sucesso o mesmo modelo, assumindo-se esta regionalização dos serviços de saúde também como identitária da nossa Autonomia.

Os sucessivos Governos da Região Autónoma dos Açores, reviram-se na generosidade ideológica deste modelo assistencial e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista partilha as mesmas preocupações e mensagens recentemente reiteradas por ele quanto ao futuro dos Serviços Nacional e Regionais de Saúde e por isso a necessidade da sua constante defesa.

O Serviço Nacional de Saúde, marca definitivamente grande parte da sua vida de político e pensador, confrontando-se constantemente com a sua crítica e existência futura, por vezes elevada ao sentimento não tolerável da sua eventual perda.

Daí que, tal como referiu numa entrevista, o SNS tenha sido o seu melhor poema, não fosse a poesia a sublimação do sentimento e do desejo.

De António Duarte Arnaut, ainda se fará mais história, com toda a sua obra e com toda a sua poesia, consubstanciada no incompleto duma mente inquieta, transcrito para este seu poema:

Dói-me o poema que nunca escreverei.

O único que gostaria de deixar
embutido na lembrança como a corola
nas pétalas iluminadas do tempo.

Um poema que fosse uma flor desfolhada
pelo vento solidário do futuro:

cada sílaba um aroma e cada verso
a emotiva respiração do encontro.

Um poema que tivesse a forma de um abraço
e o ritmo tenso de corações irmanados
que saúdam o casto alvorecer
num cântico de pássaros libertos.

Nunca escreverei esse poema.

Mas ele está dentro de mim tão vivo e justo,
tão íntimo e luminoso como o Sol
no puro olhar do homem primitivo.

Não se escreve o sentimento que não cabe
no precário barro das palavras.

Toda a revelação sonha calada
como a semente no ventre da terra.

É de esperança a mensagem que me grita,
indecifrável no silêncio da raiz.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, nos termos regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um voto de pesar pela perda de um Homem livre, culto e dedicado a um bem

maior que é a saúde dos portugueses; e deste voto seja dado conhecimento a sua Ex.ma família, a sua Ex.^a o Presidente da Assembleia da República, ao Ex.mo Bastonário da Ordem dos Advogados Portugueses e ao Ex.mo Sr.º Presidente do Partido Socialista.

Horta, Sala das Sessões, 19 de julho de 2018.

Os Deputados, *André Bradford, Dionísio Faria Maia, Isabel Quinto e Domingos Cunha*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em nome da bancada parlamentar do PSD, queria associar-me a este Voto de Pesar apresentado pelo PS, relevando a dimensão de jurista, homem das letras, um homem convicto na defesa das suas ideias e um homem com visão que conseguiu, a muito longo tempo, defender ideias que para o seu tempo eram muito arrojadas, nomeadamente na defesa do serviço nacional de saúde e na sua criação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver, sendo assim vamos então passar à votação.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar refere-se ao falecimento do Dr. da Cunha Oliveira.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

pelo falecimento do Dr. Artur da Cunha Oliveira (1924-2018)

O Dr. Artur da Cunha Oliveira, nascido na cidade de Lawrence, Estado de Massachusetts, nos Estados Unidos da América, a 30 de setembro de 1924, faleceu no passado dia 20 de junho, aos 93 anos de idade.

Aos sete anos foi para a ilha Graciosa, freguesia do Guadalupe, onde frequentou e concluiu a escola primária.

Fez os estudos liceais e filosóficos no Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo, licenciou-se em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana e em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico, em Roma.

O Dr. Artur da Cunha Oliveira, foi sacerdote católico, cónego da Sé de Angra, teólogo, professor do Seminário de Angra, presidente da Comissão Diocesana “Justiça e Paz”, e assistente diocesano de vários movimentos, organismos e associações de apostolado.

Foi professor de Latim, Grego, Hebraico, Sagrada Escritura e Sociologia, no Seminário Episcopal, de Português, de Latim e de Grego no Liceu de Angra. Foi membro do Board of Regents e Major Professor, da Califórnia University for Advanced Studies.

No âmbito da atividade civil e administrativa deixou um património de experiência profissional.

O Dr. Artur da Cunha Oliveira foi jornalista e diretor do jornal “A União”, de Angra do Heroísmo, e Diretor Executivo do semanário “The Portuguese Tribune”, em São José, da Califórnia.

Foi Conselheiro de Orientação Profissional do Serviço Nacional de Emprego, Diretor Interino do Centro de Emprego de Angra do Heroísmo, técnico de planeamento e Diretor Interino do Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores – DREPA -, e foi presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Como Presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, chefiou a delegação dos Presidentes Administrativos das Juntas Gerais dos Distritos dos Açores, que foi negociar a Lisboa, em junho de 1975, a criação da Junta Governativa dos Açores.

Foi Deputado ao Parlamento Europeu, pelo Partido Socialista, e foi Vice-Presidente do Intergrupo da Família e dos Direitos da Criança, membro efetivo do Intergrupo sobre a Velhice e do Intergrupo do Arco Atlântico.

Autor de vários livros, foi ainda sócio fundador do Instituto Açoriano de Cultura e vogal da comissão instaladora do Instituto Universitário dos Açores, entre outras atividades, participações e experiências cívicas e administrativas.

Pelas várias funções públicas que desempenhou, pelo seu profundo caráter humanista, disponibilidade para o exercício de funções cívicas e culturais e pelo seu contributo para a liberdade de pensamento e de ação, o Dr. Artur da Cunha Oliveira foi agraciado com a Insígnia Autónomica de Reconhecimento, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 18 de maio de 2010.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho, que seja aprovado um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Artur da Cunha Oliveira, e dele seja dado conhecimento à sua Família, ao Seminário Episcopal, à Diocese de Angra e ao Instituto Açoriano de Cultura.

Horta, Sala das Sessões, 19 de julho de 2018.

Os Deputados, *Domingos Cunha, Francisco Coelho, Isabel Quinto e André Bradford*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O CDS associa-se naturalmente com pesar a este voto e de um modo muito especial eu também, se me permitem a título pessoal, queria dizer que o Dr. Cunha de Oliveira, era muito mais que o seu currículo, que foi aqui e muito bem lido pelo Dr. Domingos Cunha.

O Dr. Cunha de Oliveira era um humanista de grande dimensão e em toda a sua dimensão.

O Dr. Cunha de Oliveira era um visionário, com uma visão própria da política, com uma visão própria da sociedade e com ideias muito próprias sobre o desenvolvimento da autonomia e o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Foi um pensador da autonomia e transmitia esse seu pensamento várias vezes e durante várias ocasiões.

Foi um homem da cultura. Foi fundador do Instituto Açoriano de Cultura que deu um grande relevo e um grande impulso cultural a Angra do Heroísmo e à Região Autónoma dos Açores.

Tinha ideias próprias, diferentes daquelas que deviam ser aplicadas e que foram primeiramente aplicadas no desenvolvimento dos Açores. Não defendia um modelo unipolar, defendia um modelo multipolar de desenvolvimento, disse-o várias vezes.

Defendia que a Sede do Governo e do Parlamento deveriam estar noutros sítios; defendia que a autonomia deveria resolver por si própria e não depender dos outros.

O Dr. Cunha de Oliveira foi um pensador de grande craveira e que faz falta hoje em dia à nossa autonomia pensadores do estatuto e da craveira do Dr. Cunha de Oliveira.

Mas, se me permitem, era também um homem independente no seu pensamento, socialista convicto, mas defendia aquilo que era melhor muitas vezes para a sua terra e muitas vezes em dissonância com o seu partido.

Estou-lhe perfeitamente grato pelas conversas que tive, por algum ensinamento que me deixou e pelo incentivo que sempre me transmitia quando me encontrava sobre a política, mas estou-lhe sobretudo grato por apesar de ser socialista, de respeitar o seu partido, de nunca negar a sua ideologia, como espírito independente, ter sido meu mandatário quando fui candidato à Câmara Municipal de Angra.

Isso revela bem a independência intelectual e política do Dr. Cunha de Oliveira e por isso é com grande pesar que nos associamos a este voto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Haja saúde a todos!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este Voto de Pesar ao Dr. Cunha de Oliveira, como sendo uma referência na história contemporânea dos Açores, ele que foi autor de uma profunda reflexão desta Região, a sua consciência societária, os seus modelos e projetos de afirmação e desenvolvimento sócio político e sócio religioso.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar, refere-se ao falecimento do Cônsul Honorário John Martins, é apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO PESAR

Pelo Falecimento do Cônsul Honorário John Martins

Faleceu, no passado dia 15 de junho, John Carlos Martins aos 54 anos. Era cônsul honorário em Los Angeles desde 2015, um grande pilar da comunidade portuguesa na Califórnia e uma figura de enorme notoriedade.

Nasceu na freguesia dos Altares, ilha Terceira, a 21 de abril de 1964, tendo emigrado com a sua família para a Califórnia em 1966.

Formou-se no Los Angeles Trade-Technical College, tornando-se um empresário de sucesso na área da construção civil. Ocupou o cargo de presidente da Câmara Municipal de Artesia, entre 2004 e 2010, tendo sido vereador da mesma autarquia, entre 2001 e 2003. Tornou-se um líder na comunidade de Artesia, pois nas várias funções políticas, culturais e sociais que desempenhou sempre demonstrou enormes qualidades humanas, cívicas e um elevado sentido de serviço público. Além do mais, era um apaixonado pela música e, por isto, para além de participar e dinamizar as danças de Carnaval na

Comunidade, participou em grupos musicais, liderando durante vinte e cinco anos o grupo “Aquários”. Atualmente era membro e líder da Banda de Rock “562”, grupo que tem atuado frequentemente em festivais no Canadá, na costa leste dos Estados Unidos e, também, nas Festas Sanjoaninas e nas Festas da Praia, na ilha Terceira. Mas John Carlos Martins, mais de que um líder, era um amigo, reconhecido na comunidade açoriana nos Estados Unidos da América. Efetivamente, apesar de ter ido para os Estados Unidos apenas com dois anos de idade, John Carlos Martins manteve, desde cedo, uma participação ativa nos assuntos da comunidade açoriana. Por este motivo, foi homenageado no passado mês de maio por esta Assembleia Legislativa Regional, com a Insígnia Autónoma de Reconhecimento, por ocasião das comemorações do Dia da Região. Reconhecimento que, por impossibilidade profissional, não teve oportunidade de acolher presencialmente.

Este homem do povo, pai de família exemplar, era um filho desta terra que o viu partir demasiado cedo, quando ainda tinha tantos sonhos por concretizar.

A sua generosidade, honestidade, disponibilidade para ajudar e aquele abraço amigo, sempre disponível para todos os que tiveram a oportunidade de conviver, ficarão para sempre na memória.

Sendo assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2018, que emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de John Carlos Martins, reconhecendo o relevante contributo para o prestígio e dinamização da nossa Comunidade da Califórnia, e ao fortalecimento das relações e da amizade entre aquele estado norte-americano e os Açores, e endereça sentidas condolências a toda a sua família e amigos.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, ao Consulado Geral de Portugal em São Francisco, à Câmara Municipal de Artesia e ao Artesia Des Portuguese Hall.

Horta, 19 de julho de 2018

Os Deputados, *Isabel Quinto, José San-Bento, Domingos Cunha, Francisco Coelho, André Bradford*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente ao falecimento do John Carlos de Sales Martins, desta feita pelo PSD, apresentará o Voto de Pesar o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

PELA MORTE DE JOHN CARLOS DE SALES MARTINS

No passado dia 15 de Junho faleceu John Carlos de Sales Martins, Cônsul Honorário de Portugal em Los Angeles e uma personalidade de alto relevo na comunidade portuguesa da Califórnia.

Natural dos Altares, concelho de Angra do Heroísmo, nasceu a 21 de abril de 1964, emigrando com a família dois anos para os Estados Unidos da América.

Com 54 anos de idade contava com um currículo reconhecido de serviço cívico, político, cultural e profissional que mereceu a distinção da Assembleia

Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores com a Insígnia Autonómica de Reconhecimento no passado mês de Maio.

A sua energia positiva, o seu bem querer, a sua inteligência, a sua vontade de viver e ser feliz eram de uma tal intensidade que contagiavam e marcavam todos quantos tiveram a sorte de com ele se cruzar.

Aprendiz de carpinteiro, seguidor do negócio do pai nas construções onde se afirmou como empresário de sucesso e no negócio imobiliário, vereador e Mayor da sua Artesia, mestre e ator de danças, músico de filarmónicas, marchas e rock, agente cultural, social e cívico da sua comunidade, filho dedicado, marido extremoso, pai orgulhoso e protetor, John Martins era tudo isto e muito mais, era, sobretudo, a personificação viva da generosidade, do sorriso, da humildade e graça natural.

Os Açores perdeu um pilar na comunidade portuguesa do sul da Califórnia que deixa um legado da verdadeira essência do ser açoriano.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de pesar pela morte de John Martins

Que do presente voto se dê conhecimento à família.

Horta, Sala das Sessões, 19 de julho de 2018

Os Deputados, *Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Viveiros, Paulo Parece, César Toste e Luís Rendeiro*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto de pesar desta manhã, será apresentado pelo BE, refere-se ao falecimento de João Pedro Furtado da Cunha Semedo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de João Pedro Furtado da Cunha Semedo

A poucos meses da sua morte, João Semedo declarou, numa entrevista, e cito: "Tive uma vida intensa, o que me enche de felicidade e boa disposição".

João Semedo despediu-se da vida, tal como a viveu: de forma serena, afável e sempre com um sorriso.

Durante toda a sua vida demonstrou uma profunda convicção nas suas ideias, uma capacidade notável de concretização e um interesse profundo por todas as áreas do conhecimento e da expressão humana, características que o levaram, ao longo da vida, a múltiplas atividades.

Era uma pessoa afável, podemos mesmo dizer afetuoso com os seus semelhantes, que conseguia captar o respeito e a estima, mesmo daqueles/as que, em contendas políticas ou noutras áreas, esgrimiam posicionamentos diferentes.

A sua actividade multifacetada teve sempre uma constante: a intervenção política, a qual abraçou desde jovem.

Filho de um engenheiro (militante comunista) e de uma professora, iniciou a sua actividade política, aos 16 anos, em Lisboa e, em 1967, na mobilização estudantil de apoio às vítimas da tragédia das cheias, na região de Lisboa.

Em 1968, já estudante de medicina, participou na primeira manifestação contra a guerra do Vietname e, em 1972, aderiu ao Partido Comunista Português. Em

1973, é eleito para a Comissão de Estudantes da Faculdade de Medicina e, nesse mesmo ano, é preso pela PIDE, durante quinze dias, em Caxias. Após o 25 de Abril, dinamizou o Movimento ALFA - Alfabetização de Adultos.

Tornou-se funcionário do Partido Comunista Português e mudou-se para o Porto, tendo desempenhado funções, no sector intelectual, no sector da saúde e das relações com a imprensa, deste Partido, bem como em outras estruturas partidárias do PCP.

Em 1991, demitiu-se de funcionário e do Comité Central do PCP, no dia seguinte à reunião em que foi votada a expulsão do Partido de Raimundo Narciso, José Luís Judas, Mário Lino e Barros Moura, assumindo, então, que as divergências políticas devem ter resolução política e não administrativa.

Em 2003, funda, com outros ex-dirigentes do PCP, o Movimento da Renovação Comunista, com vista ao debate de ideias iniciado no interior do Partido.

Em 2004, aceita ser candidato independente, nas listas ao Parlamento Europeu, pelo Bloco de Esquerda. A sua aproximação ao Bloco prosseguiu e, em 2006, assumiu o lugar de deputado, tendo sido parlamentar, ao longo de três legislaturas.

Como deputado, teve um papel decisivo na adopção de leis fundamentais, como a do Testamento Vital, a Carta dos Direitos dos Utentes do SNS, a Prescrição por Princípio Activo, o Estatuto do Dador de Sangue e a dispensa gratuita de medicamentos, após alta hospitalar, entre outros.

Em 2012, assumiu a coordenação do Bloco de Esquerda, num modelo de coordenação paritária, com Catarina Martins, até 2014.

Em 2015, por razões de saúde, renunciou ao mandato de deputado.

Médico de profissão, João Semedo foi presidente do Conselho de Administração do Hospital Joaquim Urbano, entre 2000 e 2006, no qual introduziu formas originais de tratamento de doentes com SIDA.

Esta vida de múltiplas atividades desdobra-se, ainda, por uma intensa ação, no plano cultural, na Cooperativa Árvore, pela pertença à direção do Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica - FITEI - e pela fundação da Universidade Popular, no Porto, entre muitas outras.

Apesar da doença que, em 2015, o acometeu, João Semedo, fiel à sua permanente vontade de participação cívica, editou um livro (em co-autoria com António Arnaut), a quem deste púlpito presto a minha homenagem em nome do BE, cujo título é esclarecedor - "Salvar o Serviço Nacional de Saúde" -, no qual assume uma proposta de revisão da Lei de Bases da Saúde. Foi ainda um dos principais ativistas do "Movimento Pelo Direito a Morrer com Dignidade".

Em suma, uma vida cheia de participação política, cultural e cívica.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do BE propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 19 de julho de 2018 emita o seguinte Voto: “a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta a sua consternação, pela morte do cidadão exemplarmente empenhado e do Parlamentar que foi João Semedo, exprimindo aos seus familiares e amigos e ao Bloco de Esquerda o seu sentido pesar”.

Deste Voto deverá ser dado conhecimento à sua família e à Direção Nacional do BE.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 19 de julho de 2018

Os Deputados, *Zuraida Soares e Paulo Mendes*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS associa-se a este voto de Pesar, por três razões principais: pela forma quase, ou mesmo de egrégio na sua vida pessoal, profissional e política de João Semedo; quer como combatente antifascista, preso como já foi dito aqui, aos 22 anos, por participar numa simples manifestação da CDE na Avenida da República a 200 metros da esquadra da PSP e também pelo seu trajeto na sua vida política, profissional, quando deixou o Partido Comunista foi exercer para o Porto, de forma gratuita, para se entrosar na vida profissional e por ter sido para além de combatente anti fascista uma das pessoas que juntamente com Arnault, fundou o Serviço Nacional de Saúde, do qual foi sempre intransigente defensor até ao final da sua vida e também por isso foi mesmo um corajoso na sua própria doença.

Por todas essas razões, se não fossem muitas mais o Grupo Parlamentar do PS subscreve e associa-se a este Voto de Pesar.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este Voto de Pesar, apresentado pelo BE, sobre o falecimento do Dr. João Semedo, sublinhando a sua dimensão política, de homem – como aqui foi dito – defensor do Serviço Nacional de Saúde, apresentador ou proponente de muitas propostas que vingaram no âmbito do próprio funcionamento do Serviço Nacional de Saúde e que foram originais.

Eu tive oportunidade de conhecer pessoalmente o Dr. João Semedo, enquanto Deputado à Assembleia da República e enquanto membro da Comissão

Parlamentar de Saúde e se ouve coisa que para além da sua dimensão política, naturalmente que já conhecia, me sensibilizou foi precisamente, como aqui neste Voto de Pesar está descrito, a sua humanidade e a afabilidade com que com todos convivia, a todos recebia e de forma aberta se mostrava disponível para discutir, apresentar argumentos, contrapor e desistir dos seus próprios quando reconhecia que os dos outros eram melhores do que os dele.

Desta forma está, por via do Grupo Parlamentar do PSD, feita a homenagem devida àquele que foi um grande parlamentar político e homem, como João Semedo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é subscrito por todos os Grupos e Representações Parlamentares com assento nesta Assembleia e é um Voto de congratulação pela organização das IX Jornadas Parlamentares Atlânticas nos Açores.

Tem a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

Deputada Susana Costa (PS): Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras., Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA ORGANIZAÇÃO DAS IX JORNADAS PARLAMENTARES ATLÂNTICAS NOS AÇORES

Entre os dias 17 a 19 de junho, organizaram-se as IX Jornadas Parlamentares Atlânticas nos Açores. Estas Jornadas são um encontro que reúne deputados das Assembleias dos arquipélagos dos Açores, Cabo Verde, Canárias e Madeira.

Iniciado em 1990, este fórum insular apresenta uma logística rotativa, uma vez que é organizado, bienalmente, por cada um dos quatro arquipélagos. No presente ano de 2018, a planificação e a concretização das Jornadas foram da responsabilidade da Assembleia Legislativa dos Açores, tarefa que esta instituição assumiu pela terceira vez.

Os três dias de debate sobre questões de índole política, económica, ambiental e cultural envolveram, no total, o apoio a 32 deputados, para lá dos presidentes da Assembleia Legislativa dos Açores, da Assembleia Legislativa da Madeira, do Parlamento das Canárias e da Assembleia Nacional da República de Cabo Verde.

O programa do encontro de 2018 conciliou um conjunto de atividades distintas, nomeadamente reuniões e visitas sectoriais de trabalho, as quais também foram acompanhadas por momentos de convívio entre todos os elementos envolvidos nas Jornadas. Destaquem-se os quatro eixos de reflexão, que se concretizaram de acordo com os seguintes temas: “As Regiões ultraperiféricas, os Estados e a União Europeia”; “As economias da Macaronésia no contexto da economia global: especial incidência do Turismo, Comércio e Setor Primário”; “A Macaronésia e as alterações climáticas”; e “Educação, Cultura e Igualdade de Género”. No final, estas Jornadas Parlamentares Atlânticas culminaram com a assinatura de uma Declaração Institucional pelos Presidentes dos quatro Parlamentos envolvidos, intitulada “Declaração dos Açores”, que não só destacou a importância de ações concertadas para o fortalecimento dos territórios insulares, como salientou a relevância da política de coesão para as regiões ultraperiférica perante os desafios que, atualmente, se colocam à União Europeia.

Perante a agenda complexa do encontro, a Assembleia Legislativa dos Açores pode contar com a elevada competência dos seus funcionários. Com efeito, como terão consciência, a logística inerente à organização destas Jornadas é exigente, compreendendo a articulação dos vários grupos de trabalho, horários, entidades, deslocações, entre outras questões, numa azáfama que não se esgota nos três dias de duração do evento. Ao longo deste, todos os funcionários da Assembleia Legislativa dos Açores, quer os que estiveram mais expostos, quer os que colaboraram nos bastidores, mostraram ser detentores do difícil equilíbrio entre competência e afabilidade, entre eficiência e simpatia.

Parte este Voto de Congratulação do BE, da Deputada Zuraida Soares, onde desde logo à primeira hora se associaram todos os outros Grupos Parlamentares e todas as Representações Parlamentares aqui que estiveram envolvidas nas Jornadas.

Portanto, reconhecendo o profissionalismo de todos os funcionários da Assembleia Legislativa dos Açores que os Grupos Parlamentares do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do Centro Democrático Social-Partido Popular, do Bloco de Esquerda e as Representações Parlamentares do Partido Comunista Português e do Partido Popular Monárquico, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propomos a esta Assembleia Legislativa Regional dos Açores a aprovação do presente voto de congratulação e que do mesmo seja dado conhecimento a todos os funcionários da ALRA.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 19 de julho de 2018

Os Deputados, *André Bradford, Duarte Freitas, Zuraida Soares, João Corvelo, Paulo Estêvão e Artur Lima*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É verdade que a iniciativa ou a ideia poderá ter partido de mim, como foi dito pela Deputada Susana Goulart, mas quero acrescentar que foi de imediato abraçada por ela própria e ficou a germinar a ideia desde a realização das Jornadas Atlânticas, até agora, de que apresentaríamos este Voto, faríamos o convite a todos os outros partidos e representações para se associarem a ele e ele foi escrito pela Deputada Susana Goulart, o que prova que quando a causa é boa, a unidade é possível na realidade e a causa, neste caso concreto, é boa, que é, por um lado orgulhar-me – e foram as minhas primeiras Jornadas Atlânticas enquanto Deputada desta Casa – quer do trabalho realizado, quer sobretudo de todos os momentos de partilha, de aprendizagem, de trabalho, de convívio, no qual todos fomos assessorados de uma forma competentíssima, afetuosa, disponível que honra qualquer parlamentar desta Casa por ter ao seu dispor colaboradores, funcionários tão, mas tão competentes e agradáveis.

Por isso eu felicito esta casa e os seus funcionários e funcionárias, felicito a Sra. Presidente desta Assembleia e digo com toda a sinceridade, tenho muita pena de já não estar nas próximas.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de congratulação, refere-se aos títulos nacionais alcançados na modalidade de kickboxing.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos títulos nacionais alcançados na modalidade de Kickboxing

Os Açores e a ilha do Pico, em particular, estão uma vez mais de parabéns no que diz respeito ao desporto, pela consagração de mais títulos nacionais alcançados na modalidade de Kickboxing.

Uma vez mais, o mérito vai para o jovem Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, do concelho de São Roque do Pico, que na sua missão dedicada ao desporto e concretamente na modalidade de Kickboxing tem sido uma referência do desporto Açoriano, a nível Nacional e Internacional. A excelência do trabalho desenvolvido pelo técnico Mestre Pedro Teles e pela Direção do Clube, tem sido notável na formação desportiva dos atletas bem demonstrativo do nível competitivo já alcançado.

Tendo iniciado a sua atividade com a patinagem de velocidade, obtendo vários títulos regionais, é na modalidade de Kickboxing que o clube tem obtido os maiores êxitos desportivos, nomeadamente com vários títulos Regionais, Nacionais e um título Internacional.

Uma vez mais, os atletas do Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António estiveram presentes no campeonato nacional de Kickboxing que decorreu no passado dia 09 e 10 de Junho, na cidade de Guimarães.

Competindo na categoria de Point – Fighting os jovens atletas, Érica Tomé, Nádia Raposo, Érica Jorge e Tomás Dinis, sagraram-se campeões nacionais dos seus escalões.

A jovem atleta Érica Tomé, com apenas 12 anos de idade, arrecadou o quinto título consecutivo de campeã nacional, um feito notável de uma jovem que ainda recentemente se sagrou campeã europeia.

Na mesma categoria Ana Barbosa, Érica Pacheco, Nikita Fernandes, Pedro Pires e Samuel Silveira sagraram-se vice-campeões Nacionais.

O Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António sagrou-se Campeão Nacional de Kickboxing por equipas nos escalões de formação na modalidade de Point – Fighting entre mais de 170 clubes que participaram no campeonato Nacional.

Este feito extraordinário é bem demonstrativo da capacidade individual destes jovens atletas Açorianos e da sua excelência desportiva, mas também de um trabalho notável realizado pelo técnico Pedro Teles e do nível de exigência e de organização do Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, presidido por Márcio Tomé.

É assinalável a conquista alcançada por estes jovens atletas Açorianos da Ilha Montanha, que começam a deixar os seus nomes registados não só no desporto Regional, mas também com várias conquistas no mais alto patamar do desporto Nacional na modalidade de Kickboxing, levando assim o nome do concelho de São Roque, da Ilha do Pico e dos Açores mais longe.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma

dos Açores reunida hoje, a 19 de julho de 2018, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula as atletas Érica Tomé, Nádia Raposo, Érica Jorge e o atleta Tomás Dinis pelos títulos alcançados no campeonato nacional de Kickboxing, assim como o Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, constituindo mais um motivo de orgulho e de admiração para todos os Açorianos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos Atletas, à Associação Regional de Kikboxing, ao Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de São Roque do Pico.

Horta, Sala das Sessões, 19 de julho de 2018.

Os Deputados, *Mário Tomé, André Rodrigues, Miguel Costa e André Bradford*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Marco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto apresentado, felicitando os atletas e deixando nota que numa comunidade pequena, é importante referir, só com títulos destes se demonstra a união entre o clube, os atletas, os pais dos atletas, os treinadores.

Deixar nota também do vigor desta instituição, da forma como tem conseguido diversificar a sua atividade e dos títulos que também tem conseguido noutras modalidades.

Portanto, desejamos muitos sucessos à Instituição e um particular de agrado e satisfação pela conquista por parte destes atletas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação, uma vez que não há mais inscrições.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é de Congratulação pelo 25.º aniversário do centro de convívio da casa do Povo do Porto Judeu.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25.º ANIVERSÁRIO DO CENTRO DE CONVÍVIO DA CASA DO POVO DO PORTO JUDEU

“Quando a velhice chegar, aceita-a, ama-a. Ela é abundante em prazeres se souberes amá-la. Os anos que vão gradualmente declinando estão entre os mais doces da vida de um homem. Mesmo quando tenhas alcançado o limite extremo dos anos, estes ainda reservam prazeres.”

Sêneca

Com base neste pressuposto de melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, foi criado em 8 de março de 1993, o Centro de Convívio da Casa do Povo do Porto Judeu, concelho de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira.

Um projeto de promoção e construção de um envelhecimento ativo que visou desenvolver um trabalho em prol da integração dos seniores e da sua inclusão nas atividades diárias da freguesia, combatendo a solidão, bem como promover

o desenvolvimento cognitivo e contribuir para a prevenção de doenças associadas à velhice.

Iniciado por Filomena Lima e um conjunto de senhoras que aceitaram o desafio da Ação Social conta atualmente com cerca de 70 utentes, voluntárias e colaboradores da instituição.

No corrente ano de 2018, o Centro de Convívio da Casa do Povo do Porto Judeu comemorou os seus 25 anos com o mote do Espírito Santo.

Semanalmente reúnem-se desenvolvendo um conjunto de atividades lúdicas e culturais.

Com um calendário de atividades anual o Centro de Convívio tem participado ativamente no Carnaval Sénior, concursos e outras tradições da Ilha Terceira, celebrado dias mundiais e realizado intercâmbios e viagens, como por exemplo, Canadá, Braga e Fátima. Na execução do mesmo pretendem proporcionar momentos de festa, partilha e convívio entre os utentes e as várias instituições, promover o encontro e interação com a comunidade, fomentar o convívio, as relações interpessoais e solidariedade entre gerações.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Centro de Convívio da Casa do Povo do Porto Judeu pela comemoração das suas bodas de prata.

Que do presente voto se dê conhecimento ao Centro de Convívio, Casa do Povo do Porto Judeu, Assembleia e Junta de Freguesia do Porto Judeu e Assembleia e Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 19 de julho de 2018

Os Deputados, *Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Viveiros, Paulo Parece, César Toste e Luís Rendeiro*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS naturalmente associa-se a este Voto de Congratulação e fazemo-lo porque reconhecemos que tem permitido que os nossos idosos, mantendo-se integrados na sua família e na comunidade, façam a promoção de um envelhecimento ativo e fomentem a integração e a inclusão.

O Centro de convívio da Vila de Porto Judeu é também um apoio às famílias e aos cuidadores de todos quantos o frequentam e promove as condições de segurança, de bem-estar e de conforto a que têm direito na fase da vida em que se encontram.

Saudamos as voluntárias e demais colaboradores que iniciaram há 25 anos este Centro de Convívio e continuam a dar continuidade com inúmeras ações e atividades, que tem permitido não só a partilha e o convívio entre os seus utentes, como promovem um envelhecimento ativo e a interação com outros centros de convívio e instituições, numa solidariedade inter geracional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 11 horas e 50 minutos.

Eram 11 horas 22 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas 59 minutos.

O próximo Voto é de Congratulação pelo Retábulo-Mor e seus Painéis Quinhentistas da Igreja Matriz de Santa Cruz da Graciosa, é apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Restauro do Retábulo-Mor e seus Painéis Quinhentistas da Igreja Matriz de Santa Cruz da Graciosa

A Igreja Matriz de Santa Cruz localiza-se na freguesia e Concelho de Santa Cruz da Graciosa e remonta a um primitivo templo edificado no local onde o primeiro capitão-donatário da ilha fez erguer a sua casa.

Construída no século XVI, a Igreja foi ampliada durante o século XVIII.

Encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público pela Resolução n.º 58/96, de 4 de abril.

Posteriormente, com a criação da zona classificada de Santa Cruz da Graciosa, este templo passou a estar abrangido nesse espaço classificado.

A atual Igreja caracteriza-se pelo seu aspeto construtivo e estilo arquitetónico barroco, embora conservando detalhes do estilo manuelino no seu interior, nomeadamente na abóbada do batistério e no importante retábulo existente na capela-mor.

O retábulo-mor da Igreja, de estilo Maneirista, um dos poucos existentes nos Açores, foi construído entre 1690 e 1694 pelo imaginário Manuel Fernandes, da ilha Terceira, com um custo de 115 mil reis. O seu douramento foi efetuado entre 1695 e 1706 por Sebastião Gomes da Fonseca, pintor e dourador da cidade de Angra do Heroísmo, custando 300 mil reis. A obra foi realizada para albergar os seis painéis quinhentistas que pertenciam ao primitivo retábulo da Matriz, datado do século XVI.

Os 6 painéis quinhentistas do retábulo-mor valorizam um dos altares do século XVI mais importantes dos Açores.

Alguns Historiadores atribuíram a autoria das tábuas, agora recuperadas, a Mestre Arruda dos Vinhos, artista com atividade em Lisboa entre 1540 e 1560 e autor de painéis semelhantes do antigo retábulo do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, entre 1522 e 1530.

A Igreja Matriz, de origem quinhentista e muito alterada por reconstrução entre 1722 e 1743, ostenta seis pinturas do Mestre de Arruda dos Vinhos. *O Caminho do Calvário, Calvário, a Deposição de Cristo, Santa Helena e a Invenção da Cruz, O Imperador Heráclio e a Exaltação da Cruz e Pentecostes*, são as seis obras de arte atribuídas a este autor.

Passados mais de 300 anos, era imperiosa uma intervenção de conservação e restauro neste retábulo, não só pelo mau estado de conservação em que este se encontrava, mas também pelo enorme valor artístico e religioso que este representa para a ilha Graciosa, por conter um conjunto de pinturas quinhentistas de relevante valor, estando estas entre as pinturas de maior qualidade dos Açores.

O restauro custou quase 75 mil euros. Metade desse valor veio do Governo Regional, e o restante de donativos de inúmeros graciosenses.

A intervenção de conservação e restauro, que esteve a cargo do ACROARTE - Atelier de Conservação e Restauro de Obras de Arte São Jorge, envolveu sete

técnicos e teve uma duração de cerca de um ano, procurando eliminar as causas de degradação através da correção de problemas estruturais ao nível do tardo e respetiva parede e de intervenções anteriores de má qualidade.

O tratamento efetuado teve a função de estabilizar o processo de degradação da obra e recuperar a mesma do ponto de vista físico e estético, perpetuando-a no tempo para futuras gerações.

A intervenção de conservação e restauro deste valioso conjunto veio devolver a dignidade merecida a esta obra de grande valor artístico, acrescentando uma mais-valia ao turismo cultural, religioso e histórico que a ilha Graciosa tem para oferecer, sendo um ponto obrigatório de visita.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de julho, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, congratula-se pelo restauro do Retábulo-Mor e seus Painéis Quinhentistas, da Igreja Matriz de Santa Cruz da Graciosa, sendo esta congratulação extensiva a todos os membros da Comissão Fabriqueira da Igreja Matriz, ao Pároco Sérgio Mendonça, à Ouvidoria da Graciosa e a todos os graciosenses que contribuíram para a recuperação deste valioso património.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Comissão Fabriqueira da Igreja Matriz, à Ouvidoria da Graciosa, ao Atelier de Conservação e Restauro de Obras de Arte São Jorge, à Diocese de Angra, Direção Regional da Cultura, Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, sala das sessões, 19 de julho de 2018.

Os Deputados, *Ricardo Ramalho, Manuel Ramos, José Ávila e André Bradford*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM votará favoravelmente este Voto de Congratulação, em relação ao restauro do Retábulo-Mor dos Painéis Quinhentistas, da Igreja Matriz de Santa Cruz da Graciosa.

Mas quero aqui referenciar que neste voto é cometida uma injustiça, há um nome que tinha que ser referenciado obrigatoriamente e esse nome é o do Dr. José Hipólito Raposo, um dos grandes intelectuais da primeira metade do séc. XX em Portugal; um dos grandes nomes do campo monárquico em Portugal e um homem que estava então exilado na Graciosa, devido à oposição política que fez ao Estado Novo.

Este homem, este intelectual português foi o responsável, por colocar no inventário artístico de Portugal estes Painéis Quinhentistas, que eram até então perfeitamente desconhecidos e que não figuravam nestas descrições e neste inventário em relação a este tipo de pinturas desta época.

Portanto, quero aqui fazer esta referência porque é de justiça, é um homem que fez a sua própria interpretação, que é atualmente contestada, mas não deixa de ter um mérito tremendo de ter colocado de facto estas pinturas ni inventário artístico de Portugal e esse é um mérito que deve ser referenciado e que deveria pertencer a este voto.

Seja como for vou votá-lo favoravelmente, mas esta referência tinha que ser feita nesta casa e esta justiça tinha que ser feita nesta Casa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se ao 50.º aniversário da Conferência de São Vicente de Paulo de Santa Catarina da freguesia do Cabo da Praia.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

50.º ANIVERSÁRIO DA CONFERÊNCIA DE SÃO VICENTE DE PAULO DE SANTA CATARINA DA FREGUESIA DO CABO DA PRAIA

“A verdadeira caridade abre os braços e fecha os olhos”

São Vicente de Paulo

A Conferência de São Vicente de Paulo da Paróquia de Santa Catarina do Cabo da Praia completou 50 anos de existência ao serviço do outro.

Sob a direção de Carlos Matos, esta constitui-se como um movimento católico de leigos que se dedica, sob o influxo da justiça e da caridade à realização de iniciativas destinadas a aliviar o sofrimento do próximo, em particular dos social e economicamente mais desfavorecidos, mediante o trabalho coordenado dos seus membros.

Composta por 19 pessoas, da sua atividade, salienta-se o acompanhamento de jovens praienses, sem suporte familiar, na percussão dos estudos universitários fora da Região Autónoma dos Açores.

Incorpora o grupo das 14 conferências vicentinas da Ilha Terceira, um dos movimentos da ação social da Igreja que dá voz aos pobres e contribui para que a sua presença não seja silenciada pela cultura do efémero.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação à Conferência de Vicentina de Santa Catarina pela comemoração das suas bodas de ouro.

Que do presente voto se dê conhecimento à Conferência, Assembleia e Junta de Freguesia do Cabo da Praia e Assembleia e Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 19 de julho de 2018

Os Deputados, *Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Viveiros, César Toste e Luís Rendeiro*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

(*) **Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo parlamentar do PS também se quer associar a este Voto, congratulando-se com a comemoração de bodas de ouro, deste movimento católico de voluntários, que foi fundado a 12 de maio de 1968 e que teve como objetivo uma resposta solidária da comunidade, à promoção da dignidade humana e do sentimento de ajuda aos mais desfavorecidos, contribuindo assim para uma resposta social da freguesia do Cabo da Praia.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se ao 25.º aniversário do orfeão da Praia da Vitória.

É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25.º aniversário do Orfeão da Praia da Vitória

Fundado no dia 6 de março de 1993, o Orfeão da Praia da Vitória é criado e vocacionado para cumprir o objetivo último de dinamizar cultural e musicalmente o concelho e a Ilha Terceira.

A comissão instaladora constituída por D. Fátima Gonçalves, Dra. Luísa Alcobia, Dr. Cota Moniz, Pe. Dr. Costa Freitas e Francisco Ferreira, fundou o então Grupo Polifónico do Ramo Grande. Munidos de um verdadeiro espírito de entrega e com o firme propósito de recriar e honrar a riqueza histórica e a tradição Açoriana em matéria de criações musicais, conseguiram que o mesmo vingasse no tempo e no espaço. Assim, passados vinte cinco anos da sua constituição, esta prestigiada instituição da Praia da Vitória, celebra este ano as suas Bodas de Prata.

Com sede provisória na Ermida dos Remédios, na então freguesia das Lajes, durante quatro anos, desenvolveram um profícuo trabalho de seleção das vozes, e escolha de repertórios que refletem o bom gosto, qualidade e rigor que define este coro. Mais tarde e, fruto do seu crescimento, os ensaios passaram a ter lugar na Igreja de Santo Cristo, até ser possível ocupar a primeira sede, com o contributo e boa vontade de várias entidades.

Foi a 9 de agosto de 1993, aquando das maiores festas do Concelho, que realizaram a sua primeira atuação pública. O programa incluía uma Rapsódia Popular Portuguesa, vários temas de música açoriana e um espiritual negro. Desde então, o repertório do Orfeão da Praia da Vitória continuou sempre muito variado, utilizando diversos idiomas com apreciável rigor linguístico, assumindo sempre a valorização e propagação da memória e da cultura Açoriana.

O Orfeão, constituído como Associação Cultural sem fins lucrativos é, atualmente, membro da Cooperativa Praia Cultural e foi declarado Instituição de Utilidade Pública a 23 de Dezembro.

Aquando das comemorações da Elevação da Praia da Vitória a Cidade, em 1996, este foi reconhecido com a medalha de Valor Cultural em Bronze.

Este reconhecimento, é fruto do trabalho desenvolvido por todos os orfeonistas, coralistas e respetivos familiares, estes assumem uma responsabilidade não só para com a instituição, mas também, para com todos os que contribuem para a constituição e funcionamento do Orfeão da Praia da Vitória, assim como para a sociedade Praisense em particular e para a ilha Terceira no seu todo.

Por fim, reiteramos que esta Associação, por todos nós reconhecida pela sua dedicação, compreensão, generosidade, disciplina e camaradagem que rechearam o trabalho de tantos anos, sempre na perspetiva de valorizar e potenciar a identidade cultural e social Praisense, mas também e acima de tudo pelo serviço que presta, pelo esforço que devolve e pelo trabalho doado sob a forma de inúmeros momentos de prazer e deleite musical; é e continuará a ser, no futuro e no contexto cultural da Praia da Vitória e da ilha Terceira, uma referência, e um modelo a homenagear nesta e noutras datas que virão...!

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2018, a aprovação

de um Voto de Congratulação ao Orfeão da Praia da Vitória pelo seu 25º aniversário.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção do Orfeão da Praia da Vitória, bem como à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 19 de julho de 2018.

Os Deputados, *Mónica Rocha, André Bradford, Isabel Quinto, António Toste*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto, também de congratulação, pelo 25.º aniversário do orfeão da Praia da Vitória, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
25.º ANIVERSÁRIO
ORFEÃO DA PRAIA DA VITÓRIA

O Orfeão da Praia da Vitória festejou o seu vigésimo quinto aniversário no dia 6 de março de 2018.

Surge primeiramente com a designação de Grupo Polifónico do Ramo Grande, por uma comissão instaladora constituída por Fátima Gonçalves, Luísa Alcobia, Cota Moniz, Pe. Costa Freitas e Francisco Ferreira.

Apresentou-se pela primeira vez ao público no dia 9 de Agosto de 1993, aquando das maiores festas do concelho. A partir daí tem desenvolvido uma intensa atividade na prática e divulgação da música coral para coro misto “à cappella”.

Atualmente, o grupo conta com cerca de 35 elementos, sendo a diretora artística Ana Teresa Cota que sucedeu a Luísa Alcobia Leal e Marla Monteiro.

Participou em múltiplos eventos culturais na Ilha Terceira e em diferentes pontos de passagem em Portugal continental, nos Açores, na Madeira e, ainda, no estrangeiro, nomeadamente em Itália.

Gravou o seu primeiro cd em 1998, e, em 2010, apresenta um segundo trabalho musical exclusivamente com canções de Natal.

Faz parte da coletânea “Os Melhores Coros Amadores da Regia Açores” da Public Art Editora, gravado em 1999, bem como figura na publicação “Grupos Corais e Instrumentais” da autoria de Lauro Portugal.

Em 1996 e 2018 foi distinguido pela Câmara Municipal da Praia da Vitória com a atribuição da medalha de valor cultural. Em 2008, tornou-se membro da Cooperativa Praia Cultural e foi declarado Instituição de Utilidade Pública.

Atualmente sob a direção de José Gabriel Medeiros continua a cantar e a conviver porque, "a música, através do canto, é a mais bela harmonia universal, porque une os Homens entre si."

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Orfeão da Praia da Vitória pela comemoração das suas bodas de prata.

Que do presente voto se dê conhecimento ao Orfeão, Assembleia e Junta de Freguesia de Santa Cruz e Assembleia e Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 19 de julho de 2018

Os Deputados, *Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Viveiros, Paulo Parece, César Toste e Luís Rendeiro*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Sr. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminámos a apresentação de votos, vamos agora passar para as Declarações Políticas.

A primeira cabe ao PS. Tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Aquando do debate das propostas de Plano e de Orçamento para 2016 - numa altura em que era já evidente e documentado um assinalável crescimento do setor turístico na nossa Região – o Grupo Parlamentar do Partido Socialista alertava para a necessidade de o setor constituir na prática – e vou citar “uma ferramenta que permita aos Açores gerar mais valor, com implicações diretas na melhoria do emprego e dos rendimentos dos Açorianos”.

No passado dia 21 de maio, na intervenção na Sessão Solene Comemorativa do Dia da Região, o Senhor Presidente do Governo Regional lançou um apelo às organizações representativas dos empresários e dos trabalhadores, particularmente do setor do Turismo. Apelou, então, para que, reforçando os

meios de diálogo e concertação, promovessem uma melhoria das remunerações e das condições de estabilidade do emprego no setor.

Foi com base nestes pressupostos, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista iniciou há cerca de dois meses uma ronda de reuniões e contatos com entidades patronais e sindicais. Em concreto estivemos com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, com a CGTP e com o Sindicato dos Profissionais Transportes, Turismo e Outros Serviços de São Miguel e Santa Maria. A UGT/Açores não se mostrou disponível para reunir antes da realização deste Plenário, por motivo de férias dos seus responsáveis.

O nosso objetivo era muito claro: sermos parte integrante de um processo de reflexão e diálogo, que permitisse redistribuir o aumento de rendimentos e dignificar as carreiras de quem trabalha nas diversas atividades relacionadas com o Turismo.

Temos consciência plena de que durante o período de crise profunda que viveu o Turismo na nossa Região foi exigido a todos, empresários e trabalhadores, um esforço adicional, para garantir a sobrevivência do setor turístico regional, mas também nos parece que, perante um aumento de quase 50 milhões de euros – mais 50% - nos proveitos gerados pelo setor, na Região, nos últimos três anos, não podemos deixar de fazer todos os esforços para que todos possam beneficiar deste crescimento.

O que encontrámos deixou-nos muito preocupados e é, no fundo, a razão de ser primeira desta Declaração Política.

A tabela salarial para o setor não é atualizada desde 2009, ou seja, vigora há 9 anos, inicia-se numa categoria que tem como remuneração 473€ mensais.

É certo que - como fez questão de salientar recentemente o Senhor Presidente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores - os sucessivos aumentos do salário mínimo, promovidos pelo Governo do PS na República, já absorveram boa parte das categorias profissionais previstas na tabela, mas isso significa

pura e simplesmente, que mais de metade dos empregados do setor ganha ou o ordenado mínimo ou pouco mais do que o ordenado mínimo.

Por outro lado, o processo de negociação de Contrato Coletivo do setor do Turismo dura há quase dois anos e é o único que se mantém em aberto. Além da questão das remunerações, permanecem por resolver os aspetos relativos às horas extraordinárias e às avaliações para efeitos de progressão na carreira.

Tratando-se de uma área de atividade de pendor sazonal, assente, em grande medida, em horários por turnos e em que as horas extraordinárias não são tradicionalmente contabilizadas como tal é da mais elementar racionalidade económica, nesta fase de franco crescimento, que se procure tornar as carreiras o mais apelativas possível, para que se garanta o melhor serviço possível.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não parece ser esse, contudo, o rumo do processo negocial em curso.

Acresce que, segundo nos foi transmitido, o emprego que se tem vindo a criar no setor - por força do significativo aumento da procura - reproduz tendencialmente o modelo tradicional dos pagamentos à hora e dos contratos de curto prazo, ao invés de acompanhar a fase de consolidação e crescimento que se tem vindo a verificar de há três anos a esta parte.

Não temos uma visão romântica ou ingénuo da relação entre o capital e o trabalho, ou o mesmo é dizer entre empresas e trabalhadores. Têm legitimamente interesses diversos e, por vezes, antagónicos, mas custa-nos muito a compreender que se coloquem todas estas dificuldades de entendimento num setor económico que cresce de forma tão assinalável.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: A qualificação da oferta turística da Região também se faz – eu diria mesmo, faz-se sobretudo – garantindo boas condições de trabalho, estabilidade e boa e justa remuneração, de modo a atrair os mais qualificados e

a projetar, desta forma, a melhor imagem possível da nossa hospitalidade e a qualidade do serviço prestado.

Se foi possível, senhoras e senhores deputados, congregar representantes empresariais e representantes sindicais em torno de uma redução de impostos na Região, não se vislumbram razões para que esses mesmos parceiros não se empenhem numa coligação de vontades para garantir uma justa redistribuição dos proveitos gerados no Turismo, entre quem investe e quem trabalha no setor.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Se a UGT/Açores foi sensível aos argumentos em defesa da redução fiscal como estímulo à economia e ao mercado, estamos certos de que dispõe agora da oportunidade e dos créditos necessários para sensibilizar a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores para a urgência de concertar com os trabalhadores condições dignas e justas de trabalho.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga tudo!

O Orador: Sempre reconhecemos, e valorizámos, a perseverança dos nossos empresários que se mantiveram de portas abertas nos anos difíceis. Da mesma forma, aplaudimos o espírito de iniciativa de quem agora arrisca novas ofertas e novos projetos, mas a verdade é que quem trabalha tem de ser remunerado de forma justa, de forma digna e de forma que se adeque aquilo que deles se exige. E isso não está a acontecer. Sabemos nós, sabem as senhoras e os senhores deputados aqui nesta casa, sabem os trabalhadores açorianos e sabe quem verdadeiramente os representa e defende.

Fica o alerta e fica o desafio do GPPS, que é de todos nós, poderes públicos e sociedade civil, em nome de uma Região que se quer, tão próspera quanto equitativa, tão desenvolvida quanto justa, tão igual quanto livre.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta temática trazida no âmbito da Declaração Política exercida pelo Grupo Parlamentar do PS, não é desconhecida do PSD.

Aliás queiram fazer-nos justiça de que fomos o primeiro partido, mais precisamente a 4 de agosto de 2017, que recebendo a comissão de trabalhadores do setor do turismo, fizemos nota pública da injustiça que o Sr. Deputado André Bradford, em nome da bancada do PS, e bem, trouxe a esta Casa.

Dissemos na altura, e repito, fizemos nota pública desse nosso posicionamento, estamos totalmente de acordo de que no bom texto do ditado popular de que “quem rói os ossos, também merece comer a carne”, que os trabalhadores do turismo na época da crise, foram os primeiros a suportar uma realidade económica e social, que afetando todos, também hoje afetava a eles e tiveram a tolerância perante as suas entidades patronais de se conterem nas suas reivindicações e serem parte, ou componente, da resolução daquilo que eram

problemas económicos e sociais que a Região e o País, nessa altura atravessavam.

Tal como eles, manifestamos publicamente a solidariedade para que em tempo diferente, em tempo de crescimento exponencial do turismo que hoje se verifica e que se vem verificando desde 29 de março de 2015, altura em que nos Açores ocorreu a liberalização do espaço aéreo dizia, solidarizamos com os trabalhadores no sentido de agora com os proveitos que o turismo tem trazido, de uma forma geral à economia regional, e de forma particular a cada um dos seus componentes e em particular ao setor empresarial turístico, que os trabalhadores também fossem parte beneficiante dos lucros que as suas entidades patronais estão a usufruir.

Portanto, neste sentido, Sr. Deputado André Bradford, estamos solidários com os trabalhadores do turismo, estamos solidários com o teor da vossa intervenção, estivemos, estamos, continuamos a estar na defesa justa da distribuição do valor do trabalho em que naturalmente os trabalhadores deverão ser o seu principal alvo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não posso deixar de registar a boa vontade, a preocupação, a solidariedade, enfim, todos estes sentimentos tão cristãos e tão humanos no que diz respeito aos trabalhadores do setor do turismo nesta Região.

Registo, acho bonito, mas com toda a sinceridade, Sras. e Srs. Deputado, acho pouco, acho muito pouco!

Acho que não basta aos trabalhadores do setor do turismo nesta região, que tantas vezes neste momento são criticados pela sua falta de formação porque não lhe é dada essa formação, que são muitas vezes o bode expiatório de incapacidades e de falhanços que não são seus, mas são dos empresários e de muitos outros setores, que nós legisladores, legisladores, que é isso que nós somos nesta Casa, com o Governo Regional sentado naquela bancada nos limitemos a dizer: “foram tão bonzinhos durante os momentos de crise, agora merecem alguma coisa!”. Isto é moral, Sras. e Srs. Deputados? Não é política!

Deputado André Bradford (PS): O que é que a senhora quer que a gente faça?

A Oradora: Porque aquilo que os trabalhadores do setor do turismo esperam, primeiro: é que a Inspeção do Trabalho nesta Região exista. É a primeira coisa que eles esperam. Exista! Exista! Seja coerente! Trabalhe e faça alguma coisa por quem trabalha também.

Outra coisa que os trabalhadores esperam é que o Governo Regional decida aumentar o complemento do ordenado mínimo regional, que é baixíssimo! É baixíssimo ...

Deputado André Bradford (PS): O problema é esse!

A Oradora: ... e o Governo Regional já teve oportunidade de fazê-lo, com mais de uma proposta discutida, debatida e chumbada pelo PS nesta Casa.

Portanto, enquanto o Governo Regional não tomar medidas de governança para pôr ordem, num mercado completamente desregulado como é aquele em que vivem e trabalham os trabalhadores do setor do turismo, peço imensa desculpa, mas não comove as palavras de boa vontade e de grande atenção porque isso

não põe dinheiro no bolso, isso não dignifica uma profissão e isso não defende os trabalhadores de todos os tipos de abuso que existem neste momento, nesta Região.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Em boa hora o PS entendeu através da figura regimental, Declaração Política, sinalizar aquela que é uma das mais importantes e um dos mais importantes desafios que temos no médio prazo: a estabilidade do emprego, a redução da precariedade do emprego e o rendimento que cada um consegue obter do emprego que tem.

É absolutamente inquestionável a evolução positiva que temos tido na atividade económica na nossa Região. Absolutamente inquestionável!

Isso é, aliás, comprovado por vários pareceres, por vários indicadores, por várias pronúncias de entidades externas, absolutamente idóneas e absolutamente incontestáveis.

Nesse âmbito e no caminho de retoma que temos conseguido trilhar, no caminho de recuperação económica que temos conseguido trilhar e no aumento e fomento da atividade económica que temos conseguido obter na nossa Região, o turismo tem, naturalmente, especial relevância.

Mas, tudo aquilo que tem implicado a atividade turística, todos os benefícios e consequências positivas que temos conseguido retirar das dinâmicas

económicas que temos hoje na atividade turística, naturalmente que nós não nos satisfazemos com o facto de haver mais emprego.

Queremos, obviamente, melhor emprego, queremos obviamente reforçar a importância que tem o valor social do emprego: emprego com melhores rendimentos, emprego com mais estabilidade e emprego com menor precariedade.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Esse caminho que temos feito, os sucessos que temos conseguido e os desafios que naturalmente ainda temos para vencer, fazem parte de um trabalho que só pode ser feito em parceria entre as entidades públicas, no caso o Governo Regional, e no caso os órgãos de governo próprio da nossa Região, mas também o trabalho que tem que ser desenvolvido pelos nossos empresários e também pelas entidades representativas desses empresários e naturalmente também pelas entidades representativas dos trabalhadores, de cada um dos setores, no caso em concreto da área do turismo.

Nesse âmbito, não tenho dúvidas, que melhor emprego, mais estabilidade no emprego, mais rendimentos decorrentes desse emprego, são certamente e com certeza uma preocupação de todos.

Nesse âmbito o Governo tem feito aquilo que compete nessa lógica de parceria. Temos desenvolvido um trabalho intenso de acompanhamento e do desenvolvimento de várias medidas e de várias estratégias de fomento e do apoio à criação de emprego e de proteção de emprego, que já existe, e aqui Sra. Deputada Zuraida Soares, também as ações inspetivas da Inspeção Regional do Trabalho têm sido evidentes e tem tido um papel importante também.

Mas, Sra. Deputada Zuraida Soares não pode esperar, nem é essa a dimensão do trabalho da Inspeção Regional do Trabalho, que seja a publicidade permanente, ou como a Sra. Deputada eventualmente diria, a propaganda perante aquilo que é o trabalho da Inspeção Regional do Trabalho.

Nesse âmbito também não posso deixar de recordar aquele que foi o trabalho e as decisões que o Governo tomou, no âmbito de um Conselho de Governo extraordinário, sobre a área do emprego realizado em novembro do ano passado, com várias medidas e várias decisões tomadas, onde neste âmbito se destacam por exemplo a criação do programa de apoio à estabilidade laboral, a criação do programa Emprego+, que precisamente visam reforçar e monitorizar a segurança no trabalho, a estabilidade no emprego, o aumento de rendimentos no emprego e o fomento e a utilização dos instrumentos públicos de apoio ao emprego que temos na nossa Região, de apoio aos empresários.

Também nesse âmbito não posso deixar de realçar aquele que tem sido o trabalho do Governo dos Açores no âmbito das suas competências, no que se refere à Administração Pública Regional, ao trabalho que tem sido desenvolvido para reduzir a precaridade, para garantir estabilidade e para dessa forma acabar com os trabalhos a recibos verdes dentro e com os contratos a termo dentro da administração regional, aliás uma matéria que já foi aqui amplamente debatida e cujo trabalho e cujos resultados do trabalho do Governo nesse âmbito são bem evidentes com o fim desses contratos a termo e com o trabalho que está a ser desenvolvido através da abertura de concursos para ocupação de lugares da Administração Pública Regional, no âmbito também da discussão dessa precaridade no emprego.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Nesse âmbito também e também saudando esta Declaração Política do PS reitero também aquele que foi o apelo do Sr. Presidente do Governo dos Açores, no âmbito da Sessão Solene do Dia da Região, é que valorizar o valor social do trabalho, garantir mais estabilidade no emprego, garantir melhores rendimentos no emprego é uma responsabilidade de todos. É uma responsabilidade de todos, desde logo do Governo, mas também das entidades

representativas dos empresários, das entidades representativas dos trabalhadores. Isso é uma responsabilidade de todos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, sim!

O Orador: ... porque só teremos real e verdadeiro sucesso, em qualquer setor económico, quando os resultados ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já foi advertido!

O Orador: ... e os rendimentos da atividade desse setor sejam equitativamente distribuídos, quer para as entidades patronais, mas sobretudo para os trabalhadores que aí trabalham.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Para encerrar a declaração tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostava de congratular-me, na sequência da nossa iniciativa materializada na Declaração Política que há pouco fiz, com o facto de haver apoio declarado por parte do PSD às questões aqui levantadas ou pelo menos à perspetiva que trouxemos no sentido de que isto é um problema atual, urgente e que deve ser resolvido.

Eu esperava – embora isso não fosse muito relevante – algum incómodo eventualmente por parte da direita e não esperava nunca sentir incómodo com esta matéria, nem com a nossa Declaração Política por parte da esquerda.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não há incomodo! Há espanto!

O Orador: Mas o certo é que a esquerda nesta Casa ou ficou calada, ou ficou irritada com o facto de sentir que alguém disputava o apadrinhamento da causa sindical.

Nós não estamos preocupados nem em ser os primeiros a reunir com ninguém, nem em ser aqueles que mais próximos estamos dos sindicatos, Sra. Deputada!

Deputada Zuraida Soares (BE): Se fizer alguma coisa com as reuniões!

O Orador: Nós estamos preocupados, verdadeiramente preocupados com os trabalhadores do setor e com o facto de haver 17 contratos coletivos de trabalho, 17 setores diferenciados para negociar, todos tenham conseguido negociar, menos estes que é precisamente o setor que mais cresce na economia regional. É com isso que nós estamos preocupados!

A Sra. Deputada Zuraida Soares, face a este incómodo derivou para uma questão distinta daquela que nós levantamos. Nós falamos das dificuldades em ver redistribuído justamente os rendimentos nesta área; a senhora falou de irregularidades e de ilegalidades laborais.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não são a mesma coisa?

O Orador: São coisas completamente diferentes, Sra. Deputada! A ação inspetiva deve ser sempre muito eficaz, muito atuante, mas não tem nada a ver com a redistribuição de rendimentos no setor, nem com os valores salariais praticados.

Deputada Zuraida Soares (BE): Essa é a parte em que o Governo não faz nada!

O Orador: Mais, a senhora nem teve a justiça de reconhecer que a Inspeção Regional do Trabalho nesta área, nos primeiros cinco meses do ano, detetou

321 irregularidades, passando por falsos recibos verdes, trabalho irregular, contratos ilegais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tantas irregularidades?!

Esse é um lado da matéria, mas não é aquele que aqui nos trouxe. O que aqui nos trouxe foram as justas aspirações de quem trabalha neste setor e não vê a tabela salarial atualizada há 9 anos!

São as justas aspirações de quem trabalha horas extraordinárias não reconhecidas; de quem se esforça ...

Deputada Zuraida Soares (BE): O que é que o seu Governo tem feito?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: ... e se esforçou na altura em que era difícil estar ligado ao setor turístico e que agora não obtém a justa contrapartida da melhoria e dos proveitos no setor.

Portanto, estamos a falar de coisas distintas e o seu incómodo a nós não nos incomoda nada, Sra. Deputada.

Há depois uma outra questão eu gostava que a Sra. Deputada percebesse, é que nós somos, pelo menos aqui a bancada parlamentar do PS é partidária do valor da concertação e a lei também está estabelecida dessa forma: primeiro entendem-se as partes.

Deputada Zuraida Soares (BE): Aqui e no continente, presumo!

O Orador: O papel das entidades públicas é supletivo e é no caso das partes não se entenderem. É essa a lógica da lei, mas se for necessário que isso aconteça nós temos a certeza que o Governo do PS, apoiado maioritariamente por esta bancada parlamentar atuará para que se resolva a favor daqueles que têm sido prejudicados nesta matéria.

Deputada Zuraida Soares (BE): É disso que estamos à espera!

O Orador: A questão é que agora é a hora de nós termos a voz política dos trabalhadores terem sido prejudicados e era isso que eu esperava de um partido

que se diz amigo dos sindicatos, defensor dos trabalhadores, que se diz da esquerda, que se preocupa com as condições laborais.

A senhora não foi capaz de ultrapassar o incómodo que causou a disputa de eleitorado e não foi capaz de perceber que esta hora. Não era hora de brigarmos, era hora de estarmos juntos ao lado dos trabalhadores!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está encerrada esta Declaração Política.

Passamos agora para a próxima, cabe ao PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Caros Deputados, há pouco vi aqui o Presidente do Governo e fiz questão de lhe remeter um sms a dizer que esta nossa Declaração Política era dirigida a ele, para se ele estiver próximo poder responder.

A SATA registou em 2017 o pior ano de sempre.

Os prejuízos do Grupo SATA quase triplicaram, aumentando de 14 para 41 milhões de euros entre 2016 e 2017.

Os números são claros: trata-se do maior prejuízo da história da SATA.

O passivo não para de crescer. A dívida do Grupo SATA aumentou 32 milhões de euros em apenas um ano, tendo atingido um total de 286 milhões no final de 2017.

As dívidas a fornecedores aumentaram de 45 para 55 milhões de euros. A dívida à banca atinge já os 167 milhões.

Este cenário desastroso nas contas da SATA acontece apesar das vendas terem crescido mais de 14 milhões entre 2016 e 2017.

Trata-se de um caso insólito no mundo da aviação comercial: a SATA transportou mais passageiros, efetuou mais voos e gerou mais receitas, mas os prejuízos do Grupo triplicaram.

As desculpas apresentadas, como o aumento do preço dos combustíveis e a agressividade da concorrência, não convencem ninguém.

Afinal, os combustíveis estão mais caros para todas as companhias aéreas.

Por outro lado, entre 2016 e 2017, a SATA Internacional até reforçou a sua quota de mercado em Ponta Delgada, a gateway em que tem mais concorrência. Também não convenceu ninguém a troca do conselho de administração da SATA dois dias antes da divulgação das contas de 2017.

Desengane-se o senhor Presidente do Governo, se pensa que faz do Dr. Paulo Menezes o bode expiatório desta situação, quando há três anos o considerava o «melhor dos melhores» para conduzir a SATA.

O Governo Regional tem que assumir a sua responsabilidade nesta matéria.

A sustentabilidade da SATA está gravemente ameaçada e coloca em risco o serviço público de transportes aéreos nos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O ano de 2017 não foi apenas o pior da história da SATA. As contas de 2017 são o culminar de uma década negra para a companhia aérea de todos os açorianos.

Há 10 anos, a SATA encontrava-se numa situação confortável, com capitais próprios positivos de 30 milhões de euros.

No final de 2017, a SATA atingiu uma situação financeiramente insustentável, com o Grupo a registar capitais próprio negativos de 133 milhões de euros.

A década negra da história da SATA tem um primeiro responsável: Vasco Cordeiro.

Primeiro como Secretário Regional da Economia e depois como Presidente do Governo Regional, o Dr. Vasco Cordeiro é o rosto da política de destruição da SATA levada a cabo pelo Partido Socialista nos últimos 10 anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Esta política de destruição da SATA custou mais de 160 milhões de euros, na última década, à companhia aérea de todos os açorianos.

De nada adiantaram os vários alertas feitos pelos trabalhadores, pela sociedade civil e pelos partidos da Oposição. O Governo Regional do Partido Socialista não quis saber e prosseguiu com a sua política de destruição da SATA.

É bom lembrar que a carta que tive oportunidade de enviar, há quase um ano, ao senhor Presidente do Governo – contendo propostas concretas para os problemas da empresa – só agora, 11 meses depois, é que obtive resposta. Já foi usada como arma de arremesso contra o PSD, o PSD já referiu mais do que uma vez que não tinha tido resposta e é engraçado, na segunda feira passada, veio a resposta.

Deputado André Bradford (PS): Mas teve resposta ou não?

O Orador: A este propósito, gostaria de manifestar a minha estranheza pelo facto do senhor Presidente do Governo Regional afirmar nessa carta que o Governo viabilizou a entrada de 80 milhões de euros no capital social da SATA Air Açores em 2017 e 2018.

Ora, isto não corresponde à verdade. Nos últimos dois anos, o Governo reforçou o capital da SATA em apenas 3 milhões e meio de euros. Ou seja, os sucessivos anúncios de aumento do capital social não passam de publicidade enganosa.

Infelizmente, a preocupante situação da SATA é apenas a ponta do iceberg desta má governação.

A SATA é apenas um exemplo da falta de estratégia e de visão deste Governo.

A situação que a companhia aérea de todos os açorianos atravessa demonstra, de forma clara e inequívoca, o inevitável mau resultado da colocação das instituições públicas ao serviço dos interesses partidários.

No entanto, é mais que justo deixar uma palavra de reconhecimento aos trabalhadores da SATA.

Continuam a dar o melhor de si – todos os dias – em prol da companhia aérea dos Açores, mesmo vendo o seu trabalho boicotado pela má gestão e pela política socialista de destruição da sua entidade patronal.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A forma como o Governo Regional do Dr. Vasco Cordeiro tem tratado a SATA revela incompetência, desprezo e falta de transparência.

Incompetência, porque a SATA desvalorizou 160 milhões de euros em dez anos graças a um Governo e a um Partido Socialista sempre metediços no mau sentido na gestão da companhia aérea;

Desprezo, porque o Governo Regional se julga dono da razão e ignorou os sucessivos alertas sobre a gravíssima situação da SATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E revela falta de transparência, porque o Governo Regional, como se já não bastasse o buraco financeiro que cavou na SATA e que põe em risco os seus trabalhadores e este serviço para os açorianos, tentou, a todo o custo, esconder dos açorianos o prejuízo recorde de 41 milhões de euros nas contas de 2017, o pior ano de sempre da história da empresa.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: Vasco Cordeiro conseguiu assim o que ninguém julgava ser possível: destruir uma empresa que ajudou a construir a identidade dos Açores como Região.

O descalabro financeiro do Grupo SATA é bem o espelho da governação do Dr. Vasco Cordeiro e do Partido Socialista.

O Dr. Vasco Cordeiro mostrou que não tem capacidade, nem autoridade, para inverter o rumo desastroso que impôs à SATA.

Perante estes factos, e é pena o Sr. Presidente do Governo aqui não estar, mas penso que posso daqui dirigir-lhe algumas palavras, “dizer-lhe umas coisas”, como ele algum dia comentou umas declarações milhas: “O Presidente do PSD diz umas coisas”, pois o Presidente do PSD está aqui a dizer umas coisas também.

Sr. Presidente do Governo, com toda a frontalidade deve pensar em fazer um exame de consciência acerca do beco sem saída a que conduziu a SATA.

As malfeitorias que fez, ou permitiu que fossem feitas, à SATA, são uma afronta a uma empresa essencial para os Açores e um dos símbolos da identidade açoriana.

Espero que o Senhor Presidente do Governo possa fazer esse exame de consciência, porque a resolução dos graves problemas que afetam a SATA não pode continuar bloqueada por esta forma de governar estática e apática, que se limita a varrer os problemas para debaixo do tapete.

Senhor Presidente do Governo e o Governo, espero que não adiem esse exame de consciência. Não faça como tem feito com a SATA, com os maus resultados que estão à vista.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar devo fazer uma questão prévia.

O PS teve, enfim, ação positiva, muito positiva de criar a SATA internacional, libertando-nos do monopólio da TAP, que serviu os açorianos durante algum tempo e enquanto deixaram a SATA ser administrada por gente competente, a SATA Internacional voava, e bem, servindo os açorianos, tendo horários de verão, tendo época de inverno e servindo todas as ilhas.

Depois, a partir de 2008 a SATA começou a perder altitude permanentemente e praticamente está a despenhar-se está a despenhar-se devido à interferência política, opções políticas do Governo na SATA e as opções que emanam para os Conselhos de Administração e o Governo Regional dos Açores nessa matéria as instruções que deu foi para a SATA servir outros, que não sejam os açorianos. Por isso justifica que a SATA voe apenas alguns dias para a ilha Terceira, por isso é que se justifica que a SATA não tenha aumentado o número de voos para a Ilha do Faial, quando os voos estão todos cheios e não conseguem um lugar, por isso é que a SATA prefere voar para Cabo verde, voar para Londres, voar para Frankfurt em vez de voar para a Terceira, para o Faial e para o Pico.

Desistiu de servir os açorianos! Fez más opções de frota, começou pelos Q400, começou com o A330, que era para serem dois, agora é um e é para não ser nenhum e anda a fazer ACMI's desastrosos há muito tempo, porque não tem capacidade de planear as suas tripulações e a sua frota. Comete erros que lesa a aviação, convertendo tripulações e fazendo type rating para um avião e agora tem um 320 parado porque não tem tripulação para voar.

Ora, pior do que isto não podia acontecer a uma companhia de aviação e isto foram opções estratégicas do Governo que gastou milhões, por duas vezes, a alterar o lettering e a imagem da SATA, lembro perfeitamente de António Gomes de Menezes, quando foi o Atlantic and you, e deixou de ter a SATA e depois a Azores Airlines, que agora pelo mundo com um avião que ninguém sabe quem é de uma companhia espanhola a voar, que os americanos veem bem o que é um avião com ACMI, fretado, o 340 a uma companhia espanhola e outro que é da Blue Air, que naturalmente representa bem o espírito dos Açores, está lá bem escrito Azores.

Portanto, alteraram o nome, gastaram milhares a alterar tudo, o lettering, as cores, etc, etc. Milhares!

Fizeram um Business Plan 2015/2020, que era a salvação absoluta, fomos criticados aqui, era o Business Plan perfeito do Dr. Parreirão e do Dr. Vasco Cordeiro.

O Business Plan rapidamente foi metido na gaveta e andamos neste momento à deriva, sem sabermos o que queremos, agora o que vai acontecer é que uma companhia fundamental para a coesão dos Açores, que é a SATA Air Açores e uma companhia fundamental para a acessibilidade dos açorianos ao exterior, que é a SATA Internacional, os senhores acabaram por destruí-la e não vai ter solução possível de recuperar a imagem e o prestígio que a SATA Internacional já teve ao serviço dos açorianos, servindo bem todos os açorianos, com falhas é certo, mas servindo os açores.

O que os senhores fizeram foi rotas desastrosas, queriam voar para o mundo inteiro, menos para os Açores e menos servir os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS tem orgulho na sua história e tem orgulho no trabalho que realizou ao nível daquela que é a mobilidade dos açorianos.

Como o Sr. Deputado disse, e bem, o PS quando chegou em 1996, trabalhou para salvar a SATA da situação de falência em que se encontrava; trabalhou para permitir que ela pudesse proporcionar mobilidade aos açorianos inter ilhas; trabalhou, conjuntamente com o Governo da República de então, para que uma nova empresa criada pelo Governo dos Açores, a SATA Internacional, pudesse proporcionar aos açorianos uma nova mobilidade que não tinham então, quer ao nível da sua frequência em termos de voos, quer ao nível do preço destas mesmas acessibilidades. Temos orgulho do PS! O Governo do PS ter criado a SATA Internacional e ter dado outra dimensão à empresa.

Reparem, Sras. Deputados e Srs. Deputados, há muitos Deputados e há partidos que eram contra e acham que a empresa se devia resumir apenas a proporcionar mobilidade inter ilhas. Nós achávamos que deveríamos ir mais além.

Mais tarde, aquando da grande recessão que atingiu inevitavelmente os Açores, o Governo dos Açores assumiu nesta câmara, nas Comissões de Inquérito, a necessidade de dar instruções à empresa, para que a empresa salvasse a economia açoriana, nomeadamente o setor turístico, da crise a que estava sujeito.

Por muito que um ou outro Deputado, um ou outro partido, queira negar a evidência do trabalho que a SATA realizou na economia regional nesse tempo, ninguém consegue negar, é inquestionável que a empresa salvou a economia regional nos tempos mais difíceis.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que destruíram a empresa!

O Orador: E é verdade que a própria empresa foi extremamente penalizada, foi penalizada por ter feito um esforço para servir aqueles que eram o seu objeto, os açorianos.

Desde aí o Governo decidiu trabalhar na reestruturação da empresa.

Depois do Governo ter trabalhado na abertura do espaço aéreo, com o Governo da República, a empresa ficou sujeita a uma concorrência, teve de fazer uma renovação de frota, teve que estar sujeita naturalmente a um conjunto de contingências e a empresa teve dificuldades e a empresa também cometeu erros. Houve matérias de decisões da empresa, do próprio Governo que podem ter corrido, ou não tiveram os resultados que nós gostaríamos.

Reparem, não é a primeira vez que nós dizemos isto nesta câmara e o Governo sempre disse, sempre disse que entre aquilo que são os interesses dos Açores e os interesses particulares de uma companhia aérea, mesmo que seja público, o Governo irá sempre escolher o interesse dos Açores.

Mas quer isso dizer que os Açores e que o Governo não apoiará a SATA naquilo que for necessário para que ela cumpra o seu papel?

Não! O Governo irá apoiar a SATA naquilo que deve ser o seu papel.

Muitos criticam o Governo pelas suas ingerências; muito criticam o Governo por dar instruções a uma companhia que é pública e o Governo sempre assumiu quais eram os propósitos e o enquadramento desta mesma ingerência e curiosamente aqueles que criticam o Governo nunca puseram a mão na consciência, nesta câmara, quando pediam mais voos para uma determinada ilha, sabendo que isto tinha inevitavelmente custos, quando ainda há pouco tempo pediam para que fossem feitos ACMI's interilhas, aluguer de aviões que agora consideram ruinosos, quando não são proposta sua, que poderiam custar à empresa mais de 3,3 milhões de euros, em quatro meses, quase mais do custo dos ACMI's que a empresa teve o ano passado em toda a sua operação.

Também são alguns desses Deputados ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já Sra. Presidente.

... que, inclusive, propunham reduzir tarifas.

Há algo que tenho que dizer-vos sobre a situação da empresa.

Nós sabemos as dificuldades que tiveram, nós sanamos que houve greves, que houve incidentes com aeronaves, que houve aviões que estavam em fim de linha, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A culpa é toda menos do Governo!

O Orador: ... os senhores próprios disseram que isso iria ter consequências nos resultados da empresa. Não é algo novo, mas há algo que este partido e este Governo não deixarão de fazer e com isso podem contar:

Primeiro: não estaremos quietos, iremos trabalhar para continuar a reestruturar a empresa, estamos a aumentar os fundos da empresa, através de um aumento de capital, estamos a promover um processo de reestruturação e estamos a garantir que a aliação de 49% da empresa da SATA Internacional, irá permitir novas capacidades, novas competências e uma capacidade de concorrer naquele que é

o mercado onde a empresa deve estar, o mercado dos Açores, do continente e da diáspora.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Discutindo esta matéria, parece-nos fundamental que isso seja feito com seriedade e honestidade intelectual.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha quem fala!

O Orador: A verdade é que a Declaração Política do PSD, com certeza e naturalmente legítima, faz uma apreciação daqueles que foram os resultados da SATA em 2017, mas esquece-se propositadamente de referir algumas das causas que contribuíram para esses resultados.

Curiosamente o Deputado Duarte Freitas vai à tribuna faz a apreciação que entende sobre esses resultados, mas esquece-se de referir e numa abordagem séria a esta matéria isso é fundamental que se faça, esquece-se de referir várias

instabilidades que ocorreram ao longo de 2017, que são inquestionáveis e que contribuíram também para esses resultados que naturalmente não nos agradam. Desde logo, a subida do preço dos combustíveis, que como sabem Vs. Exas. tem um impacto considerável neste tipo de empresas;

Desde logo, também, as instabilidades e os incidentes que ocorreram em 2017 com algumas aeronaves e que também condicionaram estes resultados; as greves que ocorreram em 2017 e que também condicionaram negativamente estes resultados...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As greves?!

O Orador: ... e é indiscutível, Sras. e Srs. Deputados, as alterações no mercado que ocorreram em 2015, que naturalmente também condicionaram a operação e os resultados como uma empresa como a SATA, ou seja, é legítimo que cada partido tenha sobre esta matéria a abordagem que muito bem entender, ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): E má gestão, não houve!

O Orador: ... mas numa matéria como esta, com a seriedade que implica é fundamental que na abordagem a este assunto se tenha a honestidade intelectual que se exige e se aborde o assunto em todas as suas diversas dimensões.

Portanto, Sr. Deputado Duarte Freitas, abordar os resultados da SATA, esquecendo propositadamente estes fatores externos, não nos parece, na nossa perspetiva, sério e não nos parece que seja intelectualmente honesto.

E sobre o papel da SATA, o Governo dos Açores está consciente daquelas que têm sido as suas opções e daquele que tem sido o caminho da SATA ao serviço dos Açores e dos açorianos e das opções que foram tomadas conscientemente a favor dos açorianos e opções que foram tomadas dando orientações claras para que fossem feitas algumas rotas, precisamente para apoiar o setor turístico da Região, quando estávamos mergulhados numa profundíssima crise económica e social e essas opções foram conscientes de um acionista que naturalmente tinha

como primeira prioridade proteger o setor turístico da Região e proteger também os trabalhadores que trabalham e que estavam empregados nesse setor. Sras. e Srs. Deputados, os resultados são o que são, nós não os escamoteamos. Os resultados são o que são e haveriam certamente coisas que podiam ter corrido melhor, mas aqui estamos, como sempre, a dar a cara por esses resultados.

Entregámos as contas da SATA ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Uma parte!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sejam sérios!

O Orador: ... com total transparência e sem lapsos. Fizemo-lo como sempre!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: A SATA, as contas da SATA, o trabalho da SATA, o percurso da SATA é provavelmente o assunto que mais vezes foi discutido neste Parlamento e nas respetivas comissões parlamentares. Isso é inquestionável!

Portanto, sobre essa matéria o Governo sempre lá esteve e aqui estará como sempre a dar a cara pelas suas opções, por aquilo que faz respondendo pelos seus actos e pelos resultados obtidos.

Mas há uma expressão da Declaração Política do Sr. Deputado Duarte Freitas que eu retive, que era o apelo ao exame de consciência.

Deputado Marco Costa (PSD): Os senhores não o fazem!

O Orador: Isso parece-me pertinente que seja feito, com certeza, desde logo pelo Governo, mas também pelos partidos deste Parlamento e pelos partidos da oposição, porque parece-me importante que seja feito um exame de consciência, em primeiro lugar, um exame de consciência sobre os impactos das levandades e irresponsabilidades que muitos dos senhores por vezes tomam

contra a SATA e contra os trabalhadores da SATA e aquilo que a SATA representa.

É fundamental que todos vocês façam também esse exame de consciência.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: E em segundo lugar uma matéria que me parece importante e que é fundamental que também façam esse exame de consciência, refiro-me às ingerências e à acusação permanente das ingerências do Governo, quando curiosamente todas as propostas que são aqui apresentadas, tudo aquilo que é defendido aqui pelos partidos da oposição é precisamente que se aumentem as ingerências, sem olhar a meios, que se aumentem as despesas, que se aumentem os voos, que se aumente a resposta.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estamos a assistir a um delírio!

O Orador: Sras. e Sra. Deputados, nós temos consciência das nossas opções, temos consciência da importância que tem a SATA para o futuro dos Açores, mas é fundamental que todos tenham a responsabilidade no tratamento e na abordagem desse assunto, fazendo também, Sr. Deputado Duarte Freitas, um permanente exame de consciência sobre aquilo que se diz, sobre aquilo que se faz e sobre os resultados negativos que essa ação política muitas vezes tem.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Bradford, respeite as intervenções dos Deputados e dos outros Membros do Governo, não esteja a interromper constantemente, a forma como o faz é de facto antidemocrática e diz muito a respeito da forma como o senhor está aqui no Parlamento.

Mas devo dizer em relação a esta matéria que eu não tive nenhuma dúvida, quando o Governo recusou entregar à Comissão de Inquérito ...

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: ... as contas, e quando não as entregou no prazo legal que está estipulado, eu tive a perceção que algo estava a suceder.

A opinião pública teve a perceção que algo estava a tentar ser escondido, por parte de Vs. Exas.

A verdade é que quando saiu este resultado dos 41 milhões de prejuízos, que foram alcançados sob a liderança, segundo o Sr. Presidente do Governo Regional, do melhor dos melhores, portanto não terá responsabilidade, se o melhor dos melhores não consegue ter um resultado que supere o pior resultado de sempre obtido pela SATA, 41 milhões de prejuízo, eu acho que nós temos que procurar outro culpado, o melhor dos melhores não foi de certeza absoluta.

Então temos que procurar o pior dos piores.

Eu considero que o pior dos piores é sem dúvida nenhuma o Presidente do Governo Regional Vasco Cordeiro, que é quem tem responsabilidade total sobre esta matéria, quer como Secretário da Economia, quer como Presidente do Governo Regional.

Quem é que deu as orientações à empresa para realizar as operações que realizou, estando a empresa bastante fragilizada? Vasco Cordeiro, que admitiu aqui no Parlamento dos Açores que deu essas orientações e a partir daí a empresa entrou numa escalada de destruição e Vs. Exas. são os responsáveis por essa situação, em especial o Presidente do Governo Regional, porque exigir o esforço que foi exigido à empresa, não lhe criando qualquer tipo de condições

levou a este buraco, este buraco tremendo de 41 milhões de euros, para uma empresa que já está, recorde, em falência técnica.

Portanto, as responsabilidades são vossas.

Eu não sei, eu gostava de saber, onde é que o Sr. Secretário Berto Messias, fez a catequese, porque o Sr. Secretário Berto Messias falou aqui em exame de consciência. Bom, um exame de consciência significa que V. Exa. deve pensar e refletir sobre os seus atos. Isso é que é um exame de consciência, ou seja, olhar para as suas responsabilidades. O seu discurso é atirar as responsabilidades para quem não gera empresa, para quem não tomou decisões a respeito da empresa. Isso é que é exame de consciência! Eu não sei, não sei se lhe concederão a primeira comunhão, mas eu acho sinceramente que alguma coisa não correu mal nessa catequese e pelo menos há uma coisa que eu tenho a certeza...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Espero ter a mesma tolerância que os outros intervenientes, Sra. Presidente.

Presidente: Sempre Sr. Deputado, como sempre, mas se não avançar a tolerância vai-se

O Orador: Exatamente!

Mas eu estava aqui a dizer é que alguma coisa correu mal durante a catequese porque exame de consciência significa assumir as responsabilidades, que é o que o senhor não faz, o seu governo ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O nosso Governo!

O Orador: ... e o Presidente do Governo Regional. Os senhores têm 41 milhões de prejuízo!

Na catequese o que deviam ter dito é que 41 milhões de prejuízo devia dar ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Sim! Sim! Mas devia existir qualquer coisa também, uma punição. Quarenta e um milhões de voltas à igreja é o que o senhor deveria ter!

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Termino Sra. Presidente, dizendo o seguinte: tem razão o Governo Regional e tinha razão o Sr. Deputado Francisco César quando diz que este é um acto de grande responsabilidade. É preciso ter muita responsabilidade. É! É de facto preciso ter muita responsabilidade! É preciso ter muita responsabilidade para conseguir levantar a empresa da situação ruínosa, a destruição que Vs. Exas. submeteram a empresa e para isso é necessário que os senhores saiam do Governo urgentemente, enquanto existe ainda alguma coisa de pé nesta Região Autónoma dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Quando a gente sair a gente avisa!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Para encerrar a Declaração Política tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sras. e Srs. Deputados, quando nós estamos a falar da SATA, estamos a falar de uma companhia que faz parte do património cultural e histórico dos Açores, do património económico, de uma companhia que está no coração de todos os açorianos.

Esta companhia, além de ser crucial para assegurar a mobilidade das açorianas e dos açorianos, é também fundamental para centenas e centenas de famílias que trabalham na SATA.

Portanto, quando falos desta empresa do setor público empresarial regional, estamos a falar da joia da coroa, da joia da coroa das empresas do setor público regional.

Certamente haverá muito que reestruturar no setor público empresarial regional e nós já o dissemos, mas também já o referi, como Presidente do Grupo parlamentar do PSD e como Presidente do PSD, na minha visão, companhias como a SATA ou a EDA são estratégicas para os Açores, devem manter-se na esfera pública, porque se não tivermos a SATA a operar nos Açores, ninguém vislumbra como se poderá efetuar a mobilidade dos açorianos.

Portanto, estamos a falar de um dos assuntos mais sérios que se pode falar neste Parlamento.

É por isso que com responsabilidade trouxemos esta matéria a este debate e gostaríamos naturalmente de trocar aqui impressões com o Sr. Presidente do Governo, mas está representado pelo Sr. Secretário Berto Messias, sobre esta matéria.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Em representação permanente!

O Orador: Com certeza!

Não é por aí que vamos deixar de fazer a nossa análise. Não é por aí que nos vamos deixar de justificar, mas a verdade é que quem inaugura um hospital, também deve ser responsabilizado pelos problemas do Serviço Regional de Saúde!

Quem inaugura uma escola tem que ser responsabilizado quando há problemas nas políticas de educação!

Quem batiza ou inaugura um novo avião da SATA, tem que ser responsabilizado pelos problemas da SATA!

Não sou eu! Não é o Deputado João Paulo Corvelo, a Deputada Zuraida Soares, o Deputado Artur Lima, o Deputado Paulo Estêvão que vão inaugurar as escolas, as estradas, os hospitais, os aviões.

Deputado André Bradford (PS): Não que vontade não lhes faltasse!

O Orador: Portanto, é preciso ter a consciência de que quem inaugura estas obras, quem dá a cara pelas suas opções políticas, também tem que ser responsabilizado pelas más consequências destas opções.

Quando referimos que era preciso o Sr. Presidente do Governo pôr a mão na consciência a razão é simples: é que o Sr. Presidente do Governo, antes de ser Secretário Regional da Economia, ter a tutela direta da SATA, a SATA tinha capitais próprios positivos de 30 milhões de euros. Há dez anos para cá, desde que ele é responsável pela tutela direta como Presidente do Governo da SATA, passou de 30 milhões de euros positivos, para 133 milhões de euros negativos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso é intelectualmente desonesto! Só se o senhor vive num casulo!

O Orador: Fez perder valor em mais de 160 milhões de euros ao Grupo SATA ao longo de dez e à decadência de 16 milhões de euros por ano, isto deve ser responsabilidade primeira do Dr. Vasco Cordeiro.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor não está preocupado com a SATA! Quer é atacar o Presidente do Governo!

O Orador: O Dr. Vasco Cordeiro colocou em causa a solvabilidade de uma empresa fundamental para os Açores.

O que é mais preocupante é que quando nós apelamos a que se coloque a mão na consciência aquilo que nos respondem é tentando justificar o injustificável, é dizer que os problemas da SATA tiveram a ver com o aumento dos combustíveis, como se não tivesse aumentado combustíveis para mais ninguém;

tinha a ver com a concorrência, como se nas rotas com maior concorrência, como é a de Ponta Delgada, a SATA não tivesse ganho quota de mercado. São problemas com o mundo global da aeronáutica, quando afetam todos e quando a SATA cresceu as suas receitas em 2017, cresceu as receitas em 2017 para termos que procurar a razão mais fundo.

Digo-lhe uma coisa, Sr. Secretário Berto Messias ...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: ... isto é uma coisa da governação socialista, a SATA está em risco porque os senhores a puseram em risco ...

Deputado André Bradford (PS): Sim, sim! Vou mandar-lhe o despacho do Dr. Mota Amaral!

O Orador: ... e se não tiverem condições para salvar a SATA e para resolver o problema da SATA, certamente os açorianos julgarão que os senhores não têm condições para resolver os problemas dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos os nossos trabalhos.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 24 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Deputado Bruno Belo)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

O ponto com o qual vamos iniciar esta tarde é o ponto 13 da Agenda: **Relatório sobre matéria de interesse regional, apresentado pelo PSD referente ao Estado do Ensino Profissional nos Açores.**

Este é o primeiro ponto de debate hoje à tarde porque o artigo 82.º do Regimento lhe confere essa mesma prioridade.

Para a sua apresentação o Sr. Deputado Jorge Jorge, disporá de 10 minutos, depois cada partido e o Governo têm 3 minutos, se pretenderem pedir algum esclarecimento e depois o Sr. Deputado Jorge Jorge poderá responder num tempo limite de 15 minutos.

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O trabalho que se apresenta foi desenvolvido ao longo dos últimos meses, pelo GPPSD/A, com o objetivo geral de elaborar as linhas orientadoras, sobre o Ensino Profissional na Região Autónoma dos Açores, particularmente os cursos profissionais nas escolas profissionais. Mormente pretende-se contribuir para um modelo social, económico e cultural adaptado às especificidades do arquipélago dos Açores, permitindo à população cumprir o ensino obrigatório, qualificar-se, adquirir ou melhorar a sua empregabilidade e o seu espírito empresarial, mediante uma formação de qualidade, adequada ao mercado de trabalho, à sua evolução pessoal e a uma carreira que cumpra tanto quanto possível as suas expectativas.

Nos últimos meses o PSD/A percorreu escolas profissionais dos Açores em todas as ilhas onde estas marcam presença. Procurou estabelecer um diálogo franco, aberto e de confiança com todos os diretores técnicos/pedagógicos, com alunos e outros elementos com quem dialogamos, no sentido de fazer um levantamento da realidade das Escolas Profissionais na Região, e de perceber quais as expectativas futuras que poderá representar para o sistema educativo regional no futuro.

O GPPSD/A para além dos contatos na região, investigou ao mesmo tempo o que se passa noutros países da união europeia, em Portugal continental e refletindo sobre as demandas acerca da educação dos jovens por parte da União Europeia, a fim de construir um documento, tendo por base a realidade das Escolas Profissionais, que possa contribuir para a melhoria do Ensino Profissional na Região, partindo da análise do presente e perspetivando o futuro.

O GPPSD/A traduziu na prática a prerrogativa dada pelo artigo 11º do Regimento desta Assembleia, acerca de matérias de interesse regional.

A educação é e sempre será o sector determinante para o Futuro das sociedades e os Açores não são exceção. Apesar da evolução positiva que tem tido, os Açores ainda têm uma Taxa de Abandono Escolar Precoce bastante elevada, bem como outros indicadores educacionais que gostaríamos que fossem melhores, e que importa trabalhar para que o sejam no futuro próximo.

É por isso importante suplantar o estrutural atraso educativo dos Açorinos face a Portugal Continental e aos padrões europeus, integrar todas as crianças, jovens e adultos no processo educativo e formativo, elevando o nível de formação e qualificação das próximas gerações. Tudo isto é uma urgência que se impõe. Este é um aspeto estrutural para a plena realização pessoal e de cidadania, para a elevação cultural, para a coesão social, para a produtividade e a competitividade da economia regional.

É este olhar que deve estar na base do Projeto Educativo que almejamos para o ensino profissional na Região, que a cada momento tem que ser analisado e refletido, num processo contínuo de renovação e reinvenção. Como em qualquer projeto, importa saber o ponto de partida e, por outro lado, o ponto de chegada. É da síntese dos dois que resulta a evolução; uma evolução que tem de ser bem amadurecida e estruturada. Importa, assim, perceber o que queremos para os nossos jovens e para a nossa sociedade.

O ensino profissional é um dos percursos do nível secundário de educação e que se caracteriza por uma forte ligação ao mundo do trabalho,

Trata-se de uma opção para quem conclui o 9º ano de escolaridade ou formação equivalente e procura um ensino mais prático e voltado para o mundo do trabalho, mas sem excluir a hipótese de, mais tarde, os alunos que optaram por esta via poderem prosseguir estudos de nível superior.

As escolas profissionais existentes nos Açores, que consideramos que tem uma boa rede destas infraestruturas, têm dado um contributo essencial no fomento do “saber e saber fazer” dos seus formandos, dotando-os das ferramentas necessárias à maximização das suas próprias capacidades, enriquecendo com o seu capital humano o tecido empresarial da Região. As escolas profissionais são instrumentos eficazes de combate ao abandono e insucesso escolar, à desqualificação e ao desemprego e que poderiam estar a desempenhar um papel ainda mais importante.

Procurámos estabelecer um diálogo franco e de confiança com os responsáveis das escolas profissionais, e alunos, de modo a conhecer o estado do Ensino Profissional nas Escolas Profissionais dos Açores e saber quais as expectativas que têm para o futuro.

Encontrámos profissionais com vontade de fazer mais pelos alunos e contribuírem para a qualificação dos jovens açorianos, mas que se encontram desmotivados pelos obstáculos levantados **pela tutela**, mormente à abertura de

cursos o que provoca também constrangimentos financeiros. Encontrámos alunos na sua maioria motivado, que encontram aqui, nestas escolas, o gosto pela aprendizagem, o que também é mais um fator demonstrativo da importância destas.

Consideramos que é essencial que não se assista a um retrocesso em termos de formação e valorização dos recursos humanos na Região, para isso é preciso continuar a apostar no ensino profissional.

Num período em que os recursos de vária índole são escassos e tem de ser bem geridos, uma proposta de plano para a formação profissional, tem de assumir uma série de desafios de grande importância, especialmente porque deve conjugar com exatidão e realismo os recursos existentes para responder às diversificadas necessidades da população.

Assim, uma proposta desta natureza tem que ter em conta que é necessário implementar um sistema onde as pessoas e suas necessidades estão em primeiro plano, onde a oferta é acessível e se adapta às diferentes condições e circunstâncias da população, onde a qualidade impera e em linha com uma sociedade em constante mudança.

- Assumimos a consagração do princípio de que os Açores se devem aproximar dos indicadores médios da União Europeia em matéria do número de alunos em percursos qualificantes que frequentam o ensino secundário. Esta é também uma forma de não defraudar as expectativas dos pais, alunos e do tecido económico e social da Região em geral, quanto à oferta formativa, permitindo maximizar e rentabilizar as Escolas Profissionais da Região, as suas instalações, equipamentos e recursos humanos colocando-as ao serviço da educação/formação e da comunidade, em particular da qualificação da população.

- É necessário promover o aumento do número de turmas nas Escolas Profissionais, para valores do final da primeira década do século XXI, que

permitam recuperar as perdas verificadas entretanto, de forma a potenciar a capacidade instalada e dar respostas à procura de formação por parte dos jovens e que não encontram resposta por falta de vagas;

- Abranger todas as ilhas e concelhos da Região com oferta de formação profissional. Tal deve ser assegurado prioritariamente pelas escolas profissionais e, quando estas não existirem, pelas escolas do ensino regular, evitando a sobreposição de oferta formativa;
- Definir áreas vocacionais em função da realidade social e económica de cada ilha ou concelho, fomentando assim a especialização das escolas profissionais, nos territórios onde tal for possível;
- Envolver, efetivamente, a comunidade educativa e, em especial, os agentes económicos na definição das ofertas formativas;
- Por último, mas não menos importante, financiar devidamente e atempadamente o ensino profissional.

Pretendemos dar um contributo positivo para suplantar o estrutural atraso educativo dos Açores face aos padrões europeus, reconhecendo o que de bem tem sido feito, contribuindo assim para o elevar o nível de formação e qualificação das próximas gerações de açorianos.

O tema do ensino profissional reveste-se neste momento de grande atualidade na nossa região e no nosso país. É mais ou menos aceite por todos os atores que este tema deve ser discutido, a fim de ser gerado um consenso que permita proporcionar de uma forma mais abrangente e efetiva, percursos escolares de aprendizagem capazes de satisfazer os alunos e as aprendizagens, de forma a que todos os jovens possam alcançar sucesso educativo e inserir-se de forma qualificada no mercado de trabalho global e competitivo.

Se houver novamente uma aposta e valorização do ensino profissional na Região, as escolas profissionais estão providas de meios humanos, instalações e equipamentos que lhes permitem, com excelência, organizar as atividades

educativas e formativas. O contributo relevante que já deram no passado, **descurado entretanto**, pode e deve ser potenciado no futuro até porque estas escolas tem um papel de primeira grandeza para melhorar a competitividade da economia, elevar o nível de qualificação dos açorianos, melhorar a empregabilidade e promover a inclusão social. As escolas Profissionais estão abertas, disponíveis e anseiam por desenvolver esforços no sentido de viabilizar uma oferta formativa que responda às necessidades da Região e que permita alcançar os objetivos qualitativos e quantitativos expressos na Estratégia 2020.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

O relatório baixa agora à comissão dos Assuntos Sociais para ser avaliado de forma mais aprofundada.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, nomeadamente no ponto em que interrompemos ontem: **Apresentação do relatório final do Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão Permanente de Economia que acompanhou o encerramento na unidade fabril da COFACO.**

Para o debate cada bancada parlamentar e o Governo dispõem de cinco minutos que podem usar de uma só vez, após a apresentação do relatório, por isso mesmo dou a palavra ao Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

[\(Para consulta do relatório na íntegra, por favor seguir o link\)](#)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Relatório do Grupo de Trabalho para acompanhamento, análise e avaliação do impacto social e económico decorrente do encerramento da unidade fabril da COFACO, na Ilha do Pico, é extremamente rico na caracterização demográfica e sócio económica da Ilha do pico, incluindo até mesmo o perfil sócio profissional familiar e de rendimentos das ex-trabalhadoras.

As visitas realizadas, bem como as reuniões mantidas com os agentes económicos da ilha, permitiram conhecer o impacto qualitativo ocasionado por este despedimento coletivo.

É de salientar a deliberada incompatibilidade de agenda por parte do Conselho de Administração da COFACO para reunir, pese embora as insistentes diligências do Presidente do Grupo de Trabalho, o que denota não só displicência, como também alguma sobrançeria e sentimento de impunidade de uma empresa que beneficiou de constantes e diversos apoios financeiros públicos ao longo de décadas para abertura e monitorização das suas unidades fabris.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: Nunca é demais recordar e sublinhar que esta mesma empresa não fez, nem nos faz, um favor social e económico, porquanto lucrou com a sua atividade nesta Região, usufruiu de um sistema fiscal mais vantajoso e contou com mão de obra reconhecidamente especializada, mas sempre mal paga e sem quaisquer perspetivas de carreira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas melhor paga do que na República!

O Orador: Não são tecidas conclusões políticas e optou-se por confundir conclusões com uma discriminação dos principais factos, que resultam dos despedimentos ocorridos, quiçá, para facilitar uma posição final favorável e unânime relativamente ao conteúdo do presente relatório.

Mas por entre factos, subsistem nas entrelinhas muitas incertezas quanto ao futuro, desde já se por um lado se afirma o compromisso da nova empresa para construir uma nova fábrica, por outro lado esse compromisso é só uma possibilidade que poderá ou não estar concluída dentro de dois anos.

É requisito para a obtenção, mais uma vez, de financiamento público, o aumento do capital social, o que até à data do encerramento do presente relatório, e julgamos que até hoje, ainda não ocorreu.

Os factos confundidos com conclusões incidem num acompanhamento da Inspeção Regional do Trabalho e da Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional às ex-trabalhadoras e à constatação do estrito cumprimento do estabelecido legalmente para despedimentos, percepção de indemnização e subsídio de desemprego.

Na audição ao Vice-Presidente do Governo Regional, a requerimento do nosso Grupo Parlamentar, importa referir o tom desdramatizador e seleção criteriosa de factos.

Para o Vice-Presidente, as trabalhadoras estão melhor agora do que estavam quando trabalhavam, porque têm maior rendimento disponível resultante do usufruto do subsídio de desemprego e das indemnizações.

Temos a convicção que, por ventura, excluindo quem está em condições de aceder à pré-reforma, qualquer trabalhadora preferiria estar a trabalhar do que a usufruir deste rendimento, até porque conhecem a finitude desta condição.

É certo que vivemos num estado de direito, por isso mesmo não podemos contestar o cumprimento da lei, mas o Sr. Vice-Presidente nem foi capaz de se mostrar minimamente preocupado com o motivo invocado para o despedimento, a redução de matéria prima para laborar, quando essa redução resulta de uma opção gestionária da empresa, naquele que é um critério perverso e que poderá dar origem a mais despedimentos no setor em outras ilhas e se for para contarmos com a disponibilidade política do PS na República para alterar o Código do Trabalho, de forma a não facilitar os despedimentos utilizando este expediente que a COFACO utilizou, bem podemos esperar sentados.

Persistem indícios que não transmitem confiança no avanço do investimento para a construção da nova fábrica: ausência de disponibilidade por parte do Conselho de Administração da COFACO para reunir com o Grupo de Trabalho, para dar a conhecer o estado do projeto e o aumento do capital social da nova empresa, aliás requisito obrigatório para aceder a novo financiamento que ainda não se concretizaram.

Considerando que o Governo Regional ao longo deste processo sempre assumiu publicamente este investimento como garantido, logo se num futuro mais ou menos próximo tal não se vier a concretizar, estão terá igualmente que assumir a responsabilidade política para o incumprimento das expetativas que criou às trabalhadoras e aos picoenses em geral.

Esperemos que o papel desta Assembleia não se esgote neste momento e com este Grupo de Trabalho, nem mesmo no recurso aos dados este relatório para avaliar o impacto sócio económico destes despedimentos dentro de dois anos.

Os picoenses e as ex-trabalhadoras da COFACO esperam, merecem mais e temos obrigação de atender aos seus anseios e ao futuro económico da Ilha do Pico e em particular do concelho da Madalena.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este relatório mais uma vez demonstra a urgência que temos em agir relativamente a esta situação. É importante e necessário todas as medidas e ações que possam ser movimentadas por este Governo para atrair investimento e favorecer a criação de emprego. O encerramento da COFACO nada vem ajudar ao desenvolvimento da Ilha do Pico, além do despedimento, provocou, como podemos observar no relatório, inúmeras reduções de receitas.

Para o PCP é de importância estratégica a aplicação de medidas para minimizar o impacto social e económico do despedimento coletivo da COFACO e no equilíbrio da situação social e económica da Ilha do Pico e da Região, sendo fundamental minorar as dificuldades da população picoense, reconhecendo a especificidade e excecionalidade da sua situação

Relembro que são urgentes os esforços para garantir as majorações de apoios, isenções diversas e benefícios fiscais para as empresas, uma vez que o despedimento coletivo na COFACO do Pico significa uma perda de 4,3% na população ativa da Ilha, e de mais de 8% no concelho da Madalena, sendo dados muito significativos numa Ilha com 14 mil habitantes.

O Projeto de Lei n.º 1512/XIII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República, que pretende facilitar o acesso e majorar o valor de diversos apoios sociais, minorando o efeito da redução do poder de compra das

famílias, procurando com um esforço de investimento em contraciclo facilitar a recuperação económica e social da Ilha do Pico, foi aprovado.

Portanto, facilitou-se o acesso à majoração do valor do subsídio de desemprego, minorando o efeito da redução do poder de compra das famílias, procurando com um esforço de investimento em contraciclo facilitar a recuperação económica e social da Ilha do Pico.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queremos deixar bem frisado a constante luta que o PCP tem desenvolvido para garantir a melhoria dos apoios e das condições de acesso.

Em termos de montante existe uma majoração de 20 % e o tempo aplicado duplicou.

Apesar de tudo o que nos confirma este relatório e não lhe tirando qualquer valor, devemos sempre ter em conta que as pessoas dependentes das decisões tomadas por esta casa continuam com as suas vidas fragilizadas, à espera das decisões.

Para o PCP este assunto está longe de estar encerrado ou mesmo esquecido. Seriedade e transparência é aquilo que exigimos em todos os aspetos e fases da sua execução.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É imperativo que este projeto passe à prática com a maior rapidez e eficiência possível.

É imperativo que exista resultados de tanto esforço e luta.

É imperativo que exista apoio às pessoas prejudicadas.

Termino, deixando as seguintes questões:

- O projecto apresentado pelo PCP na Assembleia da República deu entrada na Câmara Municipal da Madalena, qual é o ponto da situação?
- As exigências feitas pelo Governo já estão em prática relativamente à gestão/aumento do capital da empresa para a nova unidade fabril?

- Caso não exista aumento de capital é possível recorrer a fundos comunitários?
- O compromisso da nova fábrica abrir até 2020 ainda vai ser concretizado ou não?

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Há precisamente um ano atrás, subiu a este parlamento, fazendo eco das nossas preocupações, o primeira Projeto de Resolução, apresentado pelo PSD, visando a salvaguarda dos postos de trabalho da COFACO na ilha do Pico.

Em janeiro de 2018 consumaram-se as piores previsões, carregando muitas interrogações, indefinições, juízos e surpresas.

Mais ou menos consensuais, com debate construtivo e refletindo a indignação coletiva, foram aprovadas, por unanimidade, por este parlamento, ao todo, num ano, 6 iniciativas.

De entre as recomendações, de todos os deputados da nossa Região, estava a indicação da criação de um grupo de trabalho para **Acompanhamento, Análise e Avaliação do Impacto Social e Económico decorrente do Encerramento da Unidade Fabril da COFACO, na ilha do Pico.**

Sobre as ações desenvolvidas e a condução dos trabalhos nada temos a apontar, mas chegados aqui o que é que temos realmente?

Temos uma nova unidade fabril em construção?

Não temos...

Temos garantia de empregabilidade para todos os ex-funcionários da COFACO, na ilha do Pico?

Não temos...

Temos a candidatura a fundos comunitários da nova unidade aprovada e compromisso de cumprimento pelo promotor de todos os requisitos necessários?

Não temos, a não ser que o Senhor Secretário nos informe sobre os progressos neste processo.

Temos uma frota atuneira mais forte que garanta o fornecimento de matéria prima às conserveiras da Região?

Não temos, antes pelo contrário, os próprios atuneiros da COFACO ficaram em terra...

Temos uma Região mais atrativa para as indústrias conserveiras?

Não, não temos...

Ou seja, passado um ano continuamos a carregar muitas interrogações, indefinições, juízos e certamente o receio de muitas surpresas.

Temos sim, a aprovação, pela unanimidade dos partidos, na Assembleia da República, a Recomendação Proposta pelo PCP, de majoração dos apoios sociais na ilha do Pico, e que também era intenção de todas as forças políticas do Parlamento dos Açores.

Decisão positiva, mas continua no plano da emergência e não estrutural.

Mas temos também **factos políticos**.

O primeiro dos quais, a indisponibilidade do Conselho de Administração para audição no Grupo de Trabalho, o que claramente lamentamos.

E o Segundo facto político?

O segundo facto político é a audição do Sr. Vice-Presidente do Governo, Sérgio Ávila.

É a todos os títulos lamentável que um alto responsável político vá ao parlamento afirmar que uma centena de trabalhadores que estão no desemprego estão hoje melhor do que estavam, porque receberam indemnizações e têm direito ao subsídio de desemprego.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Repito, lamentáveis, foram estas as afirmações, insultuosas para os ex-funcionários e assustadoras pela abordagem de quem dirige as finanças da nossa região.

Afinal, confirmamos que a sustentabilidade económica e a criação de riqueza dizem-lhe muito pouco.

Mas temos mais.

Ficamos também a saber que o Vice-Presidente do Governo ignora as deliberações dos deputados da região, afirmando perentoriamente que desconhece a resolução deste Parlamento, na qual se inclui o Plano de Ação para Fazer Face aos Despedimentos apresentado pelo PSD/Açores.

Afinal, Senhor Vice-Presidente, a si interessa-lhe ou não a perda do empregador COFACO, com perda direta e indireta de mais de 300 postos de trabalho na ilha do Pico?

Mais, os Senhores Deputados do PS aceitam estas afirmações?

Sim, a pergunta é para todos os deputados do PS.

Deputado João Costa (PS): Guarde essa demagogia!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na mesma medida que o PSD/ Açores no seu plano de ação propôs a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar, também hoje reiteramos, que mesmo após a apresentação das conclusões deste grupo de trabalho, este assunto não pode ser abandonado.

Na mesma medida que, dado o seu desconhecimento, fornecemos ao Senhor Vice-Presidente, a nossa Resolução relativa ao nosso Plano de Ação aprovado neste parlamento, em reunião de audição no Grupo de Trabalho, também voltamos a fazer fé da sua importância, porque consideramos que ainda não conhecemos as reais consequências futuras desta situação para a economia da ilha do Pico.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Não subscrevemos a indiferença do Governo Regional, nem à sua perspetiva de que está tudo resolvido.

Consideramos que a preocupação deve ser redobrada com o decorrer do tempo.

O Pico precisa e merece atenção e vamos continuar a defender ações excecionais para responder a esta situação excecional.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Miguel Costa (PS): Tanto trabalho para reunir consensos e não consegue resistir a isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A indústria conserveira nos Açores desde há muito que vive a crónica de uma morte anunciada.

O recente encerramento da COFACO no Pico é só o último ato desta encenação.

A falta da matéria prima para laborar é um problema que não é de hoje, nem de ontem.

Desde 2010 que na Região não se labora matéria prima fresca, ou seja, não se labora atum capturado nos Açores.

Este é um excelente indicador da sustentabilidade do stock do nosso pescado na Região.

O Governo limitou-se de forma irresponsável a subsidiar empréstimos para comprar matéria prima mantendo desta forma as fábricas em laboração, mas cada vez mais endividadas.

O CDS não é de hoje, nem de ontem que tem vindo a alertar que além das conserveiras serem hoje na indústria alimentar produtoras de um bem com um valor acrescentado relativamente baixo, que era necessário e urgente resolver o problema da matéria prima das nossas conserveiras.

Neste momento a falta de matéria prima para laborar está a atingir uma situação insustentável.

Em 2015, o preço da tonelada de atum em Vigo era de 950 euros; em 2016, mais do que duplicou para 2050 euros a tonelada de atum para laborar na Região.

Assim, nos Açores a produção de uma tonelada de latas de atum custa mais 500 euros do que no continente.

Na COFACO os sobrecustos da insularidade são de 2,2 milhões anuais, quando o lucro da empresa é apenas de um milhão por ano.

Os custos de contexto na Região são elevadíssimos porque elevados são os custos de transporte.

Sras. e Srs. Deputados:

A criação deste Grupo de Trabalho, por iniciativa do CDS, para além de avaliar o impacto económico e social decorrente do encerramento da unidade fabril da COFACO na Ilha do pico, teve também como objetivo manter na agenda política a evolução de todo este processo de despedimento coletivo.

O Governo dos Açores, através da Direção Regional do Emprego e qualificação profissional, em articulação com a Escola Profissional do Pico, promoveu a oferta de um curso de formação profissional.

A este respeito o CDS considera que para além da formação profissional em tecnologia do pescado, é fundamental que estes trabalhadores adquiram outras

valências ampliando as suas qualificações que possam representar uma mais valia para a economia e uma vantagem competitiva na procura de um novo emprego.

O Grupo COFACO criou uma nova empresa, submeteu um projeto para a construção de uma nova unidade fabril de preparação de lombos de pescado, o qual já deu entrada na Câmara Municipal da Madalena, aguardando algumas retificações.

No entanto não deixa de ser preocupante o facto de até à data a empresa ainda não ter feito qualquer aumento de capital que é exigido para a ilegitimidade do investimento no âmbito do PROMAR.

Sras. e Srs. Deputados, este despedimento coletivo veio revelar as fragilidades da economia da ilha, em particular da economia do concelho da madalena, que estava muito dependente da indústria conserveira e que absorvia grande parte da mão de obra menos qualificada.

À semelhança do que se passou com os impactos negativos do downsizing da Base das Lajes, foram criadas medidas de excecionalidade, tendo sido aprovado na República, um regime especial de apoios sociais na Ilha do Pico.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, os Açores não podem de plano de revitalização em plano de revitalização se tornar numa Região dependente de apoios sociais.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu tinha a intervenção preparada e escrita para ler, mas não vou fazer porque como Deputado do Pico conheço profundamente o assunto e nesta matéria o início da minha intervenção terá que ser naturalmente com uma saudação

especial aos trabalhadores da COFACO, num momento tão difícil e perante uma situação dramática nunca baixaram os braços, demonstrando de uma forma pacífica, uma intenção clara de lutar pelos seus direitos e manter os seus postos de trabalho.

A segunda nota vai para a intervenção do colega, Sr. Deputado Marco Costa, em relação à sua incessante necessidade de fazer politiquice, aconselhava-o a um pouco mais de moderação na forma como atacou o Governo.

Deputado Marco Costa (PSD): Alguma represália!

O Orador: Primeira nota relativa à situação do Sr. Vice-Presidente: todos nós sabemos, isso foi discutido no Grupo de Trabalho, que houve um determinado contexto, não me compete a mim aqui fazer a defesa de honra do Sr. Vice-Presidente, até porque ele não está, mas também sem falar com ele nesta matéria, tenho que transmitir que foi numa situação muito especial que ele estava a viver com o pai que estava no hospital.

Eu penso que o que ele transmitiu foi em determinado contexto relativo a uma situação muito específica e até aquele momento.

Srs. Deputados, ainda em relação à questão da COFACO, é preciso aqui enaltecer o trabalho que todas as forças políticas fizeram e as iniciativas que tomaram nesta Casa, na Assembleia Legislativa, desde os Projetos de Resolução, os seis ou sete Projetos de Resolução aprovados por unanimidade e enaltecendo também o Projeto de Resolução do CDS-PP que veio de facto permitir a constituição do Grupo de Trabalho, aqui deixo uma ressalva aos meus colegas e da Representação Parlamentar do PPM, obrigado, Sr. Deputado que de facto empenharam-se nesta causa e fizeram um trabalho profícuo em prol da Ilha do Pico.

Mas também nesta matéria o que o Governo fez dentro das suas competências e também de acordo com o Projeto de Resolução do plano de ação do PSD, o que é que se fez?

Está-se a pagar a creche dos funcionários da COFACO, dos miúdos que frequentam a creche e o ATL;

A nível da Secretaria do mar, foi criada uma equipa para preparar e analisar o projeto;

Ao nível do município da Madalena foram tomadas todas as diligências, de forma a que o projeto tivesse sequência, que fosse aprovado e licenciado e naturalmente também compete à COFACO, ao interessado, apresentar os elementos necessários para viabilizar o projeto e nessa matéria obviamente a COFACO tem que fazê-lo e obviamente tem que fazê-lo porque a COFACO representa muito para a Ilha do Pico, não só pela sua história, mas do ponto de vista da empregabilidade os números são conhecidos nesta matéria.

Mas há aqui uma questão que eu quero colocar também ao meu colega Marco Costa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não pode!

Deputado André Bradford (PS): É retórica!

O Orador: Recomendo que consulte o Diário das Sessões do dia 21 de maio de 1996.

Havia uma indústria de conservas existente no concelho de S. Roque na Ilha do Pico, que se chamava Tunapesca. O que foi feito em relação e às medidas que foram tomadas na altura, em 1996, ou 95/96, em relação à unidade fabril Tunapesca que fechou na Ilha do pico, cujos trabalhadores ficaram completamente desamparados? O que é que foi feito? Zero! Nada! Nada foi feito nessa matéria!

É preciso ter atenção que estamos a falar aqui de uma empresa privada, o Grupo parlamentar do PS irá fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que a fábrica seja uma realidade e para estarmos sempre ao lado na luta dos trabalhadores.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, em primeiro lugar devo apresentar aqui, da parte da Representação Parlamentar do PPM que foi um dos partidos políticos que apresentou este Projeto de Resolução, o outro é o CDS-PP, que da nossa parte o Grupo de Trabalho fez um excelente trabalho e na nossa perspetiva um trabalho sério em relação a esta matéria.

Vou repetir aquilo que disse em relação àquilo que disse em relação a esta matéria desde o início.

Eu considero que nesta questão é muito importante que a Região tenha uma voz unida, que tenha, por parte de todos os intervenientes políticos e por parte do Governo Regional, que exista um empenho e que ninguém tenha a preocupação em tirar qualquer tipo de proveito político, porque as guerras partidárias neste tipo de matéria nunca resolvem nada, criam alguns obstáculos.

Eu acho que é fundamental também aqui não penalizar os privados porque é evidente que o que nós temos que criar são boas condições de negócio, para que esse negócio possa ser efetivo e não nos podemos afastar, criando um mau ambiente de negócio como alguma esquerda gosta de fazer, sempre diabolizando aqueles que são os empresários e aqueles que geram emprego. É importante é criar boas condições.

É evidente, também há outro lado da questão que é a partir do momento em que uma empresa recebe subsídios públicos tem um compromisso, assume um compromisso porque há um apoio público, há um apoio que é pago com os impostos de todos nós e evidentemente existem uma série de contrapartidas que têm que ser respeitadas.

Eu penso que são estes os dois lados desta questão: criar um bom ambiente de negócio; exigir as contrapartidas que resultaram do investimento público, do apoio público, neste caso.

Bem, eu devo dizer que em relação a esta matéria, há também dois pontos que gostaria de referenciar:

O primeiro é que a redução das capturas, como se verifica no âmbito desta análise que foi feita pelo Grupo de Trabalho, é algo muito variável, não é algo que seja irreversível, nada nos diz que dentro de dois, três anos, não podemos ter um índice de capturas muito mais elevado.

Portanto, eu não acho que exista uma desvalorização dos Açores e de forma específica da nossa Região, do conjunto da nossa Região, em relação às capturas, porque isto já aconteceu antes e nós depois tivemos períodos de recuperação.

Devo dizer que este é o primeiro ponto: não considero que a Região esteja desvalorizada e em segundo lugar o plano estratégico que a empresa tem coloca os Açores como uma Região de grande importância, tendo em conta os projetos estratégicos de expansão para o mercado africano e a transformação que aqui se pretende fazer.

Portanto, eu não tenho uma perspetiva negativa em relação à evolução da COFACO.

Evidentemente que se as coisas não resultarem eu estou pronto para assumir as minhas responsabilidades políticas pela análise que estou a fazer, mas a minha análise é que este negócio se vai concretizar e que a perspetiva estratégica,

penso que poderá encontrar-se ou poderá vir a contextualizar-se num cenário estratégico que favorece a Região, que como também o relatório refere, tem uma mão de obra especializada e pode dar resposta às questões que são colocadas pela empresa nomeadamente em relação à produtividade.

Por isso, na minha perspetiva o que é importante nesta matéria é que o Parlamento deve continuar a acompanhar esta questão. Todos nós, da parte do PPM será seguramente assim, devemos ter uma postura de responsabilidade, não aproveitar para fazer guerrilha política, evidentemente responsabilizar o Governo Regional naquilo que são as suas responsabilidades, isso da minha parte vou fazer e vou acompanhar de perto este processo e evidentemente exigir à empresa, no caso de não se concretizar o que os administradores afirmam, responsabilizar a empresa em relação aos investimentos públicos que foram realizados, ao financiamento que foi garantido por parte da Região, aos apoios que foram concedidos e que devemos obviamente ter em conta se a empresa não concretizar o investimento que está programado, mas até lá eu tenho uma perspetiva otimista, acho que vai ser instalada a nova unidade, acho que será um sucesso e acho que estes empregos estão garantidos para o futuros da Ilha do Pico.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem então agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como ponto prévio à minha intervenção eu gostaria de dizer, porque foi aqui várias vezes chamado à coação o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, que os serviços dependentes da Vice-Presidente do governo regional, estiveram desde a primeira hora empenhados no apoio aos trabalhadores da COFACO,

tanto através da Inspeção Regional do Emprego, como da Direção Regional do Emprego e qualificação profissional.

Portanto, neste aspeto estamos esclarecidos e os trabalhadores são com certeza testemunhas desse empenho da Vice-Presidência dos serviços que lhe estão dependentes.

Em segundo lugar gostaria de dizer que, da leitura que faço do relatório da Comissão, ele espelha, no meu entendimento, todo o empenho que o Governo Regional teve desde a primeira hora no apoio aos trabalhadores e também o empenho que tem tido para que este investimento se concretize.

Devo só, como um pequeno parêntesis, dizer que – e a Sra. Deputada Graça Silveira também o referiu – os apoios para este investimento não vêm do PROMAR, é o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das PESCAS, o FEAMP, mas é só uma pequena correção.

Devo também informar a câmara que recentemente e a meados da semana passada, a Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, rececionou um pedido da prorrogação de prazo por 60 dias apresentado pela empresa PDM, que é a empresa que se candidatou para a nova unidade fabril e este pedido de prorrogação decorreu do facto de haver necessidade de proceder a alterações do projeto, nomeadamente e como é conhecido da ETAR, estando neste momento os prazos a decorrer para estas alterações e assim obter o licenciamento da obra. A empresa também nos informa que é expetável que a breve trecho a obra se encontre licenciada, o que permitirá a aprovação do financiamento bancário destinado à execução deste projeto.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Paulo Mendes, gostaria de refrisar que a tentativa de colar a responsabilidade de toda esta situação ao Governo Regional não cabe, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Nunca tem!

O Orador: ... porque isto é uma empresa privada e o Governo Regional não tem naturalmente nada a ver com estratégias de empresas privadas, naturalmente tendo toda a preocupação que esta situação traz, por isso o seu empenho para que este investimento se concretize.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado João Corvelo, devo dizer que, é verdade, sem o aumento de capital não haverá aprovação, mas tal como a empresa nos tem transmitido esse aumento de capital vais ser feito e o investimento da nova unidade fabril vai ser concretizado.

Em relação á intervenção do Sr. Deputado Marco Costa, pois penso que fugiu um pouco áquilo que era a linha unânime do relatório, mas devo dizer-lhe que eu partilho da confiança que o Sr. Deputado Duarte Freitas e o Sr. Presidente da Câmara da Madalena têm depois das conversas que tiveram, tal como eu tive, com a administração da COFACO.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: Portanto, a confiança é igual e nós temos que acreditar que a empresa vai fazer a nova unidade fabril e eu julgo que a vai concretizar, portanto não há aqui nenhuma indiferença do Governo Regional em relação a tudo isto e a confiança é partilhada e é a mesma.

Em relação a algumas das questões que a Sra. Deputada Graça Silveira colocou, pois elencou uma série de problemas, uma série de situações, mas não a vi apontar nenhuma solução em concreto para muitas das questões que colocou.

Devo dizer que a indústria conserveira é muito importante para a Região, o preço é uma coisa, como a Sra. Deputada deve conhecer, é uma questão muito variável, por exemplo agora está a 1.3 e meio no mercado internacional, mas eu gostaria de lembrar também que a indústria conserveira dos Açores recebe um apoio do POSEI precisamente para colmatar os sobrecustos desta indústria na Região.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Coisas com valor acrescentado maior!

O Orador: Devo também frisar que se não houvesse confiança neste setor, era pouco compreensível que neste momento existissem quatro projetos candidatados aos fundos para reformulação das indústrias que existem cá. Ou os empresários são suicidas, ou então, de acordo com as palavras da sra. deputada, não se percebe como é que eles querem apostar numa indústria que à partida diz que está falida.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quer que faça um relatório de contas da região! Se é para fazer jogo sujo fazemos todo!

O Orador: Devo também dizer que em relação às observações que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez, julgo que elas são sensatas, o Sr. Deputado fez aqui observações com as quais eu concordo, naturalmente que a redução das capturas é uma questão muito variável, por exemplo este ano estamos a ter capturas à partida, excecionais e estamos a ter uma excelente safra, portanto são provavelmente ciclos relacionados com questões ambientais ainda mal compreendidos, mas o que é facto e eu vou reforçar aqui é que a indústria continua a querer ficar nos Açores, tem apoios para ficar e portanto existem neste momento até quatro candidaturas para estes apoios, portanto eu acho que vamos ter melhores dias para esta indústria nos Açores, é também essa a confiança que eu partilho com o Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

A Conferência de Líderes deliberou que os pontos 9 e 10 seriam debatidos em conjunto, vou anunciá-los separadamente:

9 - Petição n.º 20/XI – “Pelo correto reposicionamento na carreira ao abrigo do Estatuto da Carreira Docente DLR n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro e contra a discriminação de carreiras com duração superior aos 34 anos que a lei preconiza”.

Esta Petição apresentada por António João Setoca Anacleto, na qualidade de primeiro subscritor.

10 - Petição n.º 21/XI – “Contra a discriminação e o prejuízo resultantes da concretização do processo de transição para a nova estrutura da carreira docente na Região Autónoma dos Açores”, apresentada por José Eduardo Pedro Gaspar, na qualidade de primeiro subscritor.

Sendo debatidas em conjunto o Sr. Relator da Comissão dos Assuntos Sociais irá fazer a apresentação conjuntamente, mas das duas Petições e depois o debate cada partido pode intervir apenas uma única vez por período não superior a 15 minutos.

Tem então a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 20/XI

“PELO CORRETO REPOSICIONAMENTO NA CARREIRA AO ABRIGO DO ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE DLR N.º 25/2015/A, DE 17 DE DEZEMBRO E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO DE CARREIRAS COM DURAÇÃO SUPERIOR AOS 34 ANOS QUE A LEI PRECONIZA”

CAPÍTULO I

Introdução

A 20 de outubro de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 20/XI, intitulada “Pelo correto reposicionamento na carreira ao abrigo do Estatuto da Carreira Docente DLR n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro e contra a discriminação de carreiras com duração superior aos 34 anos que a lei preconiza”, que reúne um total de 4204 (quatro mil, duzentas e quatro) assinaturas, tendo como primeiro signatário António João Setoca Anacleto.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores. Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias relativas a

“Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

a) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários pretendem:

- Que a tutela reconheça, para efeitos de progressão na carreira os três anos de trabalho que realizados/prestados antes de 31/10/2010, tal como já o havia reconhecido anteriormente no artigo 7.º DLR n.º 21/2007/A de 30 de agosto, alterado e republicado pelos DLR n.º 4/2009/A e 11/2009/A, respetivamente de 20 de abril e de 21 de julho, e que crie um mecanismo que permita a sua recuperação.

E para isso apresentam os seguintes argumentos:

- Após análise das listas do pessoal docente com o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira do dia 5 de maio de 2017, verificou-se que em cada unidade orgânica da região existem carreiras docentes com durações de serviço superiores a 34 anos até se atingir o escalão mais alto da mesma, com avaliação superior a Bom.
- Quem se encontrava na carreira ao abrigo do DLR n.º 21/2007/A de 30 de agosto, alterado e republicado pelos DLR 4/2009/A e 11/2009/A,

respetivamente de 20 de abril e 21 de julho, até ao 6.º escalão, inclusive, vê a duração da sua carreira acrescida em 3 anos, com avaliação de desempenho não inferior a Bom. Por seu turno, os abrangidos pela carreira ao abrigo do vigente DLR 25/2015/A de 17 de dezembro, terão uma carreira com duração de 34 anos, com avaliação do desempenho não inferior a Bom.

c) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Foi deliberado proceder à audição do primeiro peticionário, do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC), do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA) e do Sindicato dos Professores da Região dos Açores (SPRA).

A audição do peticionário ocorreu no dia 8 de fevereiro de 2018, a audição do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores e do Sindicato dos Professores da Região dos Açores ocorreram a 13 de março do mesmo ano e a audição do SREC ocorreu no dia 23 de maio, também do mesmo ano, todas na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em Ponta Delgada.

1) **Audição do peticionário, o cidadão António João Setoca Anacleto:**

A audição do peticionário iniciou-se com o próprio a realizar uma explanação sobre o objeto da petição e a enumerar as situações que originaram a realização desta petição. Apresentou mapas comparativos e explanativos de situações sinalizadas e que sustentam o objeto da petição.

A Deputada Sónia Nicolau fez referência à dificuldade de leitura cruzada do Estatuto, desde logo pela abrangência e transição do próprio, já que existem professores no ativo que já passaram, pelo menos, por três Estatutos. Disse ainda que, no seu entender, os documentos entregues e apresentados eram viciosos embora perceba a referência aos sete anos que foram explanados, mas realçando e focalizando, o que o que está aqui em análise é a alegada contabilização dos três anos e não dos sete. Fez também referência ao artigo 7.º,

no Estatuto de 2007, que garantiria que a partir do 4.º, 5.º e 6.º escalão seriam contabilizados os tais três anos e que este não foi aplicado porque o Estatuto tendo sido aprovado em 2007 e entrando em vigor no mesmo ano, para aplicação nos professores colocados no 4.º escalão, culminou nos anos seguintes com o congelamento de progressões e valorizações remuneratórias. Referiu ainda que os dados dos quadros apresentados, folha A3- igualmente distribuída pelos peticionários - e o texto da petição, nos seus fundamentos de suporte à perda de 3 anos não coincidem, pelo que questionou por onde se devem basear os Deputados na análise da petição. Questionou também qual era o topo da carreira em 2007 e qual é o topo da carreira em 2015 e qual o topo da carreira a que se refere na sua explanação, já que há professores que entraram em alturas diferentes na carreira. Perguntou também sobre qual o tempo, com esse somatório dos moldes de tempo de serviço no estatuto da carreira de 2015, até ao 7.º escalão? Terminou questionando se o professor que entrou na carreira ao abrigo de estatuto de 2007 atingiria o seu topo da carreira no índice 340 com trinta e cinco anos, neste novo estatuto de 2015, com quantos anos atingirá o índice 340 (índice topo da carreira expectável em 2007).

Em resposta, o peticionário disse que no de 2015 são trinta e quatro anos e que para quem já vinha de trás são trinta e sete já que não são contabilizados os três anos, dando o seu próprio exemplo em que tinha uma expectativa de atingir o topo da carreira no índice 340 com trinta e um anos de serviço que agora só atingirá o topo da carreira no índice 370 com trinta e cinco anos dizendo também que caso fossem contabilizados os anos congelados estaria, neste momento no 3.º escalão com três anos, estando na realidade no 2.º escalão a faltarem duzentos e cinquenta dias para subir.

A deputada Sónia Nicolau replicou referindo que não foram respondidas às questões colocadas. Relembrando que não se podem confundir índices diferentes, sendo que no estatuto de 2007 o topo da carreira era aos 35 anos no

índice 340 e no estatuto de 2015 o topo da carreira, entre os 34 anos e os 37 anos, no índice 370, sem ultrapassagens por professores integrados em diferentes momentos e com valorização remuneratória. Relembrando que o índice 340, topo da carreira em 2007 - era o expectável pelos docentes integrados antes do estatuto de 2015 - será agora atingido com 30 anos de serviço contabilizados, e mesmo aditando os três anos das normas transitórias, será de 33 anos. O mesmo é dizer dois anos antes do expectável pelo estatuto de 2007.

O Deputado Paulo Estevão interveio para dizer que no seu ponto de vista o essencial é que haja recuperação do tempo de serviço para todos os afetados e que não existam ultrapassagens. Fez também referência às declarações do Presidente do Governo Regional quando este anunciou que a região irá adotar o que for adotado a nível nacional, sendo, no seu entender uma situação favorável para os professores nos Açores já que a nível nacional existem condicionantes no âmbito da avaliação e nos Açores elas não existem. Disse ainda que, na sua opinião, não é uma boa altura para se mexer no estatuto achando que as dúvidas colocadas pelo peticionário são válidas e merecem ser analisadas através de um processo de negociação.

A Deputada Maria João Carreiro interveio para dizer que as pretensões dos peticionários são pretensões que preocupam o GPPSD e que já os manifestaram em vários momentos já que o que está em causa é a penalização em três anos de serviço que os docentes irão sofrer ao serem reposicionados na carreira, ao abrigo da legislação em vigor, face aos docentes que ingressam ou que ingressarão. Das transições ocorridas entre as diferentes estruturas da carreira docente na Região resultaram normas penalizadoras para os docentes. Frisou que os docentes que entraram e entrarão na carreira ao abrigo do DLR em vigor vão atingir o topo de carreira com 34 anos de serviço, enquanto docentes que entraram ao abrigo dos anteriores diplomas atingirão esse topo com 37 anos de

serviço, expondo como exemplo o seu caso pois entrou na carreira ao abrigo do Estatuto de 1999. Neste sentido, destacou que não nos podemos cingir à situação dos docentes que entraram na carreira ao abrigo do DLR de 2015, sendo necessário ter em conta aqueles em que entraram na carreira ao abrigo do Estatuto de 1999, que vêm as suas expectativas defraudadas em atingir o topo de carreira.

Mencionou ainda que está em causa o tempo de serviço reconhecido pela tutela, mas que não é contabilizado para efeitos de progressão na carreira, perante as primeiras listas de transição da carreira enviadas pela tutela onde verificou-se concretamente a perda de três anos de serviço para a grande maioria dos docentes que estão nos respetivos quadros das escolas, o que fez com que a carreira que no estatuto tem como referência 34 anos de serviço se converta numa carreira de 37.

Neste sentido, questionou o peticionário no sentido de se o reposicionamento fosse feito em função do tempo de serviço, e não pelo índice remuneratório, a questão não estaria resolvida. Também perguntou se a solução do problema não passaria pela criação de uma norma transitória, tal como foi contemplado no DLR de 2015.

Em resposta, o peticionário disse que se fosse criada uma norma transitória a situação ficaria resolvida, ou seja, seria só a tutela reconsiderar a norma que existia anteriormente.

Em réplica a Deputada Maria João Carreiro interveio para frisar não ser necessário alterar o estatuto, mas sim criar a norma transitória para o devido efeito.

2) Audição do Sindicato Democrático dos professores dos Açores:

Este sindicato, como patrocinou uma petição de teor idêntico, entendeu pronunciar-se sobre a presente petição com o texto que abaixo se transcreve:

“Entendendo o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores que a Petição Pública em referência visa, no essencial, o mesmo fim que a Petição Pública patrocinada por este Sindicato – nomeadamente quanto à reclamação da consideração de três anos de tempo de serviço prestado e validado pela Administração Escolar da Região Autónoma dos Açores, que é suprimido na progressão em carreira à grande maioria dos docentes, para quem a mesma se configura com a duração de 37 anos –, sobre a qual a Direção do SDPA se pronuncia na sessão destinada também à sua audição relativamente àquela, considera este Sindicato não ser necessário adicionar outros argumentos além dos que são enunciados quanto à Petição Pública que patrocinou, por serem os mesmos concordantes”.

3) Audição do Sindicato dos Professores da Região dos Açores:

O Presidente do Sindicato debruçou-se sobre a evolução do estatuto da carreira docente a seguir a 25 de abril de 74, dizendo que era uma carreira atrativa, em que as pessoas tinham perspetivas de desenvolvimento de carreira que ao longo do tempo se foi perdendo e que a “machadada” foi em 2007 e esse problema resulta deste Estatuto. Acrescentou que em 2007 a maioria dos professores não poderiam chegar ao topo da carreira devido à cota na avaliação e à fratura da carreira e que a norma transitória em 2007 obrigava a fazer tempo da carreira que não estava em vigor e que eliminavam tempo de serviço que traziam de um escalão para o outro, resultando que tivessem de fazer três anos antes de 2007 e no limite mais cinco anos.

Disse ainda que as normas transitórias subsistiram apesar das alterações de 2010 e que tudo conjugado com o congelamento a carreira torna-se “virtual” já que os sucessivos Governos da República e dos Açores não têm cumprido com o propósito de uma carreira de 34 anos e que essa solução pretendida pela petição não resolve o problema de todos mas dão parecer positivo porque resolver o problema de alguns já é positivo.

Terminou dizendo que propuseram a reposição com base na contagem do tempo de serviço e que este estatuto apesar de ser o melhor de todos padece desta situação onde bastava a recolocação dos professores com base no tempo de carreira.

A Deputada Sónia Nicolau perguntou com quantos anos, com o estatuto de 2015, se atingirá o índice 340, se as normas transitórias não foram aplicadas e porquê e se há professores com menos tempo de serviço a ultrapassar quem tem mais tempo de serviço.

Em respostas o SPRA disse que propuseram o reposicionamento na carreira nos respetivos escalões sendo que nunca ultrapassassem os trinta e sete anos de serviço. Relativamente às ultrapassagens esclareceu que a norma diz que não pode haver ultrapassagens e é por esta norma que há pessoas que só vão para o segundo escalão com sete anos descongelados e há professores que já podiam ter ido porque tiveram de esperar por estes que não tinham os sete anos. Por isso, as ultrapassagens estão salvaguardadas pela norma, mas vai obrigar a que professores que não estão abrangidos pelas normas terão de esperar por aqueles que estão abrangidos pelas normas, terminando dizendo que, do ponto de vista jurídico, a norma não é aplicável.

A Deputada Maria João Carreiro começou por referir que a equidade seria garantida se o reposicionamento na carreira ao abrigo do novo Estatuto fosse feita em função do tempo de serviço prestado e não em função do índice remuneratório e que o que estava em causa não era saber ao fim de quantos anos se atingia o índice 340 ao abrigo do novo estatuto e ao abrigo dos anteriores, mas sim o facto de ninguém atingir o topo de carreira com mais de mais de 34 anos de serviço.

Neste sentido questionou se a criação de uma norma transitória para acautelar os anos de serviço perdidos no esquema de transição para as novas carreiras poderia ser uma possível solução, ao que o SPRA respondeu positivamente.

Em resposta o SPRA disse que é possível chegar em tempo diferente e que os três anos são contabilizados para efeitos de carreira, mas são acrescentados aos trinta e quatro anos. Só em casos de mestrados é que se atingia o topo de carreira, por altura do estatuto de 2007.

A Deputada Sónia Nicolau questionou, relativamente ao reposicionamento, como equacionariam as questões relativas à formação, um dos elementos fundamentais para o processo de progressão na carreira, ao que o SPRA relembrou a chamada de atenção feita aquando da criação da tabela única já que por isso, a questão do tempo para fazer o índice 340 ou 370, é porque o índice de topo decorre da lei geral. Relativamente a itens necessários para a progressão referiram a formação acreditada, o tempo e a avaliação.

4) Audição do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC):

A audição do SREC debruçou-se sobre esta e sobre a petição n.º 21/XI, pelo facto de ambas terem a mesma pretensão.

O SREC começou por dizer que o primeiro estatuto da região de 2007 previa uma carreira de 8 escalões ao longo de 35 anos. Para evitar ultrapassagens determinou-se que o ingresso na nova carreira de 2007 fazia-se cumpridos três anos de serviço no terceiro escalão da carreira de 1999 antes da transição para o 1.º escalão da carreira de 2007. Estes três anos eram posteriormente recuperados na nova carreira com o decréscimo de permanência de 1 ano nos 2.º, 3.º e 4.º escalões e que nem sempre foi concretizado dado o congelamento verificado a partir de 1 janeiro de 2011. Durante o congelamento, em 2015, ocorreu uma aprovação de uma nova carreira, com mais escalões, mas com redução da permanência em cada um deles, designadamente o 1.º, 2.º e 3.º escalões passaram de cinco para quatro anos. Nos três primeiros escalões os professores procedem à recuperação dos três anos previstos pelo estatuto de 2007. Assim, a atual reivindicação não faz muito sentido porque em caso de

aceitação iria originar ultrapassagens, uns ficariam com uma carreira de trinta e quatro anos e outros com trinta e sete anos.

Acrescentou ainda que o estatuto de 2007 trouxe expectativas de os professores virem a atingir o topo da carreira em trinta e cinco anos de serviço, o estatuto de 2015 faz com que o alcance deste mesmo índice aconteça em apenas trinta e três anos de serviço. Além disso, há uma nova expectativa que se alcance do topo da carreira com trinta e quatro anos de serviço e no máximo com trinta e sete anos de serviço. Inclusivamente quem inicialmente tinha a expectativa de ter uma carreira de vinte e seis ou vinte e nove anos atingem o topo da carreira entre os vinte e nove e os trinta e três anos de serviço. Em suma, a transição da carreira de 2007 para 2015 trouxe benefícios para o todo da classe docente.

Disse, também, que na transição da carreira de 2007 para 2015 não houve penalização da carreira, mas sim valorização. A estrutura da carreira não aumentou, pelo contrário diminuiu. Isto é, no estatuto de 2007 os professores atingiriam o topo da carreira com trinta e cinco anos de serviço e pelo novo estatuto os professores atingem o mesmo topo da carreira em trinta e três anos de serviço. Ainda, pelo novo estatuto os professores atingem o topo da carreira beneficiando de uma valorização já que passou a ser equiparada à carreira de técnico superior. Tratando-se de um novo topo da carreira, não se encontrando previsto anteriormente, não constitui, por isso, um direito adquirido com efeitos retroativos até 2007. Pelo novo estatuto de 2015, os professores ficam com a carreira mais valorizada do país e isso acontece porque nos Açores a carreira não tem cotas para efeitos de progressão na carreira ao contrário do que acontece em outras zonas do país e demais carreiras da função pública.

Acrescentou ainda que em 2015 a proposta do Governo Regional foi uma proposta justa, porque os professores mantiveram o mesmo índice remuneratório, porque não houve ultrapassagens e porque os professores

transportaram para os novos escalões o tempo de serviço da antiga carreira sem perda de tempo.

Na altura os sindicatos propuseram um reposicionamento simples na nova carreira, o que no seu entender, não duvidando da legalidade e da justiça da pretensão, era uma pretensão irrealista por ter um impacto financeiro de oito milhões de euros no primeiro ano, de doze milhões de euros ao nono ano. Acrescentou também que esta pretensão iria fazer com que os professores atingissem a carreira entre os vinte e nove e os trinta e nove anos de serviço consoante os escalões onde se encontrassem e consoante o respetivo quadro jurídico que regesse as suas relações laborais. O Governo propôs então um encontro de posições entre os trinta e quatro pretendidos pelos sindicatos e os trinta e nove anos resultantes da aplicação simples do reposicionamento, garantido que todos atingiriam o topo até aos trinta e sete anos.

Por fim disse que o Governo Regional garantiu a contagem integral de todo o tempo de serviço nos escalões da antiga carreira para a transição da nova carreira, e que se os sindicatos ou qualquer professor entender ter sido vítima de uma ilegalidade o Governo Regional, no imediato, reporá a legalidade, caso contrário, se o objetivo consistir na reparação de pretensão de justiça o Governo será cauteloso na verificação dos factos.

O Deputado Jorge Jorge, afirmou que à medida que foram chegando às escolas as listas de transição da carreira, os professores verificaram concretamente a perda de três anos de serviço para a grande maioria dos docentes que estão nos respetivos quadros das escolas, o que faz com que a carreira que no estatuto tem como referência 34 anos de serviço se converta numa carreira de 37. Portanto, o PSD quer colocar as seguintes questões: segundo os dados da tutela quantos docentes estão nesta situação, são estes os docentes que se encontram reposicionados até ao sexto escalão, destes quantos chegarão ao topo da carreira

aos 34 anos de serviço e os que são reposicionados no 7.º e 8.º escalão, com quantos anos de serviço atingirão topo de carreira.

Em respostas o SREC disse que à medida que vão chegando novas listagens às escolas, em virtude do descongelamento, tem se estabelecido mais alguma calma nas escolas e os professores tem percebido que o tempo tem sido restabelecido. Disse ainda que em 2015 o estatuto prevê uma carreira que se desenrola em 34 anos a quem entra agora e realçou os escalões mais curtos, entre os 34 e os 37 para quem já estava na carreira.

Em réplica o Deputado Jorge Jorge falou das expectativas que os professores tinham no início da carreira sobre o seu percurso e do contrato que assinaram com a tutela em que lhes foram criadas determinadas expectativas agora não cumpridas. Questionou ainda se no estatuto de 2015 não se deveria ter acautelado a norma transitória do ECD DLR n.º 21/2007/A, de 30 de agosto que por força do congelamento do tempo de serviço para efeitos de progressão não haviam recuperado todo o tempo de serviço prestado para efeitos de progressão na carreira, e que fora uma das cedências dos professores em comum acordo entre tutela e professores, à época, de que aceitaram a transição para a nova estrutura da carreira pelo índice e não pela contagem integral do tempo de serviço à data da transição.

O SREC disse que os mais antigos estão ao abrigo do atual estatuto e que foram criadas normas transitórias. Referiu ainda que atingem o topo da carreira aos 34 anos de serviço os professores que entram agora na carreira e que não é verdade que os que ingressam agora tem uma carreira mais curta e outros mais longa. Em relação aos restantes uns cumpram mais ou menos anos de serviço. Referiu que o que se passa na carreira dos professores é o mesmo que se passa noutras carreiras.

Relativamente à Petição 20/XI, a Deputada Sónia Nicolau interveio para solicitar que o SREC desenvolvesse a ideia de que a aplicação da petição 20/XI

traria um prejuízo imediato para alguns professores e que o SREC esclarecesse se as normas transitórias foram, ou não, aplicadas em 2007. Questionou também se os professores que ingressaram no estatuto de 2015 poderão atingir o topo com 34 anos de serviço.

Relativamente à Petição 21/XI a Deputada questionou sobre quais as consequências de um reposicionamento simples e pediu que o SREC se pronunciasse sobre a afirmação de que teremos professores a chegar a um topo da carreira em diferentes tempos.

Em respostas o SREC disse que haverá professores a chegar ao topo em tempos diferentes e isso acontece devido ao escalão em que eles estariam posicionados anteriormente e dos enquadramentos jurídicos que regulavam a sua situação, dizendo que o Governo Regional tentou atenuar este espectro temporal que ia desde os 29 até aos 39 anos de serviço, diminuindo em dois anos na extremidade máxima. Relativamente ao reposicionamento simples na carreira disse que esta proposta tinha dois inconvenientes, os recursos financeiros avultados necessários e esta medida poderia traduzir-se em alguma injustiça porque iria considerar somente os anos de serviço prestados pelos docentes sem atender ao facto destes anos de serviço estarem ou não devidamente avaliados.

Relativamente à questão sobre à Petição 20/XI, o SREC disse achar que a pretensão da petição pode levar a ultrapassagens entre professores e disse que o Governo teve a preocupação de que aqueles que ingressarem agora usufruam dos preceitos da nova carreira e agiram no sentido de não haver ultrapassagens.

O Deputado Jorge Jorge confrontou o SREC sobre se tinha percebido corretamente, que o SREC tinha invocado razões financeiras para justificar o facto de não poder atender às pretensões das petições. Pediu também esclarecimento sobre alguns anos de serviço não estarem devidamente avaliados e referindo-se aos professores que tiveram a expectativa de alcançar o topo da carreira com 26 anos de serviço, há três anos que não foram contabilizados ao

longo da sua carreira questionando de se o SREC não achava que era um caso de justiça repor-se a estes professores estes três anos que foram realizados antes de 2011, e numa grande maioria antes de 2017 e que não se encontram contabilizados para efeitos de progressão na carreira, apesar de estarem contabilizados nas listagens de tempo de serviço.

A Deputada Sónia Nicolau perguntou se o Governo Regional está disponível para esclarecer, caso haja algum professor que sinta e que prove que é prejudicado com a aplicação de transposição dos estatutos desde 1999.

Em respostas ao Deputado Jorge Jorge o SREC disse que o reposicionamento simples podia conter algumas injustiças já que os professores ao poderem eximir-se à realização de avaliação, uma vez que não é obrigatória, tendo naturalmente penalizações na progressão, poderia acontecer colocarem-se estes em pé de igualdade com professores que quiseram ser avaliados. Relativamente aos três anos disse considerar que os professores na transição do estatuto de 2007 para 2015, tendo em consideração que os escalões foram reduzidos, estes anos são recuperados.

Em resposta à Deputada Sónia Nicolau o SREC disse que o Governo está disponível para acudir a qualquer ilegalidade que se comprove.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, com votos favoráveis do PS e CDS-PP, voto contra do PPM e abstenção do PSD, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 4204 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. A presente petição tem como principal objetivo que a tutela reconheça, para efeitos de progressão na carreira os três anos de trabalho que realizados/prestados antes de 31/10/2010 e que crie mecanismos para que permita a sua recuperação.
3. Os peticionários alegam que quem se encontrava na carreira ao abrigo do DLR n.º 21/2007/A, de 30 de agosto, alterado e republicado pelos DLR n.º 4/2009/A e 11/2009/A, respetivamente de 20 de abril e de 21 de julho, até ao 6.º escalão, inclusive, vê a duração da sua carreira acrescida em 3 anos, ou seja, terão uma carreira de 37 anos de serviço.
4. Foi referenciado, pelo Secretário da tutela, que o Governo Regional está disponível para ver casos específicos em que se possam verificar supostas situações lesivas.
5. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

O Relator, *João Paulo Ávila*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Renata Correia Botelho*

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 21/XI

“CONTRA A DISCRIMINAÇÃO E O PREJUÍZO RESULTANTES DA CONCRETIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A NOVA ESTRUTURA DA CARREIRA DOCENTE NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES”

CAPÍTULO I

Introdução

A 27 de novembro de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 21/XI, intitulada “Contra a discriminação e o prejuízo resultantes da concretização do processo de transição para a nova estrutura da carreira docente na Região Autónoma dos Açores”, que reúne um total de 736 (setecentas e trinta e seis) assinaturas, tendo como primeiro signatário José Eduardo Pedro Gaspar.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do

disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores. Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias relativas a “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

d) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

e) OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários pretendem:

- A produção de legislação que assegure que o processo de transição dos professores e educadores de infância da anterior estrutura da carreira e de integração na nova estrutura da carreira docente se faça no respeito pelo primado dos princípios da justiça e da igualdade de tratamento, na garantia de uma progressão em carreira em equidade para todos os docentes, não superior a 34 anos, em concordância com o estabelecido no Estatuto do Pessoal Docente na Região Autónoma dos Açores, aprovado em 2015, e tal como já foi feito no passado, na definição das disposições constantes nos artigos 6.º e 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de agosto.

E para isso apresentam os seguintes argumentos:

- Que os docentes de carreira vinculados aos quadros das escolas sob a tutela do Governo Regional dos Açores estão a ser alvo de um tratamento diferenciado e discriminatório, em resultado da concretização do processo de transição para a nova estrutura da carreira docente.
- Em 2015, foi aprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a alteração ao Estatuto do Pessoal Docente, tendo concomitantemente sido criada uma nova estrutura da carreira que, a partir daí, se aplicaria aos professores e educadores de infância integrados nos quadros das escolas da Região.
- Da aplicação das regras aí definidas, resultou:
 - A imposição de percursos de progressão em carreira muito distintos, num intervalo que se distancia dos 37 aos 29 anos de tempo de serviço a cumprir, diferenciando-se ainda dentro destes limites numa carreira que para uns docentes é de 34 anos, para outros de 32 anos, enquanto que para alguns outros é de 31 anos;
 - A supressão, para uma enorme maioria de professores e educadores de infância, do cômputo de três anos de tempo de serviço prestado e reconhecido pela Administração Escolar, legalmente validado no registo biográfico de cada docente, daí resultando, para este imenso universo de professores e educadores de infância, um claro prejuízo, traduzido no facto de o seu percurso em carreira se prolongar por 37 extensos anos, ficando desvirtuado o percurso progressivo em carreira, que, tal como aprovado no Estatuto do Pessoal Docente na Região Autónoma dos Açores, não deveria exceder 34 anos;
 - Que docentes com mais tempo de serviço já prestado e considerado pela Administração Escolar, para efeitos de progressão em carreira, tenham que permanecer no 9.º escalão um período temporal maior que outros docentes que, comparativamente, têm menos tempo de serviço perfeito, tanto no que ao

cômputo global concerne, como no que ao tempo de serviço considerado naquele escalão de progressão respeita.

f) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Foi deliberado proceder à audição do primeiro peticionário e do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC) e solicitar parecer escrito ao Sindicato dos Professores da Região dos Açores (SPRA).

A audição do peticionário ocorreu no dia 13 de março de 2018 e a do SREC ocorreu no dia 23 de maio do mesmo ano.

5) Audição do peticionário, a cidadão José Eduardo Pedro Gaspar:

O Peticionário leu um documento que se transcreve na íntegra:

“Entendendo o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores não ser necessário expor os argumentos constantes na Petição Pública aqui em análise, patrocinada por este Sindicato, que julgamos ser do conhecimento dos presentes, permitimo-nos adicionar ideias complementares que, no presente momento, nos parecem adquirir maior pertinência.

1. Na sequência da elaboração das listas nominativas de transição, pela Direção Regional da Educação, endereçadas às escolas do sistema educativo público da Região, em maio de 2016 – embora cumprindo somente o determinado nos n.º 1 e 6 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro –, e, melhor ainda, das listas do pessoal docente com o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira, remetidas às escolas dos Açores, em maio de 2017 – no cumprimento integral do determinado no artigo 4.º daquele diploma legal, apesar de consideradas pela Direção Regional da Educação como meros documentos de trabalho (ofícios de maio de 2017) – foram evidenciadas as consequências decorrentes da aplicação das normas de transição aí definidas, quanto ao posicionamento dos professores e educadores de infância da Região Autónoma dos Açores na nova estrutura da carreira docente, as quais foram explicitadas no corpo da Petição Pública patrocinada

pelo Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, razão de ser desta audição.

De resto, percecionando tais consequências, contestou o SDPA aquelas normas de transição entre carreiras, ainda durante o processo negocial – ocorrido entre dezembro de 2014 e março de 2015 –, mas também aquando da emissão de parecer, por ocasião da audição deste Sindicato na CPAS da ALRAA, em setembro de 2015, na apreciação à Proposta de Decreto Legislativo Regional que visou alterar o Estatuto do Pessoal Docente na Região Autónoma dos Açores, ao expressar que “rejeitava a proposta de transição entre carreiras, por corresponder a uma perda significativa na contagem de tempo de serviço prestado e já contabilizado para efeitos de progressão em carreira, redundando no retrocesso dos docentes na sua progressão em carreira” (p.17).

Ainda no respeitante à elaboração das listas nominativas de transição, no cumprimento do determinado no artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro, não deixa de ser inusitado que decorridos quase 2 anos e 3 meses sobre a data de entrada em vigor daquele diploma, continuem os educadores de infância e professores desta Região Autónoma a aguardar pela elaboração e publicação daquelas listas e pelo posicionamento na nova estrutura da carreira docente – o que se traduz num incumprimento de que decorrem prejuízos vários para os docentes.

2. Da aplicação das normas de transição definidas resultam prejuízos que afetam todos aqueles professores e educadores de infância – que constituem a grande maioria do corpo docente dos quadros de escola do sistema educativo público regional dos Açores – que foram integrados na anterior estrutura da carreira docente – ou seja, que obtiveram vínculo de emprego público por tempo indeterminado até ao ano 2015 –, e que aí se encontravam posicionados entre o 1.º e o 5.º escalões, a quem são suprimidos três anos de tempo de serviço prestado e validado pela Administração Escolar da Região Autónoma dos

Açores, nomeadamente no registo biográfico individual, e para quem, conseqüentemente, a carreira docente se configura com a duração de 37 anos.

3. Da elaboração de listas atualizadas do pessoal docente, com a menção do tempo de serviço para efeitos de progressão, resultará o conhecimento da situação em carreira dos professores e educadores de infância pertencentes aos quadros do sistema educativo público regional dos Açores, entre os quais estão aqueles que em 2016 e 2017, na sequência dos procedimentos concursais externos então realizados, obtiveram colocação em lugar do quadro de escola, pelo que, conseqüentemente, serão já integrados na nova estrutura da carreira docente – decorrente da sua aprovação, em 2015. Para estes docentes, como para todos aqueles que venham a ser integrados nos quadros das escolas da Região, neste e nos próximos anos, a carreira configura-se num percurso de 10 escalões, com a duração de 34 anos de tempo de serviço no acesso ao último escalão – tal como estabelecido no n.º 4 do artigo 62.º do Estatuto do Pessoal Docente na Região Autónoma dos Açores.

Situação que, de resto, foi também denunciada por este Sindicato, e que consta do parecer emitido aquando da audição do SDPA na CPAS da ALRAA, datado de 02 de setembro de 2015, respeitante à Proposta de Decreto Legislativo Regional que visou alterar o Estatuto do Pessoal Docente na Região Autónoma dos Açores, no qual é referido que “seria injusto e iníquo impor-se aos docentes em exercício de funções uma carreira de duração superior à que perfariam os docentes que viessem a ingressar na carreira”, acrescentando-se que “a proposta de transição em carreira apresentada se pautava pela discriminação (com base em fatores extrínsecos à ação de cada docente), não apenas dos docentes que ora se encontram em exercício por comparação com os que hão de iniciar funções, como dos docentes que, pertencendo ao mesmo escalão, se encontram igualmente perante uma carreira de duração diferenciada” (pp.16 e 17).

A perceção efetiva de tal situação – que reveste um manifesto tratamento desigual entre os professores e educadores de infância com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, que servem o sistema educativo público regional dos Açores –, irá, provavelmente, originar, entre a grande maioria destes docentes, um forte sentimento de injustiça e de discriminação, propício à emergência de um clima de conflitualidade entre docentes, absolutamente desnecessário e perfeitamente evitável.

4. Aceitando-se o entendimento de que, pela análise do articulado que esteve em apreciação e acabou por ser aprovado na Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, em outubro de 2015, não eram inteiramente perceptíveis as consequências que iriam resultar da concretização das normas de transição entre carreiras, que constam do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro, considera o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, serem agora evidentes – em resultado da elaboração de listas de transição e progressão na carreira do pessoal docente da Região Autónoma dos Açores – as inúmeras situações de iniquidade e de injustiça que decorrem da aplicação da legislação que foi aprovada em 2015, e que é imperioso alterar.

5. A não correção das recorrentes situações discriminatórias entre docentes, no respeitante à progressão em carreira – materializadas na imposição de percursos muito desiguais, que vão desde os 29, aos 31, 32, 34 ou 37 anos de duração –, contribuirá indelevelmente para a consolidação de uma categorização depreciativa relativamente à carreira dos profissionais docentes, tal como para a desvalorização da sua condição social e profissional, com consequências graves num futuro que poderá revelar-se complexo, porque difícil, e que é possível que se aproxime demasiadamente rápido de nós.

De resto, começam as escolas da Região a experimentar – de novo e num aparente regresso a um passado não muito longínquo e de que não se guarda

boa memória – dificuldades a nível do recrutamento de professores e educadores de infância portadores de habilitação profissional para a docência, tendo em vista o preenchimento de vagas postas a concurso, que sucessivamente ficam por ocupar, com manifesto prejuízo para os alunos a quem não são lecionadas as aulas a que legitimamente têm direito.

Aliás, não só deixou, o sistema educativo público regional dos Açores, de ser atrativo para a generalidade dos professores e educadores de infância do país, como se tem caracterizado, sucessivamente, nos últimos anos, pela saída de centenas de docentes, que preferem colocar-se ao serviço do sistema educativo público tutelado pelo Ministério da Educação.

Do mesmo modo que, e em paralelo, ocorre o recrudescimento do número de docentes sem habilitação profissional para a docência – pois que, se no ano escolar 2015/2016 estiveram em exercício de funções, no sistema educativo público dos Açores, 26 docentes com habilitação própria para o grupo em que lecionaram, no ano escolar seguinte eram já 44, restando-nos saber quantos são no presente ano.

Já para não falar nos efeitos que tais consequências poderão vir a ter em relação a uma vasta geração de estudantes do ensino secundário – tanto dos que o estão a frequentar como daqueles que o irão fazer nos próximos anos –, que se afasta da perspetiva de poderem ingressar numa via profissional relacionada com a docência.

6. Não sendo, como não poderia ser, a questão primordial que suscitou a promoção da Petição Pública em análise, de dimensão jurídica, mas antes eminentemente de cariz político – porque passível de ser corrigida pela via da alteração legislativa que o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores reclama –, e que se relaciona com a conceção das normas de transição entre carreiras, e principalmente com a vontade de eleger critérios de equidade de tratamento entre os docentes que servem o sistema educativo público desta

Região Autónoma, entendeu o SDPA suscitar – por via da iniciativa que encetou, como do apelo que nesta audição reitera –, aos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a alteração da legislação em vigor, que orienta o reposicionamento dos docentes que, tendo obtido vínculo de emprego público por tempo indeterminado até 2015, vão ser integrados na nova estrutura da carreira”.

A Deputada Sónia Nicolau, referindo-se à alegada, perda de tempo de serviço mencionada pelo peticionário, perguntou com quantos anos acederiam os docentes ao último escalão em ambos os regimes de carreira e se a duração da carreira, dependendo do momento de integração na carreira seria entre 29 e 37 anos, não resultou de um processo negociado entre o Governo Regional e Sindicatos.

Em resposta o peticionário disse que ao pegar no artigo 4.º do Estatuto, do ponto três ao ponto cinco, é de admitir que não é de todo perceptível a aplicação destes pontos e as consequências que isto iria ter. Disse achar inegável a perda de tempo de serviço porque não se percebe que um professor com dezassete anos de serviço não consiga passar do 1º ou 2º escalão numa carreira com dez escalões e lembrou que a diferença dos estatutos está no fim do texto da petição. Disse reconhecer a valorização que sofreu a carreira docente na legislação achando que na prática ela não acontece. Relativamente às ultrapassagens na carreira, deu alguns exemplos.

A Deputada Sónia Nicolau replicou as perguntas anteriormente feitas, ao que o peticionário disse que relativamente a professores com dezassete anos no 1º escalão, eles existem devido ao congelamento das carreiras e devido à divergência dos três anos e que no Estatuto de 2007 foi garantido que ninguém teria uma carreira superior ao que estava no texto dizendo que neste momento a situação não foi acautelada.

A Deputada Maria João Carreiro reconheceu que existe discriminação e que não se pode comparar só 2007 e 2015, dando o seu próprio exemplo reforçando que o compromisso de 1999 foi quebrado em 2007 e 2015.

Em reação o peticionário disse que efetivamente o tempo prestado deve ser tempo validado e que esta questão não é uma questão de ilegalidade ou de má formulação da legislação, mas sim uma questão política.

A Deputada Sónia Nicolau interveio dizendo que na opinião do GPPS a carreira docente não é uma miragem, mas sim o resultado de uma negociação e de uma votação parlamentar. Relativamente à comparação de 2007 e 2015 disse que um professor chegava ao topo com trinta e cinco anos e que no atual estatuto o docente para chegar ao topo de carreira atingiria o mesmo valor salarial no 9º escalão com trinta anos de serviço.

A Deputada Maria João Carreiro disse que antes de 2007 já tinham entrado na carreira outros docentes e que o compromisso anteriormente celebrado não está a ser cumprido.

Em reação o peticionário disse que relativamente ao processo negocial esclarece que este processo não implica concordância e informa que neste ponto o SDPA não concordou e reforçou com exemplos anteriores em 2007.

6) Audição do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC):

A audição do SREC debruçou-se sobre esta e sobre a petição n.º 21/XI, pelo facto de ambas terem a mesma pretensão.

O SREC começou por dizer que o primeiro estatuto da região de 2007 previa uma carreira de 8 escalões ao longo de 35 anos. Para evitar ultrapassagens determinou-se que o ingresso na nova carreira de 2007 fazia-se cumpridos três anos de serviço no terceiro escalão da carreira de 1999 antes da transição para o 1.º escalão da carreira de 2007. Estes três anos eram posteriormente recuperados na nova carreira com o decréscimo de permanência de 1 ano nos 2.º, 3.º e 4.º escalões e que nem sempre foi concretizado dado o congelamento

verificado a partir de 1 janeiro de 2011. Durante o congelamento, em 2015, ocorreu uma aprovação de uma nova carreira, com mais escalões, mas com redução da permanência em cada um deles, designadamente o 1.º, 2.º e 3.º escalões passaram de cinco para quatro anos. Nos três primeiros escalões os professores procedem à recuperação dos três anos previstos pelo estatuto de 2007. Assim, a atual reivindicação não faz muito sentido porque em caso de aceitação iria originar ultrapassagens, uns ficariam com uma carreira de trinta e quatro anos e outros com trinta e sete anos.

Acrescentou ainda que o estatuto de 2007 trouxe expectativas de os professores virem a atingir o topo da carreira em trinta e cinco anos de serviço, o estatuto de 2015 faz com que o alcance deste mesmo índice aconteça em apenas trinta e três anos de serviço. Além disso, há uma nova expectativa que se alcance do topo da carreira com trinta e quatro anos de serviço e no máximo com trinta e sete anos de serviço. Inclusivamente quem inicialmente tinha a expectativa de ter uma carreira de vinte e seis ou vinte e nove anos atingem o topo da carreira entre os vinte e nove e os trinta e três anos de serviço. Em suma, a transição da carreira de 2007 para 2015 trouxe benefícios para o todo da classe docente.

Disse, também, que na transição da carreira de 2007 para 2015 não houve penalização da carreira, mas sim valorização. A estrutura da carreira não aumentou, pelo contrário diminuiu. Isto é, no estatuto de 2007 os professores atingiriam o topo da carreira com trinta e cinco anos de serviço e pelo novo estatuto os professores atingem o mesmo topo da carreira em trinta e três anos de serviço. Ainda, pelo novo estatuto os professores atingem o topo da carreira beneficiando de uma valorização já que passou a ser equiparada à carreira de técnico superior. Tratando-se de um novo topo da carreira, não se encontrando previsto anteriormente, não constitui, por isso, um direito adquirido com efeitos retroativos até 2007. Pelo novo estatuto de 2015, os professores ficam com a carreira mais valorizada do país e isso acontece porque nos Açores a carreira

não tem cotas para efeitos de progressão na carreira ao contrário do que acontece em outras zonas do país e demais carreiras da função pública.

Acrescentou ainda que em 2015 a proposta do Governo Regional foi uma proposta justa, porque os professores mantiveram o mesmo índice remuneratório, porque não houve ultrapassagens e porque os professores transportaram para os novos escalões o tempo de serviço da antiga carreira sem perda de tempo.

Na altura os sindicatos propuseram um reposicionamento simples na nova carreira, o que no seu entender, não duvidando da legalidade e da justiça da pretensão, era uma pretensão irrealista por ter um impacto financeiro de oito milhões de euros no primeiro ano, de doze milhões de euros ao nono ano. Acrescentou também que esta pretensão iria fazer com que os professores atingissem a carreira entre os vinte e nove e os trinta e nove anos de serviço consoante os escalões onde se encontrassem e consoante o respetivo quadro jurídico que regesse as suas relações laborais. O Governo propôs então um encontro de posições entre os trinta e quatro pretendidos pelos sindicatos e os trinta e nove anos resultantes da aplicação simples do reposicionamento, garantido que todos atingiriam o topo até aos trinta e sete anos.

Por fim disse que o Governo Regional garantiu a contagem integral de todo o tempo de serviço nos escalões da antiga carreira para a transição da nova carreira, e que se os sindicatos ou qualquer professor entender ter sido vítima de uma ilegalidade o Governo Regional, no imediato, reporá a legalidade, caso contrário, se o objetivo consistir na reparação de pretensão de justiça o Governo será cauteloso na verificação dos factos.

O Deputado Jorge Jorge, afirmou que à medida que foram chegando às escolas as listas de transição da carreira, os professores verificaram concretamente a perda de três anos de serviço para a grande maioria dos docentes que estão nos respetivos quadros das escolas, o que faz com que a carreira que no estatuto tem

como referência 34 anos de serviço se converta numa carreira de 37. Portanto o PSD quer colocar as seguintes questões: segundo os dados da tutela quantos docentes estão nesta situação, são estes os docentes que se encontram reposicionados até ao sexto escalão, destes quantos chegarão ao topo da carreira aos 34 anos de serviço e os que são reposicionados no 7.º e 8.º escalão, com quantos anos de serviço atingirão topo de carreira.

Em respostas o SREC disse que à medida que vão chegando novas listagens às escolas, em virtude do descongelamento, tem se estabelecido mais alguma calma nas escolas e os professores tem percebido que o tempo tem sido restabelecido. Disse ainda que em 2015 o estatuto prevê uma carreira que se desenrola em 34 anos a quem entra agora e realçou os escalões mais curtos, entre os 34 e os 37 para quem já estava na carreira.

Em réplica o Deputado Jorge Jorge falou das expectativas que os professores tinham no início da carreira sobre o seu percurso e do contrato que assinaram com a tutela em que lhes foram criadas determinadas expectativas agora não cumpridas. Questionou ainda se no estatuto de 2015 não se deveria ter acautelado a norma transitória do ECD DLR n.º 21/2007/A, de 30 de agosto que por força do congelamento do tempo de serviço para efeitos de progressão não haviam recuperado todo o tempo de serviço prestado para efeitos de progressão na carreira, e que fora uma das cedências dos professores em comum acordo entre tutela e professores, à época, de que aceitaram a transição para a nova estrutura da carreira pelo índice e não pela contagem integral do tempo de serviço à data da transição.

O SREC disse que os mais antigos estão ao abrigo do atual estatuto e que foram criadas normas transitórias. Referiu ainda que atingem o topo da carreira aos 34 anos de serviço os professores que entram agora na carreira e que não é verdade que os que ingressam agora tem uma carreira mais curta e outros mais longa. Em relação aos restantes uns cumpram mais ou menos anos de serviço. Referiu

que o que se passa na carreira dos professores é o mesmo que se passa noutras carreiras.

Relativamente à Petição 20/XI a Deputada Sónia Nicolau interveio para solicitar que o SREC desenvolvesse a ideia de que a aplicação da petição 20/XI traria um prejuízo imediato para alguns professores e que o SREC esclarecesse se as normas transitórias foram, ou não, aplicadas em 2007. Questionou também se os professores que ingressaram no estatuto de 2015 poderão atingir o topo com 34 anos de serviço.

Relativamente à Petição 21/XI a Deputada questionou sobre quais as consequências de um reposicionamento simples e pediu que o SREC se pronunciasse sobre a afirmação de que teremos professores a chegar a um topo da carreira em diferentes tempos.

Em respostas o SREC disse que haverá professores a chegar ao topo em tempos diferentes e isso acontece devido ao escalão em que eles estariam posicionados anteriormente e dos enquadramentos jurídicos que regulavam a sua situação, dizendo que o Governo Regional tentou atenuar este espectro temporal que ia desde os 29 até aos 39 anos de serviço, diminuindo em dois anos na extremidade máxima. Relativamente ao reposicionamento simples na carreira disse que esta proposta tinha dois inconvenientes, os recursos financeiros avultados necessários e esta medida poderia traduzir-se em alguma injustiça porque iria considerar somente os anos de serviço prestados pelos docentes sem atender ao facto destes anos de serviço estarem ou não devidamente avaliados.

Relativamente à questão sobre à Petição 20/XI, o SREC disse achar que a pretensão da petição pode levar a ultrapassagens entre professores e disse que o Governo teve a preocupação de que aqueles que ingressarem agora usufruam dos preceitos da nova carreira e agiram no sentido de não haver ultrapassagens.

O Deputado Jorge Jorge confrontou o SREC sobre se tinha percebido corretamente, que o SREC tinha invocado razões financeiras para justificar o

facto de não poder atender às pretensões das petições. Pediu também esclarecimento sobre alguns anos de serviço não estarem devidamente avaliados e referindo-se aos professores que tiveram a expectativa de alcançar o topo da carreira com 26 anos de serviço, há três anos que não foram contabilizados ao longo da sua carreira questionando de se o SREC não achava que era um caso de justiça repor-se a estes professores estes três anos que foram realizados antes de 2011, e numa grande maioria antes de 2017 e que não se encontram contabilizados para efeitos de progressão na carreira, apesar de estarem contabilizados nas listagens de tempo de serviço.

A Deputada Sónia Nicolau perguntou se o Governo Regional está disponível para esclarecer, caso haja algum professor que sinta e que prove que é prejudicado com a aplicação de transposição dos estatutos desde 1999.

Em respostas ao Deputado Jorge Jorge o SREC disse que o reposicionamento simples podia conter algumas injustiças já que os professores ao poderem eximir-se à realização de avaliação, uma vez que não é obrigatória, tendo naturalmente penalizações na progressão, poderia acontecer colocarem-se estes em pé de igualdade com professores que quiseram ser avaliados. Relativamente aos três anos disse considerar que os professores na transição do estatuto de 2007 para 2015, tendo em consideração que os escalões foram reduzidos, estes anos são recuperados.

Em resposta à Deputada Sónia Nicolau o SREC disse que o Governo está disponível para acudir a qualquer ilegalidade que se comprove.

Outros pareceres:

Os pareceres solicitados e recebidos à data de aprovação deste relatório são anexos do mesmo.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, com votos favoráveis do PS e CDS-PP, voto contra do PPM e abstenção do PSD, emitir o seguinte parecer:

6. Considerando que a presente petição foi subscrita por 736 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;

7. A presente petição tem como principal objetivo a produção de legislação que assegure que o processo de transição dos professores e educadores de infância da anterior estrutura da carreira e de integração na nova estrutura da carreira docente se faça no respeito pelo primado dos princípios da justiça e da igualdade de tratamento, na garantia de uma progressão em carreira em equidade para todos os docentes, não superior a 34 anos, em concordância com o estabelecido no Estatuto do Pessoal Docente na Região Autónoma dos Açores, aprovado em 2015.

8. Os peticionários alegam que efetivamente o tempo prestado deve ser tempo validado e que esta questão não é uma questão de ilegalidade ou de má formulação da legislação, mas sim uma questão política.

9. Foi referenciado, pelo Secretário da tutela, que o Governo Regional está disponível para ver casos específicos em que se possam verificar supostas situações lesivas.

10. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

O Relator, *João Paulo Ávila*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, Renata Correia Botelho

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão então agora abertas as inscrições.

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Analizamos, por decisão da conferência de líderes, em conjunto, as petições 20/XI e 21/XI.

Estas petições versam temática semelhante. A petição 20/XI, focaliza, unicamente, na recuperação de 3 anos de serviço e a petição 21/XI, nos seus considerandos versa sobre essa mesma recuperação aditando como ponto da iniciativa, e passo a citar, “a garantia de uma progressão de carreira que não deva ser superior a 34 anos”.

Aos peticionários de ambas as petições aqui prestamos o nosso reconhecimento pela atitude cívica de manifestação de posição, num exercício de liberdade que é prática na nossa Região.

Uma palavra pela entrega pessoal do Sr. Professor António Anacleto, quer por ter estado nas diferentes ilhas a potenciar a recolha de assinaturas presenciais por parte dos peticionários, assim como por diligenciar uma reunião com o grupo parlamentar do PS, para a explicação dos objetivos da petição, sendo este o seu 1º peticionário da petição 20/XI.

No que respeita à petição 20/XI, os peticionários vêm reivindicar que:

No Estatuto da Carreira Docente suportado pelo DLR 21/2007/A, alterado e republicado pelos DLR 4/2009/A e 11/2009A, a partir de agora, aludido como o ECD 2007, incluía no seu artigo 7º, com a epígrafe, “Duração da Carreira”, de

forma resumida: aos docentes, que à data de entrada em vigor do presente diploma, nos 4º, 5º e 6º escalões, é encurtado em um ano a permanência no escalão, de forma que para atingir o escalão mais alto não exceda os 35 anos de serviço classificado de Bom ou superior.

No momento de aplicação desse artigo e até 31.12.2017, por restrição nacional, as carreiras públicas estavam congeladas e para o particular que interessa referimo-nos à carreira docente.

Aquando do descongelamento das carreiras públicas, em 2018, o ECD 2007, já estava revogado e substituído pelo Estatuto da Carreira Docente de 2015, pelo que logicamente se conclui que já não estava em vigor, o artigo 7º, ou seja, dito de outra forma, o art.º 7.º uma vez que o Estatuto tinha sido revogado o mesmo estaria revogado, logo a redução de um ano nos 4º, 5º e 6º escalões nunca se concretizou. Isto foi um facto que foi analisado e dito em Comissão.

Facilmente se constata que não houve qualquer intenção do Governo dos Açores em não aplicar o legislado de 2007, num Estatuto que apresentou nesta assembleia e foi aprovado pelo PS, onde se incluía a recuperação dos 3 anos. É o PS que aprova em 2007 e aprova incluindo a recuperação dos três anos.

Curiosamente, ou não, ou até apenas e só indo a reboque dos acontecimentos dos dias, alguns partidos que hoje vêm reclamar essa recuperação são aqueles que na altura não se manifestaram a favor dessa mesma recuperação, como artigo do Estatuto aqui aprovado.

Por via de uma ocorrência de acontecimentos simultâneos: a crise de 2011 a 2015 e a substituição do ECD de 2007 pelo ECD de 2015, não permitiu a aplicação do artigo 7º do ECD 2007.

Deputada Zuraida Soares (BE): A memória é curta! Vamos recordar quando os senhores votaram sozinhos com o PCP!

A Oradora: Posto isto, e é legítima a pretensão dos peticionários, **se seria aceitável uma recuperação simples, por si própria, dos três anos relativos à**

não aplicação do artigo 7º do ECD de 2007, com um novo artigo no ECD de 2015?

Esse poderia ter sido um caminho, mas não foi opção nem do Governo, nem desta Assembleia, que, para a matéria em apreço, produziu uma harmonização da estrutura da tabela salarial com o nacional, e obteve os votos a favor do PS e abstenção do BE.

Houve um outro caminho no ECD de 2015 para a recuperação dos 3 anos:

Ora vejamos:

Primeira garantia da recuperação dos 3 anos:

No ECD de 2007 os docentes atingiriam o último escalão, índice 340, 3.091,82€, com 35 anos de serviço contabilizado, isto com a recuperação dos 3 anos.

No ECD de 2015 os docentes atingirão o mesmo índice, o respeitante ao último do ECD de 2007, 3.091,82€, com 33 anos de serviço contabilizado, isto com a recuperação dos 3 anos.

Assim, conclui-se que os docentes atingirão o mesmo índice do ECD 2007, **2 anos mais cedo**, isto já contemplando a recuperação dos 3 anos.

Segunda garantia da recuperação dos 3 anos:

Se tivesse ocorrido a recuperação dos 3 anos no ECD 2007, um ano no 4º escalão, o segundo ano no 5º escalão e o terceiro ano no 3º escalão, o somatório do tempo dos três escalões é de 14 anos até atingir o 7º escalão.

Para garantir a recuperação dos 3 anos no ECD 2015, o Governo Regional reestruturou a tabela e o somatório do tempo do 4º escalão, do 5º escalão, do 7º escalão, para atingir o 7º escalão é de 10 anos.

Ou seja, os docentes afetos por esta medida que não foi aplicada, estarão menos 4 anos nos respetivos escalões, **se não fosse já a questão do tempo, há a questão da valorização remuneratória.**

Terceira garantia da recuperação dos 3 anos:

No ECD de 2007 o topo da carreira era atingido com 35 anos e com valor remuneratório fixado de 3.091,82€, o docente normalmente e tendo em conta aquele que é o trabalho a desenvolver trabalharia ...

(Aparte inaudível)

A Oradora: não tenho problema nenhum, mas será interessante deixar-me continuar.

Presidente: Sras. Deputadas ...

A Oradora: Muito obrigada.

... até à aposentação com esse valor remuneratório, não obstante as atualizações.

No ECD de 2015 o topo da carreira é atingindo entre os 29 anos e os 37 anos e com valor remuneratório de 3.364,63€, o docente trabalhará até à aposentação com esse valor remuneratório, algo que não era expetável no ECD 2007, portanto há claramente aqui também **uma valorização remuneratória**.

Mas, Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados,

Estas razões fundamentadas, têm sempre como elemento perturbador o congelamento de carreiras de 2011 a 2015.

É legítima, e repetimos, é legítima a leitura de que no ECD 2007 os docentes no 4º escalão, 5º escalão ou 6º escalão, se vissem aplicados os 3 anos de redução no período da crise, teriam visto uma valorização salarial. É legítimo e é verdadeiro, mas tal não aconteceu. Não aconteceu, tal como a milhares de funcionários públicos e tantos outros funcionários públicos que viram congeladas as suas carreiras e muito em particular os funcionários privados pela perda de emprego.

Mas, não pode e, no nosso entender, sras. e srs. deputados, não deve ser esquecido, também nesta conta do deve e do haver, que o docente que ficou no

4º escalão, foi abrangido pela remuneração complementar, o que não teria acontecido se tivesse passado, por exemplo, para o 5º escalão.

Logicamente que nestas contas finas do deve e do haver, por via do congelamento e da não aplicação do artigo 7º do ECD de 2007, há uma certeza que houve tempo trabalhado, mas há também uma certeza por exemplo, que eu há pouco dizia do recebimento da remuneração complementar, porém não é líquido que todos os docentes nesta situação apenas perderam, mas logicamente também não é líquido que todos ganharam. Há uma única certeza neste processo todo, é que no tempo útil o Governo considerou no ECD a recuperação destes três anos e houve um conjunto de situações que são os ricochetes da crise que nos levam aos dias de hoje.

Em suma, na análise à petição 20 e como ponto comum com o da petição 21, regista-se:

Se por um lado, os três anos a recuperar eram legítimos e foram contemplados de forma expressa e pelo normativo 7º do ECD de 2007, aprovado pelo PS, estes não foram aplicados pelas razões acima referidas.

Por outro lado, mesmo com a revogação do ECD de 2007, o Governo Regional e esta Assembleia entenderam que os três anos a recuperar continuariam a ser legítimos, por terem sido trabalhados pelos docentes, e por essa razão foram contemplados no ECD de 2015, com três garantias e uma ressalva e volto a repetir:

Primeira garantia: os docentes **atingem 2 anos mais cedo** o índice 340 (antigo topo da carreira do ECD 2007), 33 anos em vez dos 35 anos;

Segunda garantia: **o somatório do tempo nos 3 escalões em foco, 4º, 5º e 6º escalões, no ECD de 2007 era de 14 anos e no ECD 2015 passa para 10 anos**, o que representa não só a redução de tempo, mas também uma valorização salarial;

Garantia três: atingido que estará o novo topo da carreira trabalharão **até à aposentação com valorização salarial**, algo que não era expectável no ECD 2007;

Ressalva um: a garantia de **não ultrapassagem dos docentes vinculados no ECD 2007 pelos docentes do ECD 2015, tal como está plasmado no ponto 8 do artigo 4;**

São três garantias e uma ressalva para uma situação que o Governo dos Açores foi imune, que foi a questão da crise e do congelamento das carreiras.

Assim, o GPPS, reconhecendo pelas razões atrás referidas, não entende como válida esta pretensão dos peticionários, pela simples razão, que os três anos a que alude o artigo 7º do ECD 2007 já revogado, mas mesmo assim no ECD 2015, é garantida, de diferentes formas, a recuperação dos três anos. As três garantias e uma ressalva.

Repito nesta conta do deve e do haver ninguém ganha, nem ninguém perde.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na análise à petição 21 no respeitante e no que a mesma efetivamente vincula, ou seja, a garantia de uma progressão de carreira não deva ser superior a 34 anos.

Recordamos aqui que a carreira aprovada pelo ECD 2007 possui 35 anos. A carreira aprovada pelo ECD 2015 é de 34 anos.

A carreira docente tem sido alvo de diferentes alterações ao longo dos anos. Para garantir a harmonização entre os diferentes estatutos da carreira docente houve o cuidado de salvaguardar as diferentes situações.

Assim, no ECD teremos docentes a atingir o topo da carreira entre os 29 e os 37 anos, consoante o ano de integração em carreira, aliás em nada novo, tal como aqui importa lembrar, na discussão do ECD 2015, aprovado pelo PS, foi dito na altura pelo Governo esta mesma situação e isso tinha a ver com a harmonização de carreiras dos docentes ao longo do tempo. Foi claro e

inequívoco, mas salvaguardando que o docente integrado em 2015, se não existir na carreira docentes ao abrigo do ECD 2007 com igual tempo de serviço, fará 34 anos de carreira. Foi esta a ressalva que o Governo Regional colocou.

Relembrando ainda que os docentes que atinjam o topo da carreira com mais de 34 anos, verão uma valorização remuneratória até à aposentação, algo não expectável no ECD 2007.

Relembre-se ainda que o reposicionamento simples não é possível: os professores não progridem na carreira apenas e só pelo seu tempo de serviço.

Os professores progridem na carreira porque são avaliados e também têm questões acesas da formação.

Assim, é nosso entendimento que o peticionário que é simultaneamente presidente do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, parece querer pretender com esta iniciativa dos cidadãos, por parte do Sindicato, reabrir um processo negocial do Estatuto da Carreira Docente.

Entendemos não ser este o momento para tal e por não se considerar legítima esta reivindicação uma vez que a solução de compromisso atingida no ECD em vigor é aquela que melhor garante os interesses dos Açorianos e a sustentabilidade das finanças públicas no respeitante aos custos financeiros com a classe docente, tendo como é sabido e reconhecido, para além destes peticionários, que nos Açores temos o melhor Estatuto da Carreira Docente. Algo que é um compromisso do PS e queremos manter, o Estatuto da Carreira Docente dos professores será o melhor a nível nacional.

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Qual é o compromisso?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, saudar os peticionários pela apresentação destas petições, nomeadamente os 1^a (s) signatários, Prof. António João Anacleto e o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores pois sem duvida que iniciativas como esta são um importante contributo para uma sociedade dinâmica, ativa e mais próxima dos representantes eleitos, que neste caso em concreto constitui também mais um contributo para pensarmos o Estatuto da Carreira Docente, assim como o estado da Educação na Região, com o propósito que nos é comum, termos uma carreira cada vez mais equilibrada, justa e aliciante.

Depois da intervenção da Deputada Sónia Nicolau do PS, não posso deixar de dizer que por aquilo que posso concluir da sua intervenção, é que efetivamente o PS considera que esta não é uma reivindicação legítima, e pelos vistos os professores estão tão bem e não sabem!!

Assim, surgem estas 2 petições com a mesma preocupação, ou seja, o prejuízo resultante dos 3 anos perdidos com a transição de carreiras. Isto é, o que se pretende é uma norma transitória que permita aos docentes serem reposicionados corretamente e justamente na carreira e lembrar que este tempo de serviço foi prestado por estes professores e foi validado por este Governo Regional.

A verdade é que o Estatuto da Carreira Docente tem sofrido alterações ao longo dos anos, e apesar do atual estatuto (2015) ter aspetos melhores do que o anterior, a verdade é que existem alguns aspetos que são necessários melhorar, e este é um desses aspetos, pois esta situação faz com que a carreira de 34 anos para uns docentes é convertida em 37 para outros, de forma a alcançarem o topo da carreira.

Uma das pretensões de todos aqueles que exerçam qualquer profissão, seja ela professor ou outra qualquer, é que o nosso tempo de serviço seja contabilizado, para que possamos progredir na carreira alcançando o topo da mesma.

Deputado André Bradford (PS): Está a fazer confusão!

A Oradora: Como tal, não é por se considerar que o estatuto atual dos docentes é melhor que tal pretensão dos professores (de progredir e alcançar o topo da atual carreira) caia por terra, ou de menor importância, ou que os docentes que tenham passado por 1, 2 ou 3 estatutos fiquem penalizados.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Como podemos dizer a um professor numa situação destas que não houve prejuízo para os professores como o que foi afirmado pelo PS em comissão, e até agora também aqui em Plenário, ou como o SREC afirmou, que a transição da carreira de 2007 para 2015 não houve penalização da carreira, mas sim valorização!

Como se pode falar de valorização quando um docente tem de ficar mais tempo no escalão? Por exemplo quantos professores temos atualmente na Região que estão 7 anos no 1º escalão, quando este é apenas de 4 anos), ou para alcançar o topo da carreira irão demorar mais tempo, 37 anos.

A valorização está no papel, mas na prática é uma miragem!! E nada melhor que analisar exemplos práticos, situações reais de professores por toda a região! Se isto não é uma situação discriminatória, então o que será!?!? Como é normal esta situação gera um sentimento de injustiça e indignação entre colegas, que nada abona para a harmonia da classe e nas próprias escolas.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: É necessário corrigir este prejuízo de 3 anos, é completamente injusto termos neste momento docentes com 15 anos ou mais de serviço e estão no 1º ou 2º escalão!!

E quando o partido socialista afirma que a carreira em vigor é fruto de um processo negocial, é necessário esclarecer o que é uma negociação? Uma

negociação não significa concordância!! Também na república o Ministro da Educação disse é assim ou nada e para todos os efeitos tratou-se de uma negociação!!

O processo negocial, nesta situação em concreto da carreira docente, como em muitas outras, é usado pelo Governo, como justificação para dar a imagem de envolvimento de toda as partes o que na prática não acontece, porque depois fazem como querem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Demagogia!

A Oradora: E nesta situação em concreto existiu discordância por parte dos intervenientes no dito processo negocial, basta lermos os pareceres da altura.

Quando se fala desta situação muitas vezes alega-se o índice remuneratório da atual carreira em relação à anterior como forma de desvalorizar esta situação, mas a verdade é que se queremos comparar não olhemos só para 2007, mas também para 1999 em que eram necessários 26 anos para chegar ao topo da carreira e ao índice 340!!

Esta situação de prejuízo resultante dos 3 anos perdidos com a transição de carreiras está mais do que identificada, é real, e está a ser prejudicial, gerando um sentimento de injustiça e discriminação, que é necessário ultrapassar desde que haja vontade para o fazer.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ou competência!

A Oradora: O GP do CDS-PP entende que esta é uma questão política e de princípio, e que esta situação pode e deve ser corrigida, validando estes 3 anos perdidos!

Não posso deixar também de dizer, e depois de ouvir a intervenção da bancada PS, que mais importante do que estarmos aqui a fazer retóricas quanto ao passado, que até se alguém deve ficar envergonhado é o PS, temos é todos de nos juntar e ultrapassar toda esta questão e como ainda hoje de manhã disse o

Deputado André Bradford, que afirmou que devemos estar todos unidos, esta é sem dúvida uma questão que devemos estar todos unidos para ultrapassar.

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem! Unidos pelo turismo, mas pelos professores não!

(Aplausos da Deputada Graça Silveira)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD começa por saudar os primeiros peticionários, António Anacleto e José Gaspar das petições:

- Pelo correto reposicionamento na carreira ao abrigo do Estatuto da Carreira Docente DLR n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro e contra a discriminação de carreiras com duração superior aos 34 anos que a lei preconiza;
- Contra a discriminação e o prejuízo resultantes da concretização do processo de transição para a nova estrutura da carreira docente na Região Autónoma dos Açores.

Começamos por saudar e por louvar esta iniciativa, destes dois que foram os primeiros subscritores destas petições, mas as quais tiveram em conjunto cerca de 4 mil assinaturas, o que numa parada, pelos vistos, estavam todos a marchar ao contrário e apenas o PS e o Governo Regional é que estavam com o passo certo.

A valorização e dignificação da função de professor é essencial para uma Educação de Sucesso. Mais e melhor Educação é o que queremos para os nossos jovens e para a nossa Região.

É necessário encarar a Educação como um contexto vivo no qual os alunos, pais, professores, comunidade educativa são peças fundamentais e funcionam em sistema tal como um organismo. Enquanto sistema quando um dos seus componentes está com problemas não está a funcionar em condições o Todo resente-se.

Cada peça é crucial na construção de um caminho de sucesso, com uma comunidade social e economicamente débil empobrecida e moldada por um socialismo que nos empobrece em todos os aspetos, como ainda ontem ficou demonstrado no debate, e que originou recentemente um Plano de Combate à pobreza ao fim de 22 anos de governação e de milhões de fundos comunitários, é imperioso valorizar a profissão docente, contando-lhe o tempo de serviço efetivamente trabalhado, reconhecer e assumir o papel que são e serão sempre (e não apenas quando dá jeito) parceiros estratégicos no combate ao insucesso escolar e à construção de uma sociedade mais justa e qualificada.

Os docentes de carreira dos quadros das escolas da Região Autónoma dos Açores estão a ser alvo de um tratamento diferenciado e discriminatório, em resultado da concretização do processo de transição para a nova estrutura da carreira docente. Em 2015, foi aprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a alteração ao Estatuto do Pessoal Docente, tendo concomitantemente sido criada uma nova estrutura da carreira que, a partir daí, se aplicaria aos professores e educadores de infância integrados nos quadros das escolas da Região.

Tendo em conta o mencionado no Decreto Legislativo Regional n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro, a nova estrutura da carreira docente passou a organizar-se em dez escalões, em detrimento dos oito escalões de progressão, em que se estruturava a anterior carreira docente, num percurso progressivo em que o acesso ao décimo e último escalão/índice ocorre quando perfeitos 34 anos de tempo de serviço prestado para efeitos de progressão.

Pelo artigo 4º do Decreto Legislativo Regional n.s 25/2015/A, de 17 de dezembro, foram estabelecidas as normas para a transição da estrutura da carreira docente aprovada pelo Decreto Legislativo Regional n.5 21/2007/A, de 30 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.5 4/2009/A, de 20 de abril e pelo Decreto Legislativo Regional n.s 11/2009/A, de 21 de julho para a nova estrutura da carreira docente. Da aplicação das regras aí definidas, na concretização do processo de transição dos professores e educadores de infância, na dependência da Secretaria Regional da Educação e Cultura do Governo Regional dos Açores, integrados na anterior estrutura da carreira docente, para a nova estrutura da carreira, obtivemos o seguinte resultado:

- a) Uma caminhada de progressão em carreira muito distinta, num intervalo de tempo entre 29 e 34 anos de tempo de serviço para atingir o topo da carreira;
- b) A supressão, para uma enorme maioria de professores e educadores de infância, do cômputo de três anos de tempo de serviço prestado e reconhecido pela tutela, daí resultando, um claro prejuízo, traduzido no facto de o seu percurso em carreira se prolongar por 37 extensos anos, ficando desvirtuado o percurso progressivo em carreira, que, tal como aprovado no Estatuto do Pessoal Docente na Região Autónoma dos Açores, não deveria exceder 34 anos;
- c) Que docentes com mais tempo de serviço já prestado e reconhecidos para efeitos de progressão em carreira, tenham que permanecer no 9º escalão um período temporal maior que outros docentes que, comparativamente, têm menos tempo de serviço perfeito, tanto no que ao cômputo global concerne, como no que ao tempo de serviço considerado naquele escalão de progressão respeita.

Tornar os professores o bode expiatório da sociedade, denegrir-lhes a imagem pública, associá-los a uma classe privilegiada não é seguramente o caminho a seguir.

Os professores da nossa Região, no pleno exercício do direito constitucional, manifestaram-se e reivindicaram pela recuperação de tempo de serviço para efeitos na progressão na carreira e respetivo posicionamento nos índices remuneratórios.

O grupo parlamentar do PSD apresentou uma proposta de alteração no Orçamento da Região para 2018 que visava precisamente corrigir uma situação de discriminação entre docentes, dando eco ao proclamado por mais de 3000 docentes e apoiado pelas forças sindicais. Neste sentido, propôs a recuperação de tempo de serviço para os que foram lesados na carreira, na sequência das transições ocorridas entre as diferentes estruturas da Carreira Docente na Região, nas quais resultaram normas transitórias penalizadoras para os docentes.

O Partido Socialista, com a sua maioria absoluta, chumbou esta iniciativa do PSD. Porquê? Porque era uma iniciativa do PSD! Porque os professores não merecem que lhes seja contabilizado os dias que efetivamente trabalharam?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Estava mal feita!

O Orador: A verdade é que está em causa o tempo de serviço reconhecido pela tutela, mas que não o contabiliza para efeitos de progressão na carreira. Lamentamos que, por mera birra política, permaneça essa discriminação, não repondo o tempo de serviço que foi prestado por esses docentes nas escolas da nossa Região e sacrificando, conseqüentemente, a capacidade financeira dos agregados familiares de mais de 3000 docentes.

Estará o Governo Regional disposto a alterar as normas de transição entre carreiras, tal como é reivindicado pelos docentes?

Estará o Governo Regional disposto para repor o tempo de serviço que foi prestado por esses docentes nas escolas da nossa região e com isso minimizar o sacrifício financeiro dos agregados familiares de mais de 3000 docentes?

O estatuto não podia merecer o voto favorável do PSD, uma carreira de 34 anos em que uns atingem o topo, entre os 29 e os 37 anos, não é uma carreira que nós pudéssemos aprovar.

Esta Petição não é só válida, como é justíssima para os professores.

Vamos continuar a defender a dignificação e a valorização da classe docente. Os professores têm um papel crucial na nossa sociedade, na nossa Região, no ensino/aprendizagem.

Para que o “futuro se faça presente” é necessário lutar pela justiça e assim o faremos!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era só Sra. presidente, face àquela que foi a intervenção do Sr. Deputado Jorge Jorge, referindo-se à decisão do Grupo Parlamentar do PS em votar contra a proposta do PSD, eu pedia à Mesa o favor de distribuir o Diário das Sessões do dia 28 de novembro, em que o PS questionou diretamente os Srs. Deputados do PSD, sobre a proposta e a resposta, de uma primeira vez, foi silêncio, portanto foram incapazes de esclarecer a sua própria proposta.

Muito obrigada.

Presidente: A Mesa irá, quando for oportuno naturalmente, distribuir.

O Sr. Secretário Regional, deduzo que seja para uma interpelação? Tem a palavra Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Uma interpelação à Mesa Sra. Presidente, sobre a condução dos trabalhos e a clarificação das regras da figura regimental que estamos a utilizar, tendo em conta que o Governo Regional foi interpelado diretamente pelo Sr. Deputado Jorge Jorge, colocando várias questões ao Governo, eu gostaria de pedir que clarificasse que nesta figura regimental o Governo não pode falar.

Muito obrigado.

Presidente: Sim, Sr. Secretário Regional.

Na figura das Petições o Governo não pode intervir, fica feito aqui o esclarecimento.

Vamos continuar a participação neste debate.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem agora a palavra.

Deputado Paulo Mendes (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do BE Açores, saúda o exercício de cidadania dos peticionários das duas Petições agora debatidas.

O Estatuto da Carreira Docente foi alterado em 2015, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/205/A, de 17 de dezembro e visou, entre outras matérias, a estrutura da carreira docente, a qual passou de oito para dez escalões.

É justamente no processo de transição dos oito para dez escalões, que surge o problema objeto das duas Petições em causa, porque em vez de todos os docentes terem uma carreira de 34 anos, temos professores que por via das normas de transição dos oito para dez escalões, terão carreiras docentes de duração variável, podem variar entre os 29 e os 37 anos.

O SDPA, o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, recorda que à época da aprovação do Estatuto da Carreira Docente de 2007, foi o Secretário Regional da Educação de então, que considerou injusto impor aos novos docentes um tempo de carreira superior aos docentes na carreira.

Assim, no parecer do SDPA, à proposta de alteração de 2015 aos Estatuto da Carreira docente, é recordada a posição do Secretário Regional da Educação em 2007 e passo a citar: “seria injusto e inócuo impor-se aos docentes em exercício de funções uma carreira de duração superior à que preferiam os docentes que viessem a ingressar na carreira, aos quais era apresentada uma carreira com a duração de 35 anos, ainda em vigor.

Nós, BE. Em 205, propusemos uma alteração à proposta do Governo para evitar carreiras docentes com duração variável, a qual foi reprovada.

Recentemente, em 2016, o SDPA solicitou através dos seus delegados sindicais, distribuídos pelas várias unidades orgânicas as listas com o tempo de serviço do pessoal docente, para efeitos de progressão na carreira.

O Secretário Regional da Educação e Cultura recusou aceder a tal solicitação, por considerar que se deveria aguardar emissão de parecer da CADA, acerca da legalidade da tal pretensão.

Uma preocupação inédita sobre um formalismo corrente, até porque estas listas nunca foram segredo para ninguém, pois são regularmente afixadas nas escolas. Após queixa formulada pela SDPA ao Provedor de Justiça em 2016, acerca do processo de transição de uma carreira definida em oito escalões, para uma carreira de dez escalões, a tutela finalmente enviou às escolas as listas onde consta a situação das carreiras dos docentes afetos aos quadros de escola da Região.

Tudo leva a crer que a resistência à divulgação destes dados, por parte da tutela, deve-se à constatação que a grande maioria dos docentes sai prejudicada em três anos de tempo de serviço, portanto em vez de uma carreira com uma

duração máxima de 34 anos, a maior parte dos docentes terá uma carreira de 37 anos.

O curioso desta alteração, é que só um grupo restrito e verificável de docentes terá uma carreira com a duração de 32 anos, de 31 anos ou até mesmo de 29 anos, e mais não disso!

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queremos congratular a Petição n.º 20/XI e o seu primeiro signatário, António João Setoca Anacleto, bem como todos os seus subscritores. E também congratulamos a Petição n.º 21/XI e o seu primeiro subscritor, José Eduardo Pedro Gaspar, bem como todos os seus subscritores.

Estas duas petições muito dizem aos docentes nos Açores. A carreira dos professores foi sendo sucessivamente desvalorizada, prolongada artificialmente. Foram os congelamentos que afetaram toda a administração pública, incluindo obviamente os professores, foram os processos de transição entre carreiras, que atrasaram em 3 anos o tempo em falta para atingir o topo da carreira.

E mais uma vez isto não é feito por acaso. Tem objetivos políticos: nivelar salários por baixo, atacar rendimentos, desvalorizar profissionais e as suas carreiras.

- Os mecanismos para o conseguir são simples: ao criar uma nova carreira, em vez de considerar todo o tempo de serviço de um docente, considera-se apenas o tempo que ele tem no escalão onde se encontra e ignora-se tudo quanto tem para trás;
- Criam-se novos escalões, que atrasam a progressão;

- E, finalmente, adiciona-se a obrigação de permanecer no primeiro escalão – neste caso, adicionou-se 3 anos.

O resultado é que uma carreira que devia ter 34 anos, pela soma do tempo dos escalões, tem 37! Encontrem os argumentos que quiserem, mas não podem ignorar que a nossa carreira docente já é das mais longas da OCDE e que já teve a duração de 26 anos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveitamos para denunciar outras injustiças: há diversas situações onde a carreira docente pode ainda ser mais longa, atingindo 38 ou 39 anos. Isso resulta da não aplicação, na carreira de alguns docentes, das normas de transição que reduziam a permanência nos escalões. É o que acontece quando se legisla com base em critérios economicistas e não de justiça.

Fica aqui a pergunta: que tratamento dará, no imediato, a Secretaria Regional da Educação a estes casos, onde a carreira se prolongue para lá dos 37 anos?

Esta é uma questão que urge dar resposta, Sr. Secretário.

Outra questão de enorme relevância é levantada na petição: que está disposta a SREC a fazer, para valorizar a carreira docente? Ou, dito de outro modo, está a SREC disponível para que a carreira docente seja encurtada, mesmo que o venha a ser de forma progressiva, até que tenha apenas e só a duração dos seus escalões?

Para o PCP/Açores, só há uma forma de, com justiça e equidade, resolver estes problemas: considerar todo o tempo de serviço de cada docente e reposicioná-lo em função disso na sua carreira! Até lá, podemos garantir que os professores e educadores dos Açores não deixarão de protestar! E podemos garantir, da nossa parte, que continuaremos a denunciar no plenário esta situação.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Concluimos o debate sobre estas duas Petições.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado Artur Lima, julgo que para uma interpelação?

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos então dentro de 15 minutos.

Eram 16 horas e 58 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos trabalhos para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 22 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto **11 da Agenda - Projeto de Resolução n.º 77/XI – “Modelo alternativo de transporte marítimo de mercadoria nos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos no processo legislativo comum e tem então agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa região arquipelágica como a nossa é fundamental que exista uma rede de transportes marítimos eficiente, devidamente articulados e, sobretudo, dimensionados à escala das trocas comerciais entre as Ilhas dos Açores e entre estas e o continente.

A economia açoriana está estrangulada pelos transportes, sucedendo-se as queixas dos nossos empresários sobre as dificuldades que sentem quanto ao escoamento dos produtos da pesca, da agricultura e da pecuária. Ora, por falta de capacidade de carga, ora porque os horários não estão devidamente articulados, ora porque simplesmente o navio não veio.

Não temos qualquer dúvida de que um modelo de transportes marítimos que resolva as questões logísticas das mercadorias é seguramente o investimento com maior retorno para a economia da região.

O atual modelo de transportes marítimos, em que a cabotagem insular é realizada por três operadores, a Transinsular, a Mutualista e a Boxline, os quais, supostamente, fazem o transporte direto do continente à ilha de destino, acarreta custos demasiado elevados, que penalizam a competitividade das nossas empresas.

Supostamente, porque neste momento a carga trazida para a Região está a ser baldeada no porto de Ponta Delgada sendo a cabotagem insular assegurada por apenas um dos armadores, a qual subcontrata o serviço do outro para o efeito.

Apesar destas empresas que operam nos Açores não serem subsidiadas pelo orçamento da Região, são na realidade, pagas pelo dinheiro dos açorianos uma vez que os produtos chegam às prateleiras dos espaços comerciais a preços mais elevados por via desse sobrecusto.

Senhoras e senhores deputados

De pouco ou nada servem todos os subsídios, apoios e incentivos quer ao escoamento dos produtos açorianos, quer à importação de factores de produção, se a rede de transportes não for capaz de dar garantias de uma resposta eficiente.

Existem vários especialistas nesta matéria, de simpatias transversais a todo o espectro político-partidário da Região, que tem deixado públicas as suas

opiniões sobre modelos alternativos que tornariam a operação economicamente muitíssimo mais vantajosa.

Inclusivamente o governo regional no seu programa de governo para a atual legislatura, o reconhece, ao apresentar como um dos principais objectivos para o transporte marítimo de mercadorias a diminuição dos custos globais do sistema marítimo.

Assim, o CDS-PP, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do art.º 145.º do Regimento, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional o seguinte:

Realize um estudo de viabilidade económica, de diferentes modelos de transporte marítimo de mercadorias que contemple o transporte do continente para os Açores e a distribuição da carga inter-ilhas.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Recordo que estamos em processo legislativo comum, podem intervir as vezes que quiserem.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa apresentada pelo CDS, agora em discussão, afigura-se da maior importância, porquanto o transporte marítimo constitui o principal sistema de transporte de mercadorias dentro da Região e com o exterior, sendo por isso essencial à competitividade das nossas empresas e aos consumidores açorianos.

Pelas nossas características geográficas este é e será sempre o principal meio de transporte de mercadorias e numa economia global, permanentemente em mudança, qualquer modelo ou sistema, deverá periodicamente ser analisado.

Num modelo que funciona há cerca de 20 anos, apenas com alterações residuais, é quase obrigatório estudar, analisar e equacionar todas as alternativas e é quase impossível, agora que se discute esta matéria não recordar o processo de alteração do modelo de transporte aéreo de passageiros, concretizado tardiamente em 2014, em que as resistências e os receios de muitos protagonistas e decisores políticos regionais afinal tinham como causas próximas o mero desconhecimento das novas realidades que ocorriam no mercado da aviação comercial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Alguns, tal como agora, associavam o desconhecimento a objetivos aparentemente ocultos, como a suposta proteção da SATA, sem terem consciência do que eram os interesses superiores da nossa economia e da mobilidade dos açorianos que estavam em causa.

Com aquela postura os responsáveis, ou melhor, irresponsáveis políticos, adiaram por cerca de dez anos os benefícios de um novo modelo de transporte

aéreo de passageiros, sem o qual os Açores hoje estariam porventura ainda na pior crise económica da era autonómica.

Culpar o Governo da República por dois anos de atraso, mesmo que fosse verdade, ainda deixaria oito anos de atraso à responsabilidade deste Governo Socialista.

Na audição realizada à Sra. Secretária, com a tutela dos transportes, mais do que qualquer oposição que tenha manifestado à presente iniciativa, o que mais nos preocupou e desiludiu, foi a defesa cega e não fundamentada do atual modelo, ainda que considere possível eventuais melhorias.

Planear os transportes na sua globalidade e em todas as suas vertentes, definir uma estratégia global nesta área, como instrumento fundamental da competitividade da economia açoriana e da mobilidade dos açorianos, assegurar o sucesso das empresas públicas da sua tutela, é a sua principal responsabilidade, Sra. Secretária.

Este processo passa obrigatoriamente pelo diálogo com os agentes económicos e seus representantes.

Nas audições realizadas no âmbito da presente iniciativa, quer as associações empresariais, quer as empresas regionais, quer ainda a generalidade das entidades públicas que se pronunciaram, reconhecem a necessidade de se equacionar alternativas ao atual modelo, com o objetivo comum de reduzir os custos, melhorar as frequências e a regularidade.

Mas o Governo Regional posiciona-se em linha apenas com os três operadores no mercado ao abrigo do atual modelo, também eles alinhados uns com os outros.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esperamos que o Governo altere a sua postura em matéria de transporte marítimo de mercadorias, independentemente da não aprovação da

presente iniciativa que desde o início percebeu qual seria o desfecho, face à posição do partido da maioria.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

A realização de um estudo de viabilidade económica de diferentes modelos de transporte marítimo de mercadorias, é tão controversa quanto as posições de que tomamos conhecimento, não só aquando da última iniciativa do CDS-PP, mas também nas recentes audições da Comissão Permanente de Economia.

Conforme se pode verificar pelo relatório produzido no passado dia 11 de julho sobre o Projeto de Resolução que estamos aqui a analisar, as posições divergem e de que maneira.

Com efeito se considerarmos a posição dos armadores Transisular, Mutualista, Boxline e dos operadores de tráfego local TMG, Parece Machado, facilmente seremos acusados de pretender defender os interesses instalados e que estas entidades são as que mais beneficiam do modelo atualmente em vigor.

Resta-nos então atender e de forma cuidado, aos pareceres dos Conselhos de Ilha, por representarem as populações e os interesses das diferentes ilhas, ou os parceiros das associações empresariais, por representar os interesses dos empresários das diferentes ilhas.

A questão principal neste âmbito é que quer ao nível dos Conselhos de Ilha, quer ao nível as associações empresariais, quer ao nível dos armadores ouvidos, quer ao nível de outras entidades que poderão já ter-se pronunciado sobre esta matéria, não há consenso.

Continuamos a defender, o modelo atual tem a capacidade de se adaptar a novas solicitações, salvaguardando aquilo que para nós é essencial, que é garantir que cada uma das ilhas tenha acesso à movimentação de mercadorias por via marítima e de forma a poder contribuir para o seu regular abastecimento e desenvolvimento. Se isto é uma defesa cega e intransigente do modelo, pois que assim seja.

A questão principal também nas adaptações que nós defendemos e margem de manobra que o modelo tem, a questão principal na introdução dessas alterações, prende-se exatamente com o fazê-lo sem comprometer a coesão regional e obtendo consenso ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! Que é o valor principal!

A Orador: ... o mínimo de consenso em relação a todos os intervenientes que foram ouvidos e que são os intervenientes no modelo.

A este respeito e a respeito da capacidade de adaptação do presente modelo posso dar-vos conta, por exemplo neste momento, que em comunicação rececionada pela Transisular o reforço da capacidade instalada, sendo um tem que tem vindo a ser abordado por nós com os diversos armadores da capotagem insular e em linha, com o previsto no Programa do Governo, podemos desde já comunicar à Assembleia que para fazer face a um crescimento no transporte de cargas do continente para os Açores, a partir do próximo dia 26 de julho, o novo navio passará a escalar quinzenalmente, sairá quinzenalmente de Leixões, trata-se do Ponta do Sol, propriedade da Transisular e que passará a ser o sétimo navio a operar na Região.

Portanto, este é um dos desenvolvimentos positivos que entendemos que o sistema tem capacidade de trazer.

Poderia e em função daquilo que nos foi comunicado também pela própria Transisular, posso destacar algumas das alterações que nos parecem ser positivas com a entrada deste navio, desde logo o aumento quinzenal da

capacidade instalada de cerca de 220 utentes e 80 viaturas; a ligação direta quinzenal de Leixões à Ilha Terceira; a passagem do navio que faz a ligação inter regiões Açores/Madeira para a semana em que há navio em Santa Maria ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: ... o que facilitará a exportação de gado desta ilha para o arquipélago da Madeira e uma melhor resposta em alguma situação de imprevisto uma vez que, como parece natural, com sete navios é bem mais fácil fazer face a algum ajustamento, do que com seis.

Portanto, convém reter de importante, na minha opinião, o seguinte: o Governo Regional dos Açores continua a acompanhar a execução do transporte marítimo de mercadorias e dialoga com regularidade com todos os seus operadores; há um diálogo no sentido de se melhorar a previsibilidade do serviço com maior observância dos itinerários publicitados, sem prejuízo naturalmente de poderem existir situações atendíveis suscetíveis de comprometer essa previsibilidade, como seja desde logo as razões de ordem meteorológica, operacional ou técnica.

Quando alguns defendem que é necessário um novo modelo que traga mais previsibilidade, pois parece-nos na nossa opinião que essa argumentação é um pouco equívoca, dado que quaisquer desvios aos itinerários publicados, deve-se a razões externas a qualquer modelo, portanto constituirão uma constante em qualquer modelo que se pretenda analisar.

Portanto, de um modo geral as condições que afetam a operação de transporte presente, são as que são comuns a qualquer modelo.

Para além disso e voltando um pouco àquilo que disse do ser essencial conseguir algum – porque unanimidade não se conseguirá certamente – mas algum consenso entre os diversos operadores para que se possa encetar uma eventual revisão do modelo atual, sem esgotar a capacidade do presente,

obviamente que esses pressupostos têm que ser definidos e têm que ser consensualizados, daí também por mais essa razão, entendermos não ser necessário, não ser oportuno a realização de qualquer estudo de viabilidade, mas a mais quando não estão definidos quaisquer pressupostos quanto a essa viabilidade.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cabe ao Grupo Parlamentar do BE apreciar neste momento este Projeto de Resolução do CDS-PP, mas antes de apreciá-lo ou para começar essa apreciação, convém clarificar muito bem os pressupostos em que assenta o atual modelo.

Para todos os Grupos e Representações Parlamentares que acreditam nas virtudes do mercado, devo lembrar-vos, recordar, que o atual modelo assenta no mercado livre.

Ora, mas também é certo que o mercado livre não resolve tudo, antes pelo contrário, se deixarmos somente o mercado funcionar, ainda mais numa Região como a nossa, teríamos consequências completamente desastrosas para a maior parte das nossas ilhas.

Por isso mesmo, é que este mercado livre é regulado e regulado à maneira social democrata, porque se fosse à maneira do BE ou do PCP até poderia ir

mais além e haver uma intervenção direta no mercado, é regulado por obrigações de serviço público.

Mais, é graças a essas obrigações de serviço público que conseguimos garantir ligações ao exterior semanais e escaladas quinzenais em todas as ilhas.

Mais importante, ou tão importante como isso, conseguimos ter fretes iguais para todas as ilhas, coisa que não conseguiríamos cumprir se vivêssemos num mercado completamente liberalizado.

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

(Aparte inaudível)

O Orador: Tenha calma! Vou chegar lá.

Para garantir a estabilidade na atividade económica e até mesmo nos transportes, essa atividade é garantida durante pelo menos dois anos.

Ora, isso quer dizer que estamos contra a possibilidade de se rever este modelo? Não! Não estamos contra até porque os agentes económicos queixam-se, há quem esteja satisfeito com o modelo, mas há quem demonstre insatisfação.

Ora, mas é muito importante termos um modelo que garanta, por um lado, o cumprimento de princípios que nós consideramos completamente imprescindíveis, garantir a periodicidade destes transportes, o cumprimento de itinerários que atendem às diferentes necessidades sentidas as várias ilhas, até mesmo a rigidez de oferta e a realização da operação independentemente das taxas de ocupação.

É importante, é fundamental cumprir estes princípios e simultaneamente ultrapassar aquelas que são as queixas, aquelas que são as dificuldades que são transmitidas por vários agentes económicos na Região. Tendo essas duas necessidades em balanço, penso que há todas as condições para realizarmos um estudo pelo que para nós, a Resolução do CDS-PP faz todo o sentido, ou poderá

fazer todo o sentido porque eu tenho uma questão a colocar à Sra. Deputada Graça Silveira, da qual dependerá o nosso sentido de voto.

Mas antes de questioná-la é importante também sublinhar que não basta querer um modelo que resulte em transportes mais rápidos, com preços mais reduzidos e com maior frequência no abstrato.

Na nossa Região é necessário que se cumpra todos esses objetivos, mas em todas as ilhas e não só em algumas.

Não se pretende desenvolver um modelo assente unicamente em pressupostos técnicos, tal como foi aduzido, penso que por uma câmara de comércio em declarações, no âmbito da Comissão de Economia, porque se atendermos unicamente a requisitos técnicos, sem intervenção política, tal resultará na concentração do transporte de mercadorias, não em dois ramos, muito menos em três, mas num único ramo, justamente o ramo de Ponta Delgada, onde se concentram 65% das mercadorias.

Portanto, nós não podemos correr riscos. Somos a favor de um estudo comparativo, tal qual como o CDS propõe, mas é preciso atender a estas preocupações

Também é verdade, Srs. e Sras. Deputadas que, tal como ontem, eu fui de certa forma acusado injustamente de ser demagogo por pretender que uma estrada nas Furnas resolvesse o problema do nevoeiro, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso tem de ser uma iniciativa a São Pedro!

O Orador: ... também não podemos e eu não estou a acusá-la de demagoga, mas eu penso que deve ficar bem claro que não podemos reivindicar um modelo que evite ou que ultrapasse problemas que são completamente inultrapassáveis porque nós não temos qualquer possibilidade de interferir nesses problemas, e refiro-me a quê? Refiro-me às condicionantes do tempo e às condicionantes do clima, sem referir as avarias que se verificam tanto nos navios, como também nos contentores.

Portanto, tendo em conta tudo isto eu faço uma única pergunta à Sra. Deputada Graça Silveira: supondo que o estudo proposto terá uma natureza comparativa entre um deles, penso que é essa a intenção, está o atual modelo contemplado nessa análise?

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bom, a controvérsia que a Sra. Secretária se referiu em relação à realização ou não de um estudo comparativo de diferentes modelos de transporte marítimo de mercadorias, não deixa de ser interessante, porque coloca por um lado os armadores e o Governo Regional, e por outro os empresários da Região que todos os dias publicamente reclamam dos transportes marítimos na Região.

Devo-lhe dizer que também não deixa de ser interessante que quando os armadores foram ouvidos, falaram sempre em nome do Governo, que foi estranhíssimo! Armadores, que têm empresas privadas, que supostamente devem estar interessados em ter um modelo de transportes que permita ter lucro nas suas empresas, todas as questões que eram colocadas, respondiam sempre em nome do Governo. Hoje, quando estamos finalmente a ouvir o Governo, a Sra. Secretária fala em nome dos armadores e vem apresentar o início da operação de um novo barco de um dos operadores. Fica o registo, não deixa de ser interessante.

Em relação à questão que foi colocada, neste momento o mercado não é livre, existem obrigações de serviço público e o que é estranho é que quando nós falamos em obrigações de serviço público, são geralmente obrigações de serviço público que são subsidiadas, que foi o que eu disse dali, ou seja, o Governo obriga os operadores a cumprir com determinado número de objetivos

e os custos que resultam dessa obrigação são pagos pelo Governo, através de um subsídio.

Estranhamente, o modelo marítimo de transporte de mercadorias impõe obrigações aos operadores e o Governo não subsidia, ou seja, quem é que está a pagar esse sobrecusto, o princípio da coesão que todos nós concordamos? A questão que se coloca aqui é: ninguém quer deixar as ilhas mais pequenas para trás!

Deputado André Bradford (PS): Não é o que parece!

A Oradora: Ninguém quer que o custo ao destino seja diferente, tal e qual como acontece agora em termos dos transportes aéreos, com a alteração do modelo, o custo da passagem continua a ser igual para todas as ilhas!

Há é um Governo da República que paga esse diferencial, ...

Deputado André Bradford (PS): Começou a pagar!

A Oradora: ... mas como o Governo da República não pode pagar o transporte marítimos de mercadorias, ou até hoje nunca esteve disponível e o Governo Regional não o quer pagar, para o Governo Regional este é o melhor modelo de todos em que impõe obrigações de serviço público, onde se garante uma coesão entre todas as ilhas, coesão essa que é social e que é obrigação do Governo e que não pode estar a ser paga à custa da falência das empresas que já estão com a corda ao pescoço e que pagam transportes elevadíssimo, o custo do transporte é elevadíssimo, tanto no transporte da matéria prima do continente para a Região, como nas exportações.

Falamos todos que queremos uma grande competitividade, que a economia dos Açores tem que garantir um aumento das exportações, como é que os nossos empresários conseguem garantir essa competitividade, colocando produtos em qualquer lugar do mundo, a competir com outras empresas, com custos de mercadoria elevadíssimos!

Portanto, aqui não há dúvida nenhuma em relação à coesão e que todas as ilhas têm que ser protegidas.

Aquilo que nos distingue é quem é que neste momento está a assegurar essa coesão, se são os nossos empresários, que estão a falir e que estão a perder competitividade à custa de preços muito mais elevados.

Deputado André Bradford (PS): Não estão nada a falir!

A Oradora: Aquilo que o CDS quer e em relação à outra questão do estudo técnico, o estudo, quando houve várias audições onde se ouviu claramente a questão técnica, isto porquê? Porque houve outros estudos, feitos no passado, em que as pessoas já sabiam as conclusões que o estudo deveria de ter e em que os estudos não foram feitos por pessoas que eram conhecedoras da matéria, por técnicos independentes, em que fizeram a avaliação do que é que contribuía para o custo.

Também é muito interessante verificar que nos foi dito em várias audições, que a ineficiência portuária na Região, representava 40% do custo do frete, porque os operadores também quando chega a altura de colocar as culpas no preço do frete elevado, são muito claros em dizer, são eles obrigados a praticar um preço único para a ilha de destino, mas que o Governo Regional através dos portos dos Açores, por exemplo, pratica taxas portuárias completamente diferentes de ilha para ilha, portanto eles são obrigados a um preço único, mas o Governo Regional não se acha obrigado a cobrar a mesma taxa nos diferentes portos e que os custos da estiva também contribuem em muito para aumentar o preço do frete.

Portanto, tudo isto seria clarificado com um estudo em que primeiro avaliasse o que é que está a contribuir efetivamente para o preço final do frete na Região? Onde é que se poderia reduzir? Onde é que estão as ineficiências e em que se tivesse 2, 3 ou 4, inclusive o atual em cima da mesa, verificar de que forma é que os açorianos estariam mais bem servidos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Querem criar um subsidiozinho!

A Oradora: Em segundo lugar, que é a questão política e com toda a razão, quem é que é responsável por assegurar a coesão regional, ...

Deputado André Bradford (*PS*): Vamos encomendar um estudo para dizer o que a senhora está a dizer!

A Oradora: ... porque ainda ontem o Sr. Presidente do Governo daquela bancada disse: “Este é um Governo que é garante e fator de coesão e convergência entre todas as ilhas da nossa Região, exceto no modelo de transporte de mercadorias”, porque nesse quem tem que pagar a coesão são os empresários, porque o que é que acontece? Todos nós sabemos que um frete do continente para S. Miguel, é seguramente muito menos oneroso do que um custo do frete do continente para as Flores. E porquê? Quer em termos de escala porque se transporta muito mais mercadoria para aquela ilha, quer em termos de distância e os operadores são obrigados a praticar exatamente o mesmo preço.

Neste ponto em particular, eu pergunto à Sra. Secretária se sabe quanto é que custaria cada um destes fretes se não estivéssemos sujeitos a uma obrigação de serviço público. É nestas questões se o Governo quer efetivamente alavancar a economia regional, ajudar os nossos empresários, não é com subsidiozinhos, é criando condições, custos de contexto mais baixos, como ainda hoje ouvimos, que por exemplo a COFACO só em termos de custos de contexto paga o dobro daquilo que é o próprio lucro da empresa, portanto as empresas deixam de ter capacidade de investir na Região e é nestas questões que o Governo tem que intervir.

Portanto, respondendo à sua pergunta: politicamente é que há uma diferença de quem é que tem que assumir aquilo que nós chamamos o transporte social e perceber onde é que estão as ineficiências do sistema.

Agora não percebo por que é que o Governo Regional tem tanto medo, o Governo Regional faz planos: é planos regionais disto, é planos regionais daquilo, é o plano de transportes integrados que teve todos os anos milhões, na ordem dos seis milhões, por plano de orçamento, para um plano integrado de transportes que a única coisa que produziu foi um documento que na prática não existe.

Portanto, qual é o problema de o Governo mandar fazer um estudo? Isso coloca numa posição de uma prepotência tal, em que a Sra. Secretária diz, e passo a citar: “Se o CDS quer um estudo sobre novos modelos de transporte para a Região, que o faça!

Oh, Sra. Secretária, em relação a este tipo de diálogo, com este Governo, estamos conversados!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, o setor dos transportes é um setor fundamental para a nossa Região, para o desenvolvimento económico e social dos Açores, para a competitividade das nossas empresas e para a melhoria da qualidade de vida de todos os nossos açorianos.

É por isso que no Programa do Governo e ao longo desta Legislatura também, tem-se assistido a uma contínua reforma e políticas que permitem tornar os transportes cada vez mais eficientes, mais seguros, mais regulares e que respondam às necessidades de mobilidade das pessoas e dos bens.

Queremos e continuaremos a crer, o PS, que é necessário um setor forte e dinâmico nos transportes para garantir a coesão social, económica e territorial da nossa Região.

A Proposta de Resolução do CDS-PP é, resumida e exatamente semelhante, ou muito igual, à proposta que foi votada contra pelo PS há cerca de dois anos ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Igualzinha! A diferença é que no Programa do Governo disse que ia fazer!

O Orador: ... e debruça-se essencialmente por um tema, a cabotagem insular que foi e é devidamente regulamentada desde 92 pela Comunidade Europeia, onde se diz que esta é liberalizada e no caso concreto das Regiões ultraperiféricas e também das ligações às ilhas, podem ser colocadas obrigações de serviço público, a ser cumpridos pelos operadores, sendo que e para garantir que estas tenham um regular abastecimento ao longo de todo o ano.

É por isso que aqui também convém realçar, novamente, que o atual modelo e o Decreto-Lei que o define na República desde 2006, define o regime especial entre o continente e as regiões autónomas, onde garante as ligações semanais, cumprir os itinerários, a escala quinzenal mínima, o tempo de sete dias de entrega a cada uma das nossas ilhas, a questão da carga não desconsolidada, etc., etc., um conjunto de garantias que faz com que este modelo seja bom para a Região Autónoma dos Açores, que garanta o abastecimento, a sua coesão, o igual preço para todas as ilhas, independentemente da dimensão e do volume de tráfego de mercadorias que tem, garantindo a sua regularidade e a sua viabilidade.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: É por tudo isto que o PS mantém a sua posição face ao que decidiu há dois anos atrás, não existiu evolução nenhuma no sistema, nem no modelo, nem na economia, que faça com que o PS altere a sua posição.

Não nos revemos em muitas das considerações que o CDS coloca no seu Projeto de Resolução, por exemplo, posso dar um dizendo que há falta de capacidade para a exportação, quando nós só esgotamos 30% da capacidade

instalada e vem o CDS aqui dizer que existe falta de capacidade para exportar os nossos produtos.

Depois também quando questionamos os parceiros, os armadores, grande parte deles quando se queixam da regularidade da atividade, falam de questões meteorológicas, avaria de barcos, avaria de equipamentos e atrasos na entrega das mercadorias.

Sra. Deputada, não é por a Sra. Deputada atirar dinheiro público para cima deste modelo, que irá resolver nenhum destes constrangimentos identificados pelos operadores, pelos armadores e pelos empresários.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Relativamente às obrigações de serviço público, de facto a questão aqui era perguntar onde andou Pires de Lima no Governo da República e na autoridade da mobilidade e dos transportes?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A liberalizar o transporte aéreo!

O Orador: Aqui diretamente para o Sr. Deputado Artur Lima: como é que é possível o CDS nesta Casa, em relação ao transporte de passageiros considerar que a continuidade territorial é, e só pode ser, assumida pelo Governo da República e relativamente ao transporte marítimo de mercadorias tem que se exercer a autonomia?

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, da mesma forma que os açorianos não acedem a caminhos de ferro, a autoestradas, a um conjunto de infraestruturas que se faz em Portugal Continental e por isso deve haver continuidade territorial no transporte aéreo, também acho que deveria ser aplicada a mesma regra para o transporte de mercadorias de/e para a Região Autónoma dos Açores.

Mais uma nota, permitam-me, ainda ontem o PS e o Governo que suporta foi altamente criticado por estar em tudo o que é economia na Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Disse ali que havia uma asfixia de subsidiação na Região Autónoma dos Açores e aquilo que é incrível, a única área ou setor em que o Governo não está presente é exatamente aquele que o CDS acha que agora deve estar presente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, o CDS ainda conseguiu também nas audições, consoante a pessoa e o parceiro que era ouvido na Comissão, defender variáveis de modelos.

Quando estaríamos a falar com parceiros e em conselhos de ilha, de ilhas com menor dimensão, dizíamos que isto não era para prejudicar as ilhas mais pequenas, de menor dimensão.

Quando estávamos em audições com parceiros de ilhas com maior capacidade de exportação e importação, dizíamos que era efetivamente para melhorar o número de viagens, a competitividade e que os custos suportados para as ilhas

mais pequenas, não tinham que ser suportados por eles, portanto também houve aqui um claro jogo para conseguir que esta proposta quase que tivesse unanimidade dos pareceres de todos os conselhos de ilha e parceiros ouvidos.

Permitam-me também, estou quase a terminar, prometo, que em relação à contínua acusação, o CDS-PP em inúmeras audições e já nesta Casa referiu que o modelo neste momento e que a coesão regional, é suportada pelos empresários.

Esta coesão que o PS não abdica é suportada por todos os consumidores, por todos os consumidores de todas as ilhas e por todos os consumidores de produtos açorianos em qualquer parte do mundo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Um queijo de S. Jorge que seja consumido em Inglaterra, esse consumidor está a pagar este modelo de transportes

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A rainha! É a joia da coroa!

O Orador: Um consumidor em Lisboa que vá às prateleiras do continente e compre um produto açoriano está a pagar este modelo.

Um açoriano que vá a uma loja e adquira um produto, está a pagar este modelo.

Portanto, este modelo funciona em mercado aberto, em mercado livre e por isso é que o PS também não abdicará dele por simples capricho.

Continuaremos a defender um modelo de igualdade de preço, solidário, que garanta o abastecimento de todas as nove ilhas, com regularidade.

E, fazendo sempre a diferenciação nas ajudas à importação de fatores de produção para as empresas que devem ter esse apoio e também ajudas na exportação dos produtos para aquelas que também devem ter esse mesmo apoio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos ter de exportar também é bananas para Inglaterra!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM mantém, em relação a este assunto, a opinião que tinha em 2016 e vamos votar da mesma forma.

A questão aqui, muito sucintamente apesar da complexidade das intervenções que já foram realizadas, o assunto é tão somente este, que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, recomende ao Governo Regional que realize um estudo de diferentes modelos de transporte marítimo de mercadorias, que contemple o transporte do continente para os Açores e a distribuição de carga interilhas.

Eu considero que o saber é sempre importante. O estudo, a análise das situações é sempre algo muito importante.

Eu vejo aqui muitas intervenções, muitas certezas absolutas, muita gente que tem a certeza em relação a tudo.

Eu considero que é sempre importante possuir mais instrumentos de análise, possuir estudos, possuir análises diferentes, perspetivas diferentes e ter um conjunto de estudos que permitam ao Governo e aos diferentes agentes poderem de facto analisar este tipo de questão.

Portanto, não vejo nenhum obstáculo, a que o Governo Regional realize um estudo, aliás, se o Governo está tão ciente que tem a melhor solução e que essa

solução que o Governo Regional aponta como uma solução ótima, é de facto a melhor, bom então o estudo dar-lhe-á com certeza razão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Rodrigues, devo dizer-lhe que a ignorância é atrevida e vou explicar-lhe qual é a grande diferença.

Primeiro: sabe o que é que estava a fazer o Ministro Pires de Lima? O Ministro Pires de Lima, foi o único Ministro da República que se disponibilizou para pagar as obrigações de serviço público de um modelo de transportes que os senhores toda a vida disseram que ia prejudicar todos os açorianos, se se mexesse no modelo de transporte aéreo que ia ser a desgraça dos açorianos, mas depois Vitor Fraga já vinha dizer que é que tinha estado a trabalhar uma vida inteira para fazer aquele novo modelo de transporte de passageiros. portanto, o Ministro Pires de Lima, sabe o que é que fez? Trouxe os turistas para os Açores, que os senhores agora tanto gabam!

Mas vou dizer-lhe, sabe qual é a diferença ...

(Diálogo dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

A Oradora: Eu estou respondendo à pergunta do Sr. Deputado, que foi o Pires de Lima. Se queria que ele tivesse apontado as armas à bancada do PSD, tivesse dado instruções. Está a perceber, senhor líder da bancada? Eu estou só a responder.

Eu já expliquei aqui, mas volto a dizer: a grande diferença entre o transporte de passageiros e o transporte de mercadoria, é que o transporte de mercadoria

estamos a falar de economia; no caso do transporte de passageiros, e porque apesar de sermos açorianos, também somos portugueses, a República dá um subsídio de mobilidade para que todos os portugueses não fiquem isolados e façam uma coesão territorial, portanto é nesse sentido que a República paga o transporte de passageiros, mas não pode estar a pagar o transporte de mercadorias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aprendam!

A Oradora: Nesse sentido, é que o Governo Regional não quer mexer neste modelo porque está a obrigar os empresários a pagar pelo frete de preço único, aquilo que todos os senhores sabem o que é, que é o chamado transporte social que foi explicado em várias audições, nas quais o Sr. Deputado estava presente. Portanto, o Sr. Deputado também perguntou o que é que mudou, ou não mudou nada, aliás, afirmou. Não mudou nada, desde a primeira vez que o CDS apresentou esta iniciativa para agora e, portanto, a bancada do PS mantém-se igual.

Sabe o que é que mudou, Sr. Deputado? Mudou, que nesta nova legislatura, o Governo Regional no seu Programa de Governo, reconhece a necessidade de mexer no transporte marítimo de mercadorias e diz, e cito: “Em relação ao transporte marítimo de mercadorias, o Governo reconhece a necessidade e irá fazer a diminuição dos custos globais do transporte marítimo de mercadorias”. Portanto, pergunto-lhe, Sra. Secretária: mantendo o mesmo modelo, como é que o Governo vai diminuir o custo de transportes, e quando?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há um aspeto que tem marcado este debate, não só agora ...

(Diálogo entre a Deputada Graça Silveira e o Secretário Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: Há um aspeto que tem marcado este debate, não só agora, mas também em sede de Comissão e logo e início, quando foram apresentadas diligencias, o Grupo Parlamentar do PSD. Penso que o Grupo Parlamentar do CDS, entre as várias diligencias apresentaram indicação da audição de especialistas na área dos transportes e inaceitável e incompreensivelmente essas propostas não foram aceites pela maioria.

Portanto, é uma matéria que estranhámos, porquanto em sede de Comissão não vem mal nenhum ao mundo e é enriquecedor para cada um dos elementos da Comissão que se possa ouvir a opinião de especialistas nessa matéria, aceitaram as propostas e também apresentaram, da audição das câmaras de comércio, dos operadores.

Mas não deixa de ser lamentável que a Comissão não tenha tido a oportunidade de ouvir especialistas, eram 3 ou 4, nem por escrito foi aceite a proposta.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Bem lembrado!

O Orador: Por outro lado, a Sra. Secretária tem conhecimento, tem no Programa do Governo, portanto há o reconhecimento de que há necessidade de baixar os preços, mas nesses dois anos não há qualquer medida, não há qualquer iniciativa do Governo.

Mas a questão que nos preocupa verdadeiramente é como é que quem tem a responsabilidade da decisão é perfeitamente autista, relativamente àquilo que as câmaras de comércio dizem.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Autista!!

O Orador: Cito aqui, em matéria de preço, as declarações e as audições do Sr. Presidente da Câmara de Comércio de Angra, que diz que: “O novo modelo de transportes, ou aquele que seria necessário, deve assentar em três pressupostos: ser mais rápido, ter um preço reduzido e ter mais frequência”.

Disse também o Presidente da Câmara de Comércio de Ponta Delgada: “Entendo que atualmente as mercadorias chegam mais caras e saem mais caras dos Açores, motivo pelo qual este modelo não serve”. Acrescentou que “é fundamental estudar o melhor modelo possível para as empresas e para os açorianos, que seja mais barato e eficiente”.

A Sra. Secretária fez-se acompanhar, na audição da Comissão, pelo Sr. Administrador da Portos dos Açores, que apresentou os dados relativamente aos custos do transporte para a Madeira, comparando aquilo que era o custo para os Açores e o custo para a Madeira, deduzindo-se que nós eventualmente teríamos um preço até mais competitivo face à distância.

Ou seja, há aqui visões diferentes, quer da Portos dos Açores, que foi quem a acompanhou, há a visão diferente das câmaras de comércio e, portanto, eu não vejo, qual é a dificuldade em que haja a necessidade de tirar a limpo essa questão. Essa questão tira-se a limpo estudando várias alternativas que não passam necessariamente pelo Governo e aí já está dinheiro para compensar as ilhas que eventualmente tenham custos mais caros.

Portanto, estudar o modelo, estudar as alternativas, até se poderia chegar à conclusão de que esse era o melhor modelo, agora não faz sentido nenhum que não se faça um estudo, que não se aprofunde essa matéria. Isso é que nós não aceitamos e eu pessoalmente acho que a Sra. Secretária, que está há uma ano em funções, em que a pasta dos transportes em concreto é aquela que deve ocupar a maior do seu tempo e das suas preocupações, porque a pasta das obras públicas, infelizmente, representa pouco do ponto de vista financeiro, naquilo que é a sua margem de liberdade tem 30 milhões para gastar num ano, é pouco,

não chega, não chega para o trabalho de um Secretário, portanto a questão dos transportes, o planeamento, a procura de novos modelos é essencial e portanto quem chegou de novo e que ainda está fresco, acho que teria todo o interesse, até pela afirmação da suas funções, em procurar alternativas que respondessem áquilo que são no mínimo, preocupações de setores fundamentais da nossa economia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, eu não falo em nome de ninguém que não sejam os açorianos todos, sem exceção.

Não notei em qualquer intervenção das diversas entidades que foram ouvidas no âmbito da Comissão Permanente de Economia, se bem que não tenha estado presente, mas não resulta de qualquer ponto do relatório que tenham falado em nome de alguém com ou sem mandato.

Portanto, lamento imenso, mas não partilho da sua opinião nesse aspeto.

Em segundo lugar e ao contrário do que a Sra. Deputada referiu, eu não gero, nem falei em nenhuma controvérsia.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Disse que era muito controverso!

A Oradora: Eu falei em diferentes opiniões das pessoas das diversas entidades que foram ouvidas.

Quem está a gerar controvérsia neste tema é a senhora, pondo as ilhas de maior dimensão, contra as ilhas de menor dimensão.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: A questão das obrigações de serviço público, há obrigações de serviço público não subsidiadas e estamos a operar num mercado que está liberalizado, que Portugal foi obrigado a liberalizar, na sequência de uma queixa à Comissão Europeia, portanto qualquer outro modelo que tentamos implementar que não seja obrigações de serviço público que implicam obrigações de frequências e de tempos, ou seja, nomeadamente a subsidiação que a Sra. Deputada defende, teria que ter por base uma justificação muito bem fundamentada de que neste momento não está garantido o regular abastecimento dos mercados das ilhas.

Portanto, no meu entender e em termos legais, entendo-o tremendamente difícil, fora os outros argumentos que foram aqui aduzidos pela bancada parlamentar do PS.

Por último e em relação aos custos, deve-se recordar a Sra. Deputada que o Sr. Eng.º João Vargas que me acompanhou na audição da Comissão Permanente de Economia e que é administrador da Portos dos Açores, referiu que as taxas portuárias representam 1% em média do custo do frete ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não quiseram foi ouvir os outros!

A Oradora: ... e que existem ilhas inclusivamente em relação a armadores mais pequenos em que nem isso pagam ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não pode ser! As taxas não podem ser as mesmas para todos!

A Oradora: ... e ainda os subsidiozinhos que a Sra. Deputada refere, eu dir-lhe-ia só um a título de exemplo: o estipulado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2016/A que compensa em 90% o custo de envio de transporte de mercadorias para fora da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, devo dizer-lhe que eu não defendo subsídio, nem coisa nenhuma.

Deputado André Bradford (PS): Isso é que é meter água!

A Oradora: Eu vou ler-lhe o ponto resolutivo da iniciativa do CDS é, e passo a ler: “Realize um estudo de viabilidade económica de diferentes modelos de transporte marítimo de mercadorias, que contemple o transporte do continente para os Açores e interilhas (ponto)”.

Inclusivamente já tive oportunidade de esclarecer o Deputado do BE, Paulo Mendes, de que obviamente, comparativamente, todos os modelos que se estudem será sempre em relação ao referencial do atual.

Portanto, se o Governo tem a certeza absoluta, com a convicção da bancada da maioria musculado do PS que o suporta, que isto é a melhor maravilha do mundo, qual é o problema de realizar o estudo para que não restem dúvidas a

ninguém de que efetivamente o Governo está a fazer a melhor escolha para os açorianos, mantendo o atual modelo?

Até se calhar nesse estudo poderia vir alguma luz de que como é que mantendo o mesmo modelo o Governo pode cumprir a promessa que fez aos açorianos de que iria reduzir o custo do transporte de mercadorias na Região que prometeu, já passaram dois anos de governação e ainda não cumpriu.

Mas devo dizer, para que não fiquem dúvidas, que nós duvidamos que o Governo queira saber o resultado desse estudo, porque em sede de Comissão o facto da bancada socialista chumbar a audição a especialistas, que foram colocados para vir a audição, pessoas que não vão fazer uma análise política, que vão fazer uma análise meramente técnica, numa análise isenta sobre transportes de mercadorias que não vai ser uma audição de opinião, mas de avaliação e o PS não quis ouvir, já diz muito daquilo que o Governo achava desta iniciativa do CDS, que é a Sra. Deputada se quer um estudo faça-o.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto Sra. Deputada Graça Silveira, não sei se a minha ignorância é atrevida ou não, mas parece-me é que o Pires de Lima meteu água e a senhora também.

Eu devo dizer que a continuidade territorial também deve ser aplicada aos transportes marítimos caso, e agora a Sra. Deputada já explicou muito bem por que é que o Pires Lima não fez nada sobre este setor, é porque está liberalizado e não há condições, neste momento, regulamentares para que haja essa subsidiação.

Se o mercado funciona e é abastecido regularmente, através dos consumidores sendo pago pelos consumidores, não pode agora a Região e neste caso concreto

o Governo da República, ir à União Europeia e pedir que seja subsidiada (está aqui o Sr. Deputado Duarte Freitas e deve perceber disso ainda melhor do que eu).

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Depois de tantos elogios!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aguenta-te!

O Orador: Relativamente aos especialistas e as audições

De facto, aquilo que o CDS diz no seu Projeto de Resolução, é que existem vários especialistas nestas matérias, simpatias transversais que têm deixado publicas as suas opiniões, portanto, são públicas e publicadas todas essas opiniões.

O que o CDS podia também ter feito em vez de ter esta Resolução, de tal forma vaga, para tentar convencer as ilhas de menor dimensão e as ilhas de maior dimensão, podia ter dito preto no branco, eu quero que se analise e que se faça um estudo em que a opção A é o estudo do especialista tal, tal e tal, o nome desse especialista; a opção B, dizer o nome desse especialista ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso não existe! Um estudo feito pela pessoa A, um estudo feito pela pessoa B!

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: ... e aí nós com dados concretos, com as especificações para cada um dos objetivos desses mesmos estudos, o Governo então e o PS decidiam se fazia sentido ou não, haver esse mesmo estudo.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, o Sr. Deputado também referiu a conjugação de alguns pressupostos e de algumas opiniões que são contraditórias.

Referiu alguns conselhos de ilha que até votariam favoravelmente este estudo, mas garantindo a coesão territorial, o número de toques mínimos, a subsidiação através de todos os consumidores da Região e depois refere também, por outro lado, por exemplo o Mário Fortuna ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Mário Fortuna! Ele não andou consigo na escola!

O Orador: ... que defende que este modelo está esgotado porque obriga a que tenha que ser feitos os toques nessas mesmas ilhas que pedem a revisão do modelo.

Portanto, a gente tem que perceber que aquilo que aqui está em causa ...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do CDS-PP)

Presidente: Srs. Deputados ...

Sr. Deputado André Rodrigues, faça o favor de continuar.

O Orador: Posso continuar, Sra. Presidente?

Aquilo que consideramos é que deve haver e continuar a haver uma avaliação contínua deste modelo, uma monitorização permanente para que, de acordo com este quadro regulamentar, possam ser introduzidas melhorias, antes de colocarmos em causa um modelo que defende a coesão territorial, a regularidade de oferta, temos que esgotar todas as opções dentro deste quadro regulamentar e esse trabalho junto dos operadores e junto da economia, dá resultados como aquilo que a Sra. Secretária referiu, que é a introdução de mais uma rota, de mais um navio a fazer a ligação dos Açores ao exterior.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Rodrigues é redundante ter que transmitir o seguinte: todos os pareceres e todas as posições de qualquer Grupo Parlamentar sobre esta matéria, têm um traço um comum, é que todos defendem que qualquer alteração tem que garantir igualdade de preços para todas as ilhas, tem que garantir as mesmas ou a melhoria das frequências e a redução dos preços.

Portanto, ninguém, nenhuma entidade ouvida, nem nenhum Grupo Parlamentar podia defender aquilo que se insinuou, ou seja, é uma questão, é um dado consenso, essas são as preocupações de todos aqueles que se pronunciaram e que estamos todos de acordo.

Ninguém defende o agravamento das condições do serviço, ninguém defende que os preços devam aumentar, nem ninguém defende que a regularidade deva ser pior.

Portanto, essa é uma questão central e é bom em termos de Região que todos partilhem essa opinião.

Mas eu terminava questionando a Sra. Secretária, se efetivamente a sua convicção é que não há alternativa, não há oportunidade de redução dos preços, ao contrário do que dizem várias entidades ou vários representantes de empresários aqui nas audições realizadas.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Peço desculpa, Sr. Deputado António Vasco, não tinha percebido que era essa a sua pergunta, eu só retive que estava a fazer uma defesa intransigente e cega

deste modelo e qualquer coisa acerca da doença do autismo, que eu não percebi se me foi dirigida.

Mas ainda assim dir-lhe-ia: se tiver prestado atenção àquilo que eu disse, ouviu certamente que eu referi aqui que havia espaço para melhorar este modelo e aliás é isso que consta do Programa do Governo, é otimizar um modelo existente.

Nesse sentido também disse que achava que antes de se partir, quando se trabalha nessa otimização e antes de se partir para quaisquer outros estudos de outros modelos, deverá reunir-se unanimidade, muito dificilmente, mas algum consenso entre os intervenientes do modelo ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e só estabelecidos esses consensos, estão estabelecidos os pressupostos que devem presidir à sua reavaliação, à sua alteração e eventualmente à mudança do modelo.

Muito obrigada.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, mesmo alguém que concorde com aquilo que diz e é defensável, mas ao menos diga: o Governo tem dois anos de mandato, que medidas tomou nesse sentido?

Para os dois anos que faltam o que é que são os seus planos relativamente a esses objetivos de melhoria de modelo e de redução de preço?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*):

Muito brevemente Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu aprecio a sua capacidade de ignorar a comunicação que eu fiz a este Parlamento, da entrada de um novo navio. Essa é uma possibilidade de melhoria e resulta claramente de bastante diálogo que tem havido com os intervenientes.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, acabou de dizer que não quer estudar nada enquanto não otimizar o atual modelo.

Eu gostava de saber como é que nós conseguimos otimizar uma coisa, sem avaliar aquilo que temos, mas o Governo realmente é especialista nisso.

De qualquer maneira se vai otimizar quais são as melhorias, na sua opinião que devem ser introduzidas? Quais são os tais pressupostos que têm que ser avaliados e já agora disse que o Deputado António Vasco Neto Viveiros, tinha acabado de ignorar o anúncio que fez do início da operação do novo navio.

Pergunto-lhe: esse navio é do Governo Regional? Eu acho que é da mutualista.

Acabou e dizer há pouco que nunca falou pelos operadores, acabou agora de falar pelos operadores a dizer que o navio da Mutualista ou da Transisular, ou de uma delas qualquer, vai começar a operar na Região.

É do Governo o navio, Sra. Secretária?

Muito obrigada.

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Ávila, tem agora a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu fui buscar um documento que consultei, é uma reflexão sobre o transporte marítimo regular de mercadorias nos Açores, foi escrito pelo Comandante Lizuarte Machado ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... e é uma pessoa que é muito considerada nesta Casa e foi sempre chamado para discutir estes assuntos, quando nós estávamos a tratar de transportes.

Ele estudou vários cenários e um deles tem a ver com o mercado, com a linha regular, sem obrigações de serviço público e estudou outra que tinha a ver com o contrato de prestação de serviço público.

Nestes dois cenários, no primeiro cenário que eu falei, sem obrigações de serviço público, o serviço ficaria sempre muito mais caro do que o atual modelo.

No outro, com um contrato de serviço público, há de facto duas situações que ficam mais baratas que o atual modelo, mas de qualquer maneira não liberta fundos para depois apoiar, digamos, o transporte inter ilhas, por isso ele, em

jeito de conclusão, traça aqui duas questões que eu aconselhava os senhores a lerem.

Passando em retrospectiva as últimas décadas pode-se concluir que se dinamizou a concorrência para melhorar o sistema e baixar o custo no consumidor final.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os senhores é que chumbaram a ida dele à comissão!

O Orador: O resultado foi o desenvolvimento de um sistema de transporte equilibrado e sem provocar ruturas. Para a economia regional o valor acrescentado gerado é largamente positivo e o índice de preços ao consumidor teve o seu rumo macro-económico normal e conclui – esta aqui também é importante, diz assim – “como todos os cuidados são poucos sugiro vivamente que qualquer alteração ao atual modelo de abastecimento direto e fretes iguais para todas as ilhas, seja seriamente ponderado”.

Pronto, eu acho que isto é um conselho sábio!

Voltando à questão dos senhores empresários, queria perguntar Sra. Deputada Graça Silveira, desde 1995 a 2017, o frete Continente/Açores, baixou quase 20% e o Açores/Continente baixou quase 55%.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): De ano para que ano?

O Orador: De 95 a 2017!

Eu queria dizer-lhe que quando a senhora diz que os custos não baixaram, não é verdade! Em 2016 baixou relativamente a 2015, também!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quanto? Dois cêntimos?

O Orador: Portanto, não é verdade o que a senhora disse! Eu queria perguntar à senhora, que me dissesse um produto que nas prateleiras dos supermercados tenha ficado mais barato devido à descida de 20% no custo dos transportes? Nenhum!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Dois cêntimos?

O Orador: A senhora sabe qual é o problema de um cenário sem obrigações de serviço público? A senhora sabe qual é o problema? Num cenário sem obrigações de serviço público vai acontecer o seguinte: os armadores deixariam de praticar preços iguais para todas as ilhas, isto é o primeiro perigo que nós tínhamos:

Outro: o mercado tinha que se dividir em três segmentos:

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor também é especialista!

O Orador: Outro ainda: os armadores passariam a escalar apenas as ilhas que quisessem ter algum lucro com elas e deixavam a outras da mão e o problema é esse e nós não queremos passar por isso.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para fazer chegar à Mesa este artigo científico de uma pessoa que tem doutoramento em transporte marítimo de mercadorias, que é o Dr. Luís Machado da Luz, assessor do Gabinete de Planos Estratégicos de Estudos da Portos dos Açores, que foi chumbado em sede de Comissão, ninguém o quis ouvir.

Não é uma pessoa que tenha opinião sobre o assunto, nem publicação.

Estudos científicos e da Portos dos Açores que serve para estar no gabinete e foi chumbado.

Vou fazer chegar à Mesa para distribuir por todas as bancadas.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Depois de chegar à Mesa será então distribuído.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-me sinceramente que aqui a grande dificuldade que o Grupo Parlamentar do CDS tem em convencer a maioria do PS reside essencialmente na exposição de motivos e não tanto no objetivo resolutivo, porque se assentarmos a nossa análise unicamente no objeto resolutivo, a mim, e creio que a maior parte dos Srs. e Sras. Deputadas, de certeza que há aqui abertura suficiente para uma análise comparativa que permita chegar a uma conclusão que terá de beneficiar todos os açorianos e açorianas.

Agora, o problema do CDS-PP, e pela voz da Sra. Deputada Graça Silveira, parece que pela exposição de motivos não é necessário nenhum estudo porque o próprio CDS-PP parece que já chegou a uma conclusão. O problema se calhar é esse!

Se o CDS-PP revelasse maior abertura na exposição de motivos, se calhar, arrisco eu, a maioria parlamentar do PS iria viabilizar este Projeto de Resolução.

Ora, nós BE não vamos votar exposições de motivos, vamos votar objeto resolutivo.

Deputado André Bradford (PS): Então não façam! Faça só os pontos resolutivos!

O Orador: Além disso a Sra. Deputada Graça Silveira, na sua segunda intervenção, não a intervenção de tribuna, mas da sua segunda intervenção e quando me esclareceu acerca das suas intenções ou das intenções do CDS-PP, afirmou, ou melhor, reafirmou que este estudo teria de ser meramente técnico e

que a parte política deveria unicamente competir a definição do financiamento do modelo. Certo?

O financiamento do modelo poder-se-á dar essencialmente por duas vias: ou por subsidiação cruzada, tal e qual como existe neste momento, ou através do pagamento de uma compensação.

Eu não vou discutir agora qual o melhor modelo de financiamento.

Deputado André Bradford (PS): O problema é esse, é que ninguém vai discutir o modelo!

O Orador: O que eu vou discutir aqui é a necessidade de neste estudo nós termos não somente aspetos técnicos, mas condições políticas que deverão condicionar o transporte marítimo de mercadorias para os Açores e dos Açores. Essas condições eu tive ocasião de mencioná-las na minha intervenção inicial, porque são essenciais, sem isso poderemos em vez de estar a beneficiar todos os açorianos e açorianas, poderemos às tantas estar a prejudicar muitos açorianos e açorianas, até porque se o estudo for meramente técnico, eu penso que não há grandes dúvidas sobre qual será o resultado e o resultado será, de certeza, a concentração do transporte de mercadorias do continente para os Açores num único ponto, que não é a Terceira, que não é o Faial, será S. Miguel, e eu não acho isso bem ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem, Paulo!

O Orador: ... porque eu, e o BE, não defendemos o modelo centralizador de desenvolvimento económico dos Açores e creio que também o CDS não o defende. Eu não o faria!

Mas mais uma vez sublinho que nós só poderemos votar a favor deste Projeto de Resolução, porque o seu objeto resolutivo tem abertura mais do que suficiente para testarmos e compararmos os vários modelos.

Mais, penso que foi a Câmara de Comércio de Angra, não sei se foi no âmbito desta iniciativa, se foi no âmbito desta mesma iniciativa, mas na Legislatura

anterior, que mencionou a possibilidade deste estudo ser feito através de uma simulação.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu?! Quem falou nisso foi o Sandro Paim!

O Orador: Eu disse que foi a Câmara de Comércio, não disse que foi a Sra. Deputada Graça Silveira.

Nós concordamos com essa simulação, ou melhor, se essa simulação for possível adicionar as tais condições que nós consideramos essenciais para garantir a coesão territorial e social da Região, porque esses são pressupostos dos quais ninguém nesta Casa quer de certeza prescindir.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila só para lhe dizer que acho muito interessante que tenha trazido hoje aqui esse estudo do ex-Deputado Socialista, Lizuarte Machado, quando há dois anos atrás o senhor votou contra ele ser ouvido em sede de Comissão porque não era nenhum especialista na matéria.

Deputado José Ávila (PS): Isso é grave! A senhora vai ter de provar isso!

A Oradora: Já agora gostava de saber ...

Sim senhor! Disseram: “Esses senhores escrevem para o jornal, não há prova nenhuma que sejam especialistas na matéria!”.

Mais, gostava de saber por que é que o Sr. Deputado também não vem ler aqui o parecer que o Sr. Deputado Lizuarte Machado deu sobre o porto do Madalena, sobre a aquisição dos novos barcos, já que ele é um especialista em termos de

portos, por que é que o Governo Regional não acatou as opiniões do Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, somos amigos já há algum tempo, acho que podemos considerar assim, temos trabalhado juntos em vários projetos, a Sra. Deputada quanto a mim, infelizmente vai sair, eu lamento que saia porque vai fazer falta nesta Casa, mas por favor não ponha na minha boca aquilo que eu não disse.

Eu nunca disse que o Sr. Deputado Lizuarte Machado não era especialista sobre esta matéria. Isso é completamente falso e espero que a senhora se retrate aqui, que é o lugar certo para isso acontecer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer-lhe, em abono da justiça, que não sei se foi o senhor, mas foi a sua bancada.

Digo que foi o Deputado José Ávila que era o responsável na altura, sempre que eram assuntos de transporte marítimo, ficava ao encargo do Deputado José Ávila.

Na altura, vocês os coordenadores (até pode ter sido o Deputado Miguel Costa, não sei), mas na altura não consigo precisar, quando foi proposto esse nome, o argumento da bancada do PS, ou pela sua pessoa, ou pela bancada no geral, o

argumento que foi feito foi: “Esses senhores não são especialistas, esses senhores publicam umas coisas sobre a matéria, quem é que garante que eles são especialistas, portanto, não precisamos de ouvi-los, desta vez!”.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

A Oradora: Por isso, tive o cuidado de escolher uma pessoa com idoneidade na matéria, com doutoramento na matéria, independente de qualquer cor política, que não se pronuncia sobre o assunto nos jornais, mas sim em artigos científicos publicados com rigor sobre a avaliação de modelos de transporte marítimo, o qual os senhores também chumbaram.

Portanto, peço imensa desculpa, Sr. Deputado Paulo Mendes, mas a bancada do PS não aprova esta iniciativa do CDS, não é por falta de abertura, inclusivamente já o disse, se o melhor modelo for o atual com alterações, para o CDS não tem problema nenhum, queremos avaliar um modelo que tem 20 anos, que todos os empresários reclamam sobre o modelo e o Governo e a maioria musculada que o suporta não quer mexer no modelo e isso diz muito deste Governo.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não, Sra. Deputada, eu não era para falar, mas a Sra. Deputada fez uma menção a um tempo passado, em que eu era Presidente de Comissão e salientou o facto do PS ter recusado a audição do Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai-se retratar!

O Orador: As razões pelas quais o PS chumbou então essa audição são duas: a primeira porque era um Deputado desta Casa que estava no ativo, com a possibilidade ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E o Eng. Ribeiro Pinto?

O Orador: Oh, Sra. Deputada, teve a sua oportunidade de exprimir a sua posição, deixe-me pelo menos tentar dizer a minha.

Deputado André Bradford (PS): E exprimiui bastante!

O Orador: O Sr. Deputado Lizuarte Machado era um Deputado que estava no ativo, tinha inclusive a possibilidade se quisesse, facultada pelo Regimento desta Casa, de estar presente na Comissão, sem qualquer tipo de requerimento.

Segunda questão: o Sr. Deputado Lizuarte Machado, tinha estudos feitos e realizados sobre esta matéria, que bastaria uma consulta ou uma avocação da parte da Comissão, nomeadamente se fosse necessário do CDS, para estudarmos o que é que tinha sido dito e escrito sobre a questão do modelo de transportes.

Portanto, na altura, não se afigurou como necessário, acrescentar uma audição presencial, ou até por escrito do Sr. Deputado. Foi essa a questão!

A senhora está a tentar derivar para algo que na prática, até agora nesta câmara, não conseguiu justificar.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Nós temos um bom modelo, um modelo equitativo que não discrimina os grandes nem as ilhas pequenas, que redistribui o esforço para todos ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas nós não queremos isso!

O Orador: ... e a consequência do que a senhora acaba por pedir é mais uma vez pedir um esforço público, no sentido de baixar custos para empresários, que na prática já têm apoios por outros meios.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: Sra. Deputada, não me parece fazer sentido. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

Eu não vou eternizar esta discussão.

Só para lhe dizer, Sr. Deputado Francisco César, na altura foram três especialistas: o Deputado Lizuarte Machado, o Eng.º José Ribeiro Pinto e a Dra. Domitília Freitas. Três especialistas que o CDS propôs.

O argumento da bancada do PS na altura, é que não havia prova que fossem especialistas. Estes senhores são especialistas porquê, agora cá! Portanto chumbaram, não foi pelo Deputado Lizuarte Machado estar no exercício de funções enquanto Deputado, porque na altura se alguém me pedisse parecer pelas minhas competências técnicas e não como Deputada, eu podia perfeitamente as dar!

Deputado André Bradford (PS): Não faz sentido!

A Oradora: Portanto, isso não é desculpa e o senhor também sabe que isso não é desculpa. Não vale a pena! E não vale a pena vir a jogo, tentar dizer que aquilo que o CDS quer com um estudo comparativo de diferentes modelos, é prejudicar as ilhas mais pequenas, é errado é falso, nunca o dissemos!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então votar este Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 16 a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós votamos a favor, já tínhamos justificado muitas das vantagens, mas sobretudo seria a oportunidade de que nos transportes marítimos de mercadorias não se cometesse o mesmo erro histórico que se cometeu durante dez anos, relativamente ao transporte aéreo de passageiros.

Portanto, aquilo que neste momento se trava, não dando seguimento a uma Resolução que prometia o início de um estudo, significa infelizmente que daqui a três, quatro ou cinco anos, vamos todos ou alguém terá responsabilidades e terá arrependido de não ter iniciado agora, aquilo que é uma fatalidade que era alterar o atual modelo em encontrar novas alternativas que trouxessem benefício à economia dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Penso que está tudo dito, acho que o debate foi esclarecedor, o Governo continua em insistir em não criar condições para que o investimento na Região seja apelativo para que as empresas e os empresários na Região, possam ser competitivos naquilo que produzem.

Portanto, o discurso de que nós queremos que se produza melhor nos Açores, que nós vamos exportar, como é que nós vamos exportar?

Como é que nós vamos pedir aos nossos empresários que façam o esforço em se tornarem os melhores e continuar a penalizá-los com custos de transporte que são perfeitamente insuportáveis.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado André Rodrigues para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS votou contra este Projeto de Resolução pelas razões que já foram enumeradas, mas essencialmente pelas generalidades e pela pouca concretização do mesmo.

Referir que foi amplamente debatido este Projeto de Resolução, foram mais de dez audições presenciais; mais de 43 pareceres pedidos por escrito e a questão dos especialistas, como se viu, está publicada e todos os trabalhos que fizeram o seu trabalho tiveram acesso à opinião e aos estudos feitos por esses mesmos especialistas.

Ficou também aqui comprovado que o PS votou contra este Projeto de Resolução, porque é a favor do atual modelo, do quadro regulamentar atual, que garante o abastecimento regular de todas as nossas nove ilhas, com preço igual para todas, que garante a regularidade e a fiabilidade da sua operação.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais declarações de voto.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 12 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 92/XI – “Recomenda ao Governo Regional a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na verdade, assim é. O nosso Projeto de Resolução recomenda ao Governo Regional a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente.

Mas antes de entrarmos propriamente no seu conteúdo importa relembrar a esta câmara o trajeto que esta iniciativa, este projeto de Resolução fez.

Ele foi entregue nesta Casa no dia 18 de abril deste ano (abril) e foi pedido a esta Casa que considerasse a sua urgência dada, digamos, a matéria em apreço, a sua urgência e que, portanto, não fosse a Comissão, não fosse analisada em sede de Comissão e que os Deputados e Deputadas das várias bancadas parlamentares se pronunciassem sobre a sua justeza, ou não.

Entendeu o PS reprovar essa urgência com a justificação de que era necessária uma maturação, ouvir, refletir, para chegar a bom porto.

Peço imensa desculpa, Sras. e Srs. Deputados, mas isto não é verdade.

Não foi para refletir porque a reflexão está feita há muito tempo e foi durante esta sessão que começou na terça-feira de manhã, repetida, vezes sem conta, pelo PS e pelo Governo Regional.

Portanto, quando o BE, na sua Resolução diz e recomenda ao Governo, que proceda à contagem integral do tempo de serviço do pessoal docente para efeitos de progressão na carreira e correspondente valorização remuneratória e inicie com esse fim e no prazo de 60 dias (60 dias a contar de abril) um processo negocial com os sindicatos que representam os docentes, percebemos agora bem que esta resolução não foi aprovada, não foi por falta de reflexão porque aqui foi dito e redito anteontem que o Governo desde novembro sabe que não vai fazer coisíssima nenhuma sobre esta matéria na Região Autónoma dos Açores, porque está à espera da resolução que no continente o Governo da República tomar para os seus docentes.

Portanto, reprovar com o pretexto de que precisava de reflexão e de maturação é falso! Foi reprovado para ficar a marinar e assim continuaria, não fora o prazo que a Mesa deu à Comissão para relatar, fazer o relatório desta iniciativa que, exatamente, terminou no dia 23 de maio e este projeto, esta iniciativa só está aqui e não ainda na Comissão porque o BE usou a figura do potestativo, exatamente porque o prazo de 26 de maio já lá vai há muito tempo.

Feita a história, Sras. e Srs. Deputados, dizer o seguinte: os considerandos, digamos, a justificação para esta iniciativa do BE, é absolutamente inútil estar a repeti-lo porque nós falámos nesta matéria, debatemos esta matéria, discutimos esta matéria já nesta Casa e já durante este período iniciado na terça feira, de manhã.

A razão é: os direitos, a justiça, a decência e um princípio que até uma criança de 5 ou 6 anos é capaz de compreender.

Trabalho feito, tem que ser trabalho contado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Sete anos de dedicação à escola pública de milhares de professores desta Região, têm que servir para a sua progressão e têm que servir para serem contados como serviço prestado.

Os professores não andaram a brincar, os professores não tiveram congelados, o trabalho deles não esteve congelado, a sua relação com os seus alunos não esteve congelada, as obrigações e os deveres não estiveram congelados, o tempo não pode estar congelado, sobretudo numa Região que tem toda a competência constitucional e estatutária para o descongelar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: Portanto, ele só não é descongelado porque não há vontade política para fazê-lo.

Mas é bom que isso seja dito com clareza para todos nós e também a sociedade açoriana perceber o que é que está em causa e perceber exatamente por que é que o PS se recusa a aprovar e a concordar com esta iniciativa e o Governo Regional também.

Aproveitaria ainda, nesta minha primeira intervenção para fazer justiça a um documento que antontem foi entregue aos Deputados e às Deputadas desta Casa, a todos os Grupos e Representações Parlamentares, dirigido à Presidente desta Assembleia e que dá bem conta que não é o BE, não são os argumentos do BE, são os argumentos dos professores e das professoras e eu vou ler esse documento porque ele é cristalino na sua capacidade de explicar aquilo que já não é possível explicar de outra maneira e diz assim: “Considerando que ficou aprovado no Orçamento de Estado para 2018 o descongelamento da progressão nas carreiras da administração pública e a recuperação do tempo de serviço e respetiva valorização remuneratória;

Considerando que a Região Autónoma dos Açores dispõe de autonomia administrativa com competência em matéria de educação existindo um estatuto de pessoal docente da educação pré escolar e dos ensinos básico e secundário regional, que permite ao Governo Regional dos Açores definir de que forma se pode processar a recuperação do tempo de serviço prestado entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017, considerando que esta autonomia permite à

Assembleia Legislativa Regional e ao Governo Regional dos Açores, despoletar os mecanismos legislativos necessários, tendo em vista a recuperação e contabilização dos sete anos de serviço, sete anos de serviço, reivindicados pelos docentes, sem que se tenha de esperar pelo desfecho das negociações com o Governo da República, as quais lamentavelmente não têm fim à vista;

Considerando que à maioria dos restantes funcionários públicos já foi garantido o descongelamento das suas carreiras, bem como o início da recuperação do tempo de serviço congelado, entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017, continuando os docentes a aguardar negociações sucessivas entre o Governo da República e a plataforma sindical dos professores, quando a autonomia pode e deve ser exercida na Região;

Considerando que esta tremenda injustiça inviabiliza que muitos professores consigam, por muito boa avaliação que obtenham, alcançar o último índice remuneratório da carreira docente, sendo o mesmo índice do topo da carreira técnico superior da função pública, que estes últimos conseguirão alcançar porque terão, e bem, todo o tempo de serviço contabilizado para esse efeito;

Considerando que os professores não estão a pedir retroativos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem dinheiro eles pedem!

A Oradora: ... mas só e apenas a contagem integral do tempo de serviço prestado, de forma a que se faça justiça, respeitando, valorizando e dignificando a classe docente, fator determinante no direito à educação;

Considerando que a autonomia regional já foi anteriormente exercida, e bem, acrescento eu, pela Assembleia Legislativa Regional e pelo Governo Regional dos Açores em 2008, permitindo a recuperação do tempo de serviço em 30 de agosto de 2005 e 31 de dezembro de 2007;

Considerando que durante o período de 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017, independentemente do congelamento do tempo de serviço, os docentes exerceram sempre zelosamente os seus deveres profissionais e deram

cumprimento a todos os projetos que da Secretaria Regional da Educação e Cultura foram emanados, alcançando os resultados positivos que o Sr. Secretário Regional da Educação e o Sr. Presidente do Governo, tantas vezes se orgulham de apresentar publicamente;

Deputado André Bradford (PS): Não precisa de ler!

A Oradora: Faço questão, Sr. Deputado! Faço questão de ler, porque isto foi-nos entregue!

Considerando que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura. Prof. Dr. Avelino Menezes, reconheceu publicamente, no programa “Sem meias palavras”, do passado dia 20 de junho, e cito: “Nunca quis dizer que os professores constituem uma classe privilegiada no funcionalismo público, não constituem de maneira alguma, é efetivamente uma apreciação injusta (fim de citação)”.

Face ao exposto, os subscritores deste documento veem por este meio informar Vs. Exas., as Exas somos todos e todas nós, o Governo também incluindo e a Sra. Presidente da Assembleia, que a sua reivindicação não dá espaço para aceitar qualquer outra solução que não seja a contabilização de todo, sublinho, todo o tempo de serviço de cada um, exigindo que esta situação seja resolvida o mais rapidamente possível, em nome da autonomia porquanto a Assembleia Legislativa Regional e o Governo Regional, têm competências próprias para fazê-lo.

Importa igualmente referir que os docentes por estarem cientes das implicações orçamentais que esta justa reposição acarretará, sempre afirmaram e continuam a afirmar que aceitam que a contabilização total do tempo de serviço seja gradual e dissolvida nos próximos anos, nos termos a negociar.

Contudo, os docentes continuam dispostos a manter esta luta, a luta que neste momento ainda continua a ser travada, nomeadamente com greve e com

manifestações, exigindo o cumprimento da autonomia até que as suas reivindicações sejam atendidas.

Finalmente, solicitam a Vs. Exas. que somos todos e todas nós, uma intervenção assertiva, no exercício da autonomia regional para que a tal reposição do tempo de serviço dos docentes seja tida em consideração e regularizada com a máxima celeridade.

Assertiva, Sras. e Srs. Deputados, é a iniciativa legislativa do BE.

Assertiva pode ser a intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, dizendo aquilo que todos e todas esperamos que diga: “Sim, o Governo Regional dos Açores, reconhece os sete anos, reconhece (se reconhece tem que os pagar) ...

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: Não! Os senhores têm dito tudo menos isso. Nem sequer dizem isso no documento que entregaram com urgência, nem é isso que lá está na vossa iniciativa

(Aparte inaudível)

A Oradora: Não é, não! Lá chegaremos!

Continuo, para ser assertivo o Sr. Secretário Regional tem oportunidade de dizer se o Governo Regional dos Açores reconhece que os professores desta Região, trabalharam durante sete anos congelados, mas que agora nós vamos fazer-lhes justiça e vamos descongelar.

E agora como é que os ressarcimos desse descongelamento? Vamo-nos sentar, está aqui a prova dessa disponibilidade, vamos nos sentar e vamos decidir como

é que é. Três anos, quatro anos, cinco anos, os representantes dos professores têm toda a legitimidade para negociar com o Governo o modo e o prazo.

Há uma coisa, para que ninguém numa Região Autónoma tenha legitimidade, é para recusar a autonomia que tem, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... por medo ou por falta de dinheiro e esconder-se atrás do continente e da República.

Vozes dos Deputados da bancada do BE e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do BE e PPM)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Maria João Carreira, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A 18 de abril de 2018, deu entrada nesta Assembleia, como a Sra. Deputada Zuraida Soares já o referiu, com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, o presente Projeto de Resolução, que recomenda ao Governo Regional, que proceda à contagem integral do tempo de serviço do pessoal docente para efeitos de progressão na carreira e correspondente valorização remuneratória e que inicie com esse fim e no prazo de 60 dias um processo negocial com os sindicatos que representam os docentes.

O Grupo Parlamentar do PSD, por entender ser um assunto sério e premente, votou favoravelmente a urgência e dispensa de exame em Comissão, na expectativa de que o partido que suporta o Governo Regional, também fosse capaz de conhecer que a situação dos docentes não devia permanecer em Comissão e aguardar pela solução nacional a ser aplicada na Região perpetuando-se assim uma situação de injustiça.

A verdade é que assim não entendeu a bancada do PS.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A educação é uma prioridade e todas as decisões tomadas não podem ser encaradas de ânimo leve. Aí está a diferença.

Para o Grupo Parlamentar do PSD, a educação tem de ser uma prioridade, mobilizando todos os açorianos: docentes, pais, famílias e governantes.

Há que definir um rumo que conduza uma melhor educação.

Em primeiro lugar, Sras. e Srs. Deputados, para ter uma educação de sucesso é necessário respeitarmos os profissionais que dedicam as suas vidas à formação dos jovens açorianos.

Os professores: cada professor pode mudar vidas.

Assim os professores não podem ser encarados como meros peões de uma cadeia de montagem, pelo contrário, têm que ser motivados para ser os agentes de uma mudança, que leve a sociedade açoriana ao desenvolvimento, ao progresso.

Valorizar a profissão docente significa dar margem de progressão aos professores, reconhecer e assumir que são e serão sempre e não apenas quando dá jeito, parceiros estratégicos no combate ao insucesso escolar.

Os professores são hoje o recurso mais importante das escolas, tal como refere o relatório recentemente divulgado da OCDE, *Effective Teacher Policies*.

Como pode afirmar o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, que os professores, passo a citar: “são os melhores parceiros do Governo, no combate ao insucesso e abandono escolar”, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): E são!

A Oradora: ... se assistindo a um desrespeito total por uma classe que é a base e o apoio na formação pessoal e profissional das nossas crianças e jovens.

Senão vejamos, vamos recordar aqui a bancada do PS: o início do ano de 2018 foi marcado pela manifestação dos professores da nossa Região, num pleno

exercício de um direito constitucional, reivindicando a recuperação do tempo integral para efeitos de progressão na carreira e respetivo posicionamento nos índices remuneratórios.

O Governo Regional o que é que fez? Ridicularizou a reivindicação dos docentes, resumindo um prolongamento de férias (estou a citar), numa afirmação que constitui um desrespeito não só pelo direito à greve, como também para com estes profissionais que se dedicam de corpo e alma ao ensino na Região.

Deputado Duarte Freitas (PS): Muito bem!

A Oradora: Estes últimos meses, em particular junho e julho, têm sido marcados pelas vozes de protesto dos professores e pelas greves às reuniões de avaliação dos alunos, manifestações estas que até têm merecido o apoio dos pais e dos alunos da nossa Região.

A comunidade educativa está unida numa onda de solidariedade para com os professores, uma realidade nunca antes presenciada.

Porém a postura assumida pelo Governo durante as greves dos professores, bem com pelo partido que a suporta, leva-nos a questionar sobre o estado de direito democrático que se vive nesta Região.

Os profissionais de educação reclamam recuperação integral do tempo de serviço prestado, de 1 de janeiro de 2011, a 31 de dezembro de 2017, para efeitos de progressão na carreira, tal como foi prometido. Promessa não cumprida.

Enquanto que os funcionários públicos assistiram ao descongelamento das suas carreiras, os professores continuam a aguardar pelo fim do processo negocial entre o Governo da República e os sindicatos.

Nos Açores, uma Região que goza a autonomia própria, com competência sobre a educação, em que existe um Estatuto do Pessoal Docente, próprio, assistimos a uma inércia por parte do Governo Regional.

Onde pairam os autonomistas de outrora?

Deputado André Bradford (PS): Sabe onde estão os autonomistas de outrora?

Na sua bancada!

A Oradora: Onde pairam os defensores da autonomia de sempre? Onde estão os Açores primeiro?

Infelizmente deparamo-nos com um Governo apático ...

(Aparte inaudível)

A Oradora: Por isso eu estou aqui, não me mantenho na inércia, Sr. Deputado! Infelizmente deparamo-nos com um Governo apático, sem rumo, sem vontade, aguardando orientações de Lisboa.

Perante uma autonomia que permite à Região tomar a dianteira neste processo, avançando com o devido processo de negociação, precisamente avançando com o devido processo para contabilização dos sete anos de serviço reivindicados pelos docentes, reivindicação legítima, considerada até justa pelo próprio partido e pelos Membros do Governo, o Governo Regional prefere esperar, esperar para ver o que a República manda fazer.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os professores estão cansados de esperar e precisamente porque se as dúvidas existissem, as mesmas dissiparam-se nos últimos dias, o Governo recusa-se a decidir, portanto, não está disponível para negociar com os sindicatos na Região.

O próprio líder do PSD Açores exortou o Presidente do Governo a dialogar com os professores, mas Vasco Cordeiro na resposta reiterou que iria aguardar por Lisboa.

Assim, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, não há fé que resista.

Já não é possível acreditar que o Governo Regional seja capaz de cumprir a recomendação do BE quando o mesmo reitera que se recusa a negociar.

Por isso entendemos que cabe a esta Assembleia chamar até si a correção desta situação.

Só nos resta uma alternativa, perante a inércia e a recusa do Governo Regional em reconhecer para efeitos de remuneração e de progressão na carreira o tempo de serviço prestado pelos docentes, deve esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, chamar até si a correção de uma decisão do Governo Regional dos Açores, que abala a confiança dos docentes da comunidade educativa, de um modo geral na nossa autonomia.

Por isso fica o desafio e o apelo, para que no âmbito das competências próprias, plasmadas no nosso Estatuto Política Administrativo, seja feita justiça através de iniciativa legislativa, proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD, de forma justa e razoável ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Vai chumbar a iniciativa do BE?

A Oradora: ... uma iniciativa legislativa, que basta aprovar que os docentes veem o seu tempo recuperado a partir de 1 de janeiro de 2019.

Faça-se justiça!

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Reconhecendo, Sra. Deputada Zuraida Soares, a total legitimidade Regimental deste agendamento potestativo, intervenho não para entrar na substância do diploma, mas por achar que é minha obrigação enquanto Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, prestar aqui alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar devo assumir que houve aqui um lapso da Comissão, que assumo inteiramente enquanto sua Presidente, por não ter pedido uma prorrogação do prazo para este e para outros diplomas em Comissão.

A verdade é que os trabalhos em Comissão vão decorrendo com normalidade, a Comissão de Assuntos Sociais trabalha muito, tem muitos diplomas a seu cuidado, todas as bancadas da Comissão de Assuntos Sociais trabalham muito.

Todos sabemos, sobretudo os Presidentes, meus congêneres aqui presentes, que os prazos previstos no Regimento são muito difíceis, senão mesmo impossíveis de cumprir, mas devo dizer com franqueza que não julguei que chegássemos a essa situação, uma vez que havia diligências em curso, embora naturalmente o lapso que já referi, vá ser corrigido doravante.

Em segundo lugar, devo dizer que este diploma, como também já foi aqui referido corretamente, entrou na Comissão sem caráter de urgência, portanto decorreria o processo legislativo comum, seguiu o seu curso normal em Comissão, em que na Comissão de Assuntos Sociais, creio que nas restantes procuramos em regra, salvo situações pontuais, seguir uma ordem cronológica porque para nós todos os assuntos em Comissão são importantes.

O BE tem conhecimento deste funcionamento até porque sem que haja disso, digamos, uma obrigação, sobretudo quando são proponentes têm conhecimento sempre das pré-agendas que são propostas aos vários partidos com assento em Comissão, com agrado registo, o que tem acontecido com frequência, o BE tem colocado vários diplomas na Comissão de Assuntos Sociais.

Quanto a este diploma tenho que esclarecer que quando o diploma baixa à Comissão de Assuntos Sociais havia nove diplomas em Comissão, para além dos diplomas que são emanados da Assembleia da República, como sabem, e do Conselho de Ministros.

As diligências foram deliberadas no dia 26 de abril e aprovadas por unanimidade.

Desde essa data a Comissão de Assuntos Sociais reuniu sete vezes.

Os sindicatos sobre este diploma foram ouvidos no dia 30 de maio, faltava como já referi uma diligência que era ouvir o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa não fazia falta!

A Oradora: Desde este dia 26 de abril, em que foram deliberadas estas diligências, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, foi quatro vezes à Comissão de Assuntos Sociais falar acerca de seis iniciativas diferentes, três do BE, e um era o requerimento de matéria muito conexa a esta, senão esta mesmo, todas estas iniciativas eram anteriores na sua data de entrada a este projeto de Resolução.

Este Projeto de Resolução seguiria naturalmente o seu curso e seria o próximo a ser tramitado, porque cronologicamente era exatamente o diploma que se seguia. No entanto o BE pretendeu, e reafirmo, legitimamente usar desta figura regimental.

Creio que o exercício de perceber o momento político de fazê-lo é fácil de compreender, no entanto tenho que rejeitar algumas das ilações que a Sra. Deputada tira do percurso deste diploma em Comissão e, portanto, cumpre-me prestar aqui esses esclarecimentos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CSD-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lembrar que relativamente a este Projeto de Resolução o CDS-PP, na altura, votou favoravelmente a urgência, apesar do primeiro parágrafo do preâmbulo não concordar com o mesmo, uma vez que é mencionado que foi o Governo do PSD/CDS que retirou aos portugueses, que congelou e retirou aos professores esta questão do congelamento do tempo, mas é preciso lembrar que o tempo foi congelado desde 1 de janeiro de 2011 e quem era primeiro Ministro, não era ninguém do CDS, nem do PSD, era o Sr. Eng. José Sócrates.

Portanto, não é de todo correto o que está aqui dito porque efetivamente todos nós sabemos que a continuidade deste congelamento deste tempo, deveu-se a um quadro de assistência financeira, em que o Governo teve de fazê-lo, face aos constrangimentos e à herança que teve desse Governo Socialista.

Mas mesmo assim, não compactuando com este primeiro parágrafo, votou favoravelmente porque existem sem dúvidas, e é essa a posição sempre do CDS Açores, que existem questões que nos temos de unir todos, para tentar ultrapassar.

Por isso mesmo, e por considerarmos que era o tempo útil para fazê-lo, para podermos também iniciar o ano letivo sem controvérsia, que votámos favoravelmente a urgência.

Relativamente ao teor propriamente dito deste Projeto de Resolução não nos vamos alongar, efetivamente a Deputada Zuraida Soares foi bastante esclarecedora quanto aos pressupostos que nos fazem estar aqui ou agora, a discutir este diploma, também o assunto foi debatido na passada terça feira e sem dúvida que é uma questão de justiça, de legalidade, porque isto foi trabalho que foi realizado, que foi prestado e como tal tem que ser recuperado e por isso não podemos agora atirar a água do capote porque isto é muito bonito, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso não está em causa!

A Oradora: ... estamos sempre aqui a dizer que temos professores dedicados, e é verdade, na Região, professores que muito fazem para além das suas competências e não dão apenas aulas, professores que estão em projetos, que estão em iniciativas, que têm estratégias para colmatar o insucesso escolar, que o Governo tanto gosta de trazer a esta Casa e a bancada socialista e agora numa hora que é necessário reconhecer todo este trabalho, todo este esforço, vamos tirar a água do capote e esperar pela República, numa matéria em que temos autonomia, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... numa matéria que o Secretário disse repetidamente que não é uma questão financeira, ou que essa questão não é central, portanto não nos parece plausível, não compreendemos o porquê deste braço de ferro com quem tanto contribui para o desenvolvimento da nossa Região e que preparam as nossas crianças para o desafio e que fazem muito mais do que dar aulas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: É isso que não conseguimos compreender numa matéria em que estão reunidas todas as condições para avançar e põe-nos aqui a questão que é: para quê começar um ano letivo com a controvérsia, que claro que vai acontecer, numa matéria em que temos todas as condições.

Se nos dissessem: “Não temos autonomia, temos que esperar pela República”.

Tudo bem!

“É uma situação financeira que está difícil de ultrapassar!”. Mas não se põe nenhuma destas questões.

Os professores estão disponíveis para que isto seja feito de uma forma faseada e, portanto, não conseguimos encontrar um motivo para manter esta situação.

No debate de terça-feira veio falar-se que era uma questão de coerência, por uma coerência porque em novembro de 2017 foi essa a posição de aguardar

pela República e por isso vamos aguardar por uma questão de coerência. Não é uma questão de coerência, é uma questão de teimosias ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Teimosia! Prepotência!

A Oradora: ... porque desde novembro de 2017 muita coisa aconteceu, ou melhor, não aconteceu ...

(Aparte inaudível)

A Oradora: Que devia ter acontecido, foi não acontecer nada!

... que culminou com a tal dita negociação do Ministro da Educação a dizer ou é isto ou não é nada!

Portanto, o que é que mais faltará acontecer, para tomarmos uma posição.

Portanto, não nos parece plausível toda esta situação, continuamos sem compreender e o Grupo Parlamentar do CDS não aceita esta posição por parte do Governo, não percebemos o porquê de arrastar esta situação e não nos restam dúvidas que esta é uma questão política, meramente política, mas é assim infelizmente que se trabalha em prol dos açorianos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PCP dá o voto favorável a este Projeto, mas temos algumas diferenças que não podemos deixar de sublinhar.

Nomeadamente que existem docentes da Região com mais de 9 anos congelados e a nossa proposta prevê a reposição integral de todo o tempo de serviço.

Em segundo lugar que a Região já tem uma parte do tempo contabilizada e por isso o período para concretizar o tempo recuperado na carreira pode ser mais curto do que o do continente porque o ajuste financeiro será proporcionalmente menor.

Em terceiro lugar e mais importante, é que o Projeto de Resolução não assume o princípio que o tempo já foi recuperado pelo Orçamento do Estado e que só precisamos de negociar o prazo e o modo dessa recuperação, ou seja, como se concretizará nas carreiras.

Disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Susana Costa.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que o BE traz a esta Casa, traduz um assunto de elevada importância para qualquer Grupo Parlamentar e para qualquer Representação Parlamentar e naturalmente a bancada onde eu me incluo não foge a este princípio.

Este Projeto de Resolução vem na sequência de uma informação e de um entendimento que o Governo Regional dos Açores publicitou no dia 21 de novembro de 2017, em que claramente assumiu que iria aplicar na Região todo o tempo de serviço que a nível nacional fosse entendido conferir aos docentes.

Como já foi aqui referido no debate de urgência, este entendimento do Governo Regional aguardar por uma decisão do Governo da República não é inédito, foi já um procedimento utilizado em 2008 e a questão que eu coloco aqui e coloco com toda a serenidade é a seguinte: se em 2008 os docentes da Região Autónoma dos Açores, ficaram mais beneficiados do que os do continente, porque depois de terem terminado as negociações a nível nacional, o Governo Regional agiu em prol destes docentes, dando-lhes os dois anos congelados de 2005 a 2007, e precisamente é porque as aspiração destes docentes cá não é de 9 anos, mas de 7, ou seja se em 2008 o Governo Regional esperou e depois decidiu em proveito da classe docente regional, por que é que agora não há de suceder o mesmo, ou seja, que sinais dizem que a decisão do Governo Regional não será benéfica para os docentes regionais? Isso nunca foi dito.

Segundo lugar: questionam-me aqui com toda a pertinência que é uma questão de tempo. Porquê a espera? É uma questão legítima que eu gostava de esclarecer.

Em primeiro lugar: a prioridade da educação, minhas Sras. e meus Srs. Deputados, não é precocidade, prioridade não é precocidade, não significa a pressa e o facto, como falou muito bem a Sra. Deputada Maria João Carreiro, há efetivamente a nível nacional o reconhecimento da totalidade do tempo dado aos funcionários públicos que pertencem à carreira geral, mas como todos os presentes sabem, a carreira dos professores pertence a uma carreira especial e por isso está a ser tratada de forma diferenciada.

Segunda questão: porquê a pressa? Há aqui dois motivos que eu queria aqui partilhar com todo o plenário.

Em primeiro lugar há uma concertação, há uma negociação que está em curso, está a ser uma negociação complexa, não vou aqui dizer o contrário, mas foi retomada a 11 de julho, há uma nova negociação a 25 de julho e outras se seguirão em setembro, ou seja, a Resolução que foi tomada pela Assembleia da

República, a n.º 1 de 2018, que aliás o Projeto de Resolução do BE refere, diz que a decisão e a tomada de decisão em relação ao tempo congelado, será feita e deve ser feita em negociação com os sindicatos e é precisamente isso que está a decorrer. É isto que está a decorrer, estão a cumprir aquilo que foi decidido na Resolução n.º1, de 2018, que é a negociação com os sindicatos.

Portanto, os Deputados então perguntam, naturalmente?

Mas não pode haver negociação regional? E é aqui que entra a minha segunda razão: é que há questões e que também creio que será consciente de todos nós reconhecermos que há razões, que podem ser decididas a nível nacional e que são relevantes para a carreira docente regional, para as quais o Governo Regional não tem enquadramento jurídico para decidir e, claramente aqui coloca-se aquilo que é a aposentação e deixem-me dar dois casos específicos:

...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Não é isso que está em questão!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

Pode continuar, Sra. Deputada.

A Oradora: A 18 de novembro de 2017, no compromisso que foi assinado entre o Governo da República e os sindicatos, um dos itens deste compromisso (e recorde que foi assinado por 11 sindicatos) era precisamente a pertinência de discutir o desgaste e o envelhecimento dos profissionais docentes, mas mais recentemente, a 27 de junho de 2108, a Secretária de Estado da Educação, Alexandra Leitão, referiu numa entrevista que a mudança da idade da reforma era um caminho possível para equacionar precisamente esta questão.

Ora, esta questão não é aqui para opor docentes daqueles que podem eventualmente vir a beneficiar de uma reforma, ou não. Aquilo que nós

pretendemos é que não tendo o Governo Regional posição e entendimento para tomar decisões nesta matéria, eu creio que é justo que seja dado a todos os docentes, uma hipótese de escolher, em plena decisão livre e com todas as oportunidades em cima da mesa.

Deputada Zuraida Soares (BE): Que bela retórica!

A Oradora: Por fim, a verdade é que se em 2008 o Governo Regional decidiu em benefício inquestionável de todos os docentes da Região, até agora, minhas senhoras e meus senhores, caríssimos Deputados, não houve ainda uma única questão que recuse este compromisso do Governo Regional, ou seja, se o nosso objetivo (desculpem, mas eu vou usar mesmo este propósito) é o mesmo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estamos a falar é de tempo! O tempo passa, passa ...!

A Oradora: ... porque é disto que estamos a discutir, é procedimento, ninguém pôs aqui em causa os objetivos e os professores, estamos a falar de procedimentos, estamos a falar de caminhos, não estamos a falar de objetivos e é isto que nos diferencia.

Aquilo que estamos aqui a equacionar, lamento ter que dizer, não se trata de uma teimosia, trata-se de uma precaução e é por isso que o PS entregou um Projeto de Resolução precisamente para salvaguardar todas as hipóteses, aliás recordando todas as hipóteses que é muito importante e devo repetir claramente as palavras que foram o compromisso do Sr. Presidente do Governo Regional, também a 21 de novembro que havendo questões novas e havendo especificidades ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

A Oradora: ... que hajam, referentes à carreira docente nos Açores, serão analisadas, discutidas e decididas.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero esclarecer a Deputada Renata Botelho, enquanto Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e dizer-lhe o seguinte, porque acredito que não seja má consciência a sua intervenção, Sra. Deputada, só pode ser por duas razões: ou a Sra. Deputada não ouviu o que eu disse, ou então tomou dores que não era suas e vou explicar porquê.

A questão não é a iniciativa estar com um prazo acabado desde maio, sim é verdade a Sra. Deputada tem que pedir a prorrogação do prazo, mas não é isso que está em causa. O problema foi o reprovar a urgência!

Quando a Sra. Deputada diz que percebe bem a oportunidade porque o BE usou o seu direito potestativo e trouxe essa urgência, vou dizer-lhe uma coisa Sra. Deputada, eu já não percebo tão bem a oportunidade do PS quando, não em abril, mas ontem, entregou nesta Casa um Projeto de Resolução, com pedido de urgência que diz assim: “Recomenda ao Governo dos Açores que contabilize o tempo de serviço docente, de acordo com a solução nacional, tendo em conta as especificidades regionais”.

(Apartes dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nunca devia ter saído!

A Oradora: Já lá vamos!

(Apartes dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

A Oradora: Oh, Sra. Presidente, vai-me ser descontado.

Presidente: Claro que sim

Sras. e Srs. Deputados ...

A Oradora: Já percebi que fiz o PS feliz o que é sempre muito agradável!

Agora vou tentar que o Sr. Secretário Regional da Educação faça os professores e a sociedade açoriana feliz também e vou fazer-lhe uma pergunta direta: se as negociações no continente terminarem, quando terminarem, mas o resultado das negociações forem os professores só verão três anos reconhecidos para a sua progressão na carreira e como tempo de serviço prestado, três anos, e não sete como os professores nesta Região têm direito, então Sr. Secretário com todos os pozinhos de perlímpimpim, que são as tais especificidades que ninguém sabe o que é que quer dizer, a pergunta é: o senhor vai ou não vai continuar a considerar os sete anos de serviços prestados e congelados pelos professores desta Região, porque senão Sr. Secretário, as especificidades vão pela água abaixo?

Mas continuando, Sr. Deputado André Bradford, eu esperei por esta oportunidade desde manhã, para lhe dizer o seguinte: Sr. Deputado, não é hora de brigar, é hora de estarmos juntos ...

Deputado André Bradford (PS): E estamos!

A Oradora: ... e era isto que no mínimo eu esperava do PS, Sr. Deputado e vou dizer-lhe porquê. É porque de manhã, o Sr. Deputado em nome do PS teceu juras de amor, preocupações absolutamente verdadeiras! Absolutamente verdadeiras! De que há trabalhadores nesta Região a ganhar uma indecência, quando há patrões que têm dinheiro para lhes pagar bastante melhor, chamam-se os trabalhadores do turismo.

Mas tenho uma notícia para lhe dar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Continua, Zuraida, estás a ir bem!

A Oradora: Muito obrigada.

Tem aqui uma oportunidade, os professores são trabalhadores, o senhor hoje fez um poema, eu comungo do seu poema, agora tem uma oportunidade de sair da poesia e vir para a realidade, porque os professores são trabalhadores e têm direito a recuperar os sete anos de serviço que foram congelados,

Então eu convido-o a unir-se, porque não esperaria menos do que isso.

Depois, é uma questão de teimosia, foi aqui dito teimosia do PS, teimosia do Governo Regional.

Eu peço imensa desculpa, mas eu acho que não é uma questão de teimosia, é mesmo uma questão de desrespeito e de recusa no exercício da autonomia. Pode agora o PS e permitam-me que o diga que o reconheça, de uma forma brilhante, pela voz da Sra. Deputada Susana Goulart, vir tentar virar o bico o prego, eu tenho que vos dizer vêm um bocadinho tarde.

Aquilo que tem sido dito até a uma das últimas intervenções de anteontem, aquilo que tem sido dito pelo Sr. Secretário Regional, disse-o na última sexta-feira em audição na Comissão de Assuntos Sociais, voltou a repeti-lo aqui nesta Casa, na terça-feira. Voltou o PS a fazê-lo, foi muito claramente: “Nós aplicaremos na RAA, a mesma solução integralmente (foi a palavra), a mesma solução que for encontrada na República.

Voices dos Deputados da bancada do PS: E?!

A Oradora: Não há o e o e chegou agora! Não!

O e, Sras. e Srs. Deputados, chegou ontem, à uma hora e agora continua. Sabem porquê, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo? Porque aquela galeria está cheia ...

Deputado André Bradford (PS): Isso que a senhora está a fazer é porque a galeria está cheia! Está a atuar para a plateia!

A Oradora: É Sras. e Srs. Deputados! Peço desculpa!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Vou dizer-lhe uma coisa, mais uma vez é poesia Sr. Deputado, se não fosse a pressão das greves, as manifestações, não em S. Miguel, mas em várias ilhas desta Região, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Todas!

A Oradora: ... se não fosse a sociedade estar numa grande maioria com os pais e os alunos do lado dos professores, das professoras e dos educadores de infância desta Região, se não fosse isso, mas fosse um ato de absoluto reconhecimento da justiça das reivindicações, o PS tinha votado favoravelmente em abril a urgência do BE, reprovou-a!

Mas agora apresenta com caráter de urgência uma coisa ...

Deputado André Bradford (PS): Não é uma coisa, é uma resolução!

A Oradora: ... a dizer “nim”. Porquê “nim”? O “nim” é não, mas como há por aí muito barulho e a gente ainda não sabe quando é que esse barulho vai acabar, vamos lá pôr uns pozinhos de perlímpimpim a ver se isto tudo acalma. Esta é que é a verdade!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Depois, dizer ainda uma outra coisa: esta questão não tem que ser contornada, como disse a Sra. Deputada Susana Goulart.

Não há nada para contornar, há um Orçamento de Estado para 2018, que diz que o tempo é para ser todo ele contado, o tempo congelado, é preciso negociar com os sindicatos o modo e o prazo desse reconhecimento.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

A Oradora: Há uma Resolução ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o diálogo interbancadas tem que acabar.

Sra. Deputada Zuraida Soares pode continuar.

A Oradora: Há uma Resolução da Assembleia da República que recomenda ao Governo para cumprir este desiderato, aprovada por maioria, há nesta Região autonomia para fazê-lo, portanto não há que contornar, há que respeitar a lei e que respeitar os professores.

Tempo trabalhado, é tempo contado! Ponto final.

Esta Região é autónoma e uma das razões porque é autónoma é ter um serviço, um sistema regional de educação e se tem um sistema regional de educação pode e deve cumprir a lei, não tem que esperar pela República.

Dirão os Srs. Deputados: “nós vamos aplicar ...”.

Eu estou à espera da resposta do Sr. Secretário. Se lá for decidido 3 anos, quanto é que o senhor dá cá? Três anos e meio, três anos e mais umas coisinhas na reforma. Eu estou à espera da resposta, para chegar a uma conclusão, é se os tais pozinhos de perlímpimpim, o que é que querem dizer, porque isso agora é fácil de abanar: “Pozinhos de perlímpimpim, fiquem à espera porque depois nós temos aqui qualquer coisinha para vos dar”.

A pergunta é: o quê? O que é que os senhores têm para dar, os senhores têm é que reconhecer, não têm nada que dar, têm que reconhecer e cumprir a lei.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria esta minha intervenção por reler o comunicado do Governo, no dia 21 de novembro de 2017. Não foi nem no dia 20 de julho de 2018, nem a 18 de julho de 2018. Foi a 21 de novembro de 2017: “O Presidente do Governo assumiu hoje o compromisso de que os professores dos Açores beneficiarão da solução que for consagrada a nível nacional, relativamente às questões do descongelamento das carreiras e da contagem do tempo de serviço que esteve congelado”. Este é o primeiro parágrafo.

O último parágrafo: “Vasco Cordeiro salientou também que dos encontros de hoje ficou ainda o compromisso do executivo de que qualquer questão nova que surja nos Açores, fruto da aplicação das soluções nacionais e tendo em conta as especificidades da Região, o Governo dos Açores cá está para analisar, para dialogar e para decidir”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A questão de não terem cumprido o Orçamento de Estado não é nova!

A Oradora: Portanto, esta foi a posição do Governo dos Açores, dita no dia 21 de novembro de 2017.

Eu gostava de voltar um bocadinho atrás, quando a Sra. Deputada Zuraida Soares diz que o PS, em abril, votou contra a urgência do Projeto de Resolução. Oh, Sra. Deputada, o PS votou contra por aquela razão que eu presumo que o BE também seja um acérrimo defensor, ouvir os sindicatos.

Deputada Zuraída Soares (BE): A resolução dizia para ouvir os sindicatos! Isso é demagogia!

A Oradora: Ou agora o BE acha que não é importante, já não é importante ouvir sindicatos?

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é demagogia!

A Oradora: Não! Demagogia é aquilo que a Sra. Deputada aqui está a fazer! Isso é que é demagogia!

Mas o PS não vai entrar nisso! Nós vamos manter-nos com seriedade, com serenidade, vamo-nos manter neste debate desta forma.

O PS já disse, e disse-o na terça feira que entende a causa dos professores, o tempo de recuperação como sendo justo.

O PS levantou-se aqui para dizer precisamente isso.

Eu gostaria aqui de relembrar que aqui foram algumas intervenções relativamente à educação dos Açores.

É preciso também, porque parece que as Sras. e os Srs. Deputados que aqui intervieram, parece que o trabalho que foi feito ao nível da educação, nada foi feito. Falaram aqui como se fossem os paladinos do sistema educativo. Não são! Somos todos nós que contribuímos para ele. Nos Açores temos escolas em todos os concelhos; nos Açores temos docentes colocados em todas as escolas; nos Açores temos grupos de recrutamento novos; nos Açores fomos pioneiros nas necessidades educativas especiais. Mas alguém fez!

Há pouco dizia-se que o Governo não decide! Mas depois pede-se para o Governo decidir, mas o Governo decide ...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Que decida!

A Oradora: Oh Sra. Deputada, decida o que é que quer! Mas então diz que não decide!

Quero aqui dizer que o PS está consciente daquilo que está a fazer, entregou um Projeto de Resolução nesta Casa e aqui peço algo que me parece bastante importante: alguma vez o PS deixou mal os professores dos Açores?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Os professores são uns ingratos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Havia eleições!

A Oradora: Alguma vez o PS deixou mal?

Recordemos 2008, Sra. Deputada: em 2008 havia para recuperar dois anos. O Governo dos Açores aguardou por uma solução nacional. A nível nacional foi decidido não recuperar os dois anos e o PS decidiu aqui apresentar um Decreto Legislativo onde contabilizou esses dois anos, aliás, o PSD absteve-se.

É este o PSD que hoje aqui vem defender os professores. Esta é que é a questão.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas eu quero dizer a todas as Sras. e Srs. professores que nos ouvem...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vocês ouviram-nos? Quando reunimos com eles disseram-nos que foram os únicos que não reuniram!

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sra. Deputada Sónia Nicolau pode continuar.

Eu quero dizer aqui que os professores que se veem com ...

(Aparte inaudível)

A Oradora: Nós não precisamos perguntar aos professores. Nós convivemos com eles. Nós sabemos o que é que se passa. Nós ouvimos os professores.

O documento que a Sra. Deputada Zuraida Soares leu, nós lemos!

Neste momento conturbado eu sei que é difícil que ...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, compreendendo a emoção do debate, também é necessário que existam condições para que o debate prossiga de forma respeitadora e digna desta Casa.

Este ruído de fundo constante ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Obrigado Srs. Deputados, por permitirem que a Sra. Deputada possa continuar a sua intervenção.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

A Oradora: O PS está consciente da dificuldade e do sentimento que os professores sentem neste momento.

O PS está bem consciente da emoção que paira em cada professor, em cada escola, mas o que nós pedimos para além da serenidade, pedimos às Sras. e Srs. professores que recordem quem em 2008 descongelou os dois anos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi o Sócrates!

A Oradora: Quem em 2008 descongelou os dois anos?

Quem em 2008, após terminar uma solução nacional, decidiu contabilizar o tempo de serviço?

É este o pedido que eu faço a todos os professores.

Em 2018 estamos a ser coerentes com a mesma decisão que tomamos em 2008.

Nós acreditamos que a solução global nacional irá beneficiar de um melhor estatuto da carreira nacional.

Nós temos a certeza que no fim teremos um estatuto melhor da carreira docente. Esta é a razão pela qual o Grupo Parlamentar do PS, amanhã apresentará nesta Casa um Projeto de Resolução, compreendendo o sentimento de cada professor, mas também apelando para a confiança no PS, desde 2008, porque foi o PS que recuperou os dois anos. Esta é que é a realidade!

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

A Oradora: Foi o PS que recuperou os dois anos! Foi o PS que apresentou o Orçamento de Estado em 2018!

Eu sei que incomoda, incomoda muito, porque os senhores votaram contra o Orçamento de Estado, os senhores votaram contra a Resolução! Esses são os senhores! Essa é que é a realidade!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Mais, dizer que é o PSD Açores, não vos tira quaisquer responsabilidades. Os vossos Deputados dos Açores estavam lá, votaram contra o Orçamento de Estado e não estiveram ao lado da Resolução. Esta é que é a realidade e isso dói-vos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é o que Orçamento de Estado é chamado para aqui?

A Oradora: Para terminar dizer-vos aquilo que eu disse há pouco e disse-o com convicção, os professores dos Açores têm todas as razões para continuar a confiar no PS, porque foi o PS que recuperou os dois anos.

O nosso Projeto de Resolução é um Projeto de Resolução que garante, no âmbito do exercício da autonomia política administrativa, a aplicação da solução nacional, de recuperação pelos professores do tempo de serviço congelado, que se traduza na existência de uma carreira docente na Região diferente para melhor, do que a carreira docente existente na Região Autónoma da Madeira e que no continente e que no âmbito da aplicação na Região da solução nacional para a recuperação pelos professores do tempo de serviço congelado, qualquer questão específica da carreira docente, existente na Região Autónoma dos Açores, que fruto das nossas especificidades venha a surgir, seja analisada e decidida, tendo em vista a realização do objetivo referido no número anterior.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Oh Susana, ela estraga tudo!

O que está aqui em causa é que o PS estará sempre ao lado dos professores! Sempre!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo começar por lamentar este ambiente de crispação que aqui foi criado pela última intervenção do PS.

O que eu considero que é fundamental, Sra. Deputada, é a crispação, ao dedo apontado, às acusações, ao comício, ao meu partido é o melhor, ou o meu partido é o melhor do mundo.

O que eu acho que é muito importante é falar verdade e apelar ao diálogo e à responsabilidade e à justiça de cada um de nós.

A questão não se resolve com recriminações, não se resolve com uma corrida para a meta de cada um dos partidos, resolve-se com sentido de responsabilidade.

Resolve-se com muita clarificação da posição de cada um.

O que é que é nesta matéria aceitável? A recuperação integral do tempo de serviço. Sete anos!

Os senhores já disseram, já se comprometeram nesta Assembleia, ou em qualquer outro local em relação a este ponto tão simples, tantos minutos, uma intervenção tão longa das Sras. Deputadas e não disseram aquilo que é tão simples dizer: nós comprometemo-nos a aprovar e a viabilizar a recuperação dos sete anos de serviço. Custa muito dizer isto? Isto é tão fácil dizer, é tão objetivo!

Depois, dizem as Sras. Deputadas: “Bom, mas pode existir uma melhoria muito significativa em relação à aposentação!”. Mas isso não nos compete a nós, como bem diziam as Sras. Deputadas, será se vier a ser aprovado a nível nacional, obviamente, até porque seria violada a Constituição se assim não fosse, aquilo que vier a ser aprovado em relação à aposentação, tem aplicação imediata na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, aquilo que vier a ser feito em relação à aposentação é uma coisa. Como diz muito bem a Sras. Deputada Zuraída Soares “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”.

A aposentação é uma questão, mas a questão aqui, nesta matéria, a Região Autónoma dos Açores, os professores da Região Autónoma dos Açores não podem ser nunca discriminados em termos de aposentação. Sabem porquê? Porque há um texto que o garante, que é a Constituição.

Portanto, a partir daí este é um tema diferente, um tema fundamental.

O que eu acho que é importante, o que apelo a partir daqui, é ao diálogo e apelo que os senhores sejam absolutamente claros no vosso discurso.

Aliás, a Sra. Deputada Zuraída Soares já pediu, já solicitou que sejam igualmente claros em relação a este discurso.

Os senhores comprometem-se politicamente com a recuperação dos 7 anos? É tão simples. Sim ou não?

Comprometem-se politicamente com os sete anos? Sim ou não?

Eu estou tão aberto ao diálogo que até faço publicidade gratuita da vossa iniciativa amanhã, sem desprestigiar a do BE que vou votar favoravelmente, obviamente, e que foi aqui defendida muito bem pela Sra. Deputada Zuraida Soares, que vai fazer muita falta a este Parlamento dos Açores, mas devo dizer-lhe também neste momento, eu acho que é importante referenciar a proposta do PS: em algum momento o PS se compromete a recuperar integralmente os sete anos de serviço? Seja qual for o prazo.

Ou em algum momento o faz? Não, não o faz. A questão é essa: não, não o faz! Mas se eu estiver errado, os Srs. Deputados do PS, poderão dizer: Não! Comprometemo-nos com a recuperação integral dos sete anos de serviço! Se eu estiver errado os senhores poderão dizer que eu estou enganado e que eu estou a mentir.

Desafio-vos a realizar esse exercício.

Mas devo dizer-vos o seguinte, vejam bem: há aqui uma coisa que é absolutamente incompatível. A vossa proposta diz: “De certeza absoluta garantimos que vamos ficar melhor do que os professores do território continental e que vamos ficar melhor que a Região Autónoma da Madeira e em termos de tempo de recuperação de serviço vamos ficar melhor de certeza do que os professores do território continental e que os professores da Região Autónoma da Madeira.

Eu olho aqui para a iniciativa da Madeira e vejo aqui o seguinte:

Art.º n.º 3, “Recuperação”: A recuperação do tempo de serviço não contabilizado, realiza-se através do seguinte gráfico: 545 dias, a 1 de setembro de 2019; 540 dias, a partir de 1 de setembro de 2020 e assim sucessivamente até 2025.

Depois termina assim, o n.º 2 - A recuperação do tempo de serviço termina quando o docente já não possua tempo de serviço a considerar, ou no final do tempo estabelecido no número anterior.

Ou seja, o diploma da Madeira compromete-se a recuperar integralmente todo o tempo de serviço.

Então digam-me uma coisa, porque isto é uma impossibilidade, eu admito aqui a minha impossibilidade e olhem que sou uma mente aberta ao conhecimento e ao debate.

Agora, os senhores expliquem-me por favor ...

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Deixem-me falar, eu não vos interrompi em nenhum momento. É muito importante que todos possam exprimir a sua opinião em liberdade e que possam exprimir em condições.

Podemos ouvir-nos uns aos outros, isso era muito importante.

Eu quero dizer-vos o seguinte: como é que é possível ficar melhor que a Madeira, ou pelo menos tão bem em termos de recuperação de serviço, como é que é possível se eles recuperam o tempo todo e os senhores não se comprometem a recuperar todo o tempo de serviço? Como é que é possível ficar melhor que a Região Autónoma da Madeira?

A questão é a seguinte: a impossibilidade prática do que os senhores dizem é esta: é porque no território continental pode vir a ser decidida a recuperação de 2 anos, 3 anos, 4 anos, 5 anos.

Muito bem, se os senhores só tivessem estabelecido que a comparação se fazia apenas com o território continental. Mas não!

Os senhores são mais ambiciosos, e bem! Os senhores dizem: “Não, não! Nós também ficamos melhor em termos de recuperação de serviço do que a Madeira!

Então a Madeira recupera tudo! Se a Madeira recupera tudo, os senhores aqui é tão simples, estão à espera que o digam no âmbito deste debate, por favor, dou-vos esta oportunidade.

Vou terminar a minha intervenção para que os senhores digam uma frase muito, muito simples: “Comprometemo-nos a recuperar integralmente o tempo de serviço dos professores nos Açores!”.

Digam isto! Digam isto e a questão fica resolvida e aí sim o PS é confiável!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Atingimos o nosso horário regimental.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 20 horas e 01 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante à sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Manuel Alberto da Silva Pereira

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Transcrição efetuada por *Noélia Escobar*